

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

**Lixo Marinho e Práticas Piscatórias: O Estudo de Caso do
Estuário do Sado**

Joana Sá Couto Lomba Batista

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Estudos do Ambiente e Sustentabilidade

Orientador:

Doutor Pedro Miguel Pinto Prista Monteiro,
Professor Auxiliar,
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Junho, 2018

*“The fishermen know that the sea
is dangerous and the storm terrible, but they have never found these dangers sufficient reason
for remaining ashore” – Vincent van Gogh*

Resumo

A poluição marítima por plásticos tem sido considerada um dos mais graves problemas ambientais do Antropoceno. Apesar da escala global do problema, e das muito diversas origens dos plásticos que se encontram no mar, uma atenção particular tem sido dada ao lixo naval. Os plásticos de origem, não só naval, mas especificamente piscatória, alcançaram uma percepção maior, na opinião pública e nas preocupações dos ambientalistas, pela sua visibilidade em locais muito frequentados, como praias e zonas ribeirinhas, mais do que pelo seu contributo para a enorme massa de plásticos nos oceanos. As pressões exercidas sobre os pescadores da pesca artesanal, responsabilizados por esta poluição, ganharam, assim, expressão, e constituem hoje uma fonte de tensões sociais, e de equívocos, que muito dificultam a condição social de vida desta classe profissional, que se encontra em situação crítica, tanto do ponto de vista económico como social.

A pesquisa apresentada nesta dissertação desenvolveu-se com a comunidade piscatória de Setúbal, cidade fortemente marcada pela sua tradição piscatória, hoje declinante como atividade, embora crescente como recurso de identidade local.

Através de uma etnografia das práticas e representações da poluição marítima por plásticos, realizada junto dos pescadores artesanais de Setúbal, identificaram-se equívocos e tensões que estão na base do problema e das suas opostas conceções. Foi também possível detetar e compreender a realidade social complexa da comunidade piscatória, e daí o significado social do equívoco gerado entre pescadores e ambientalistas em torno da poluição por plásticos.

Palavras-Chave: poluição marítima por plásticos; pesca artesanal; comunidades marítimas; Setúbal;

Abstract

Maritime plastic pollution has been considered one of the worst environmental problems of the Anthropocene. Despite the global scale of the problem, and the many sources of plastic found in the sea, special attention had been given to naval garbage. Plastics which origins are from, not only naval, but fisheries based, have reached more prominent perception in the public opinion and in the concerns of environmentalists, because of its visibility in highly frequented spaces, like beaches and riverside areas, more than its contribution to the high-volume mass of plastic found in the ocean. Exerted pressure on artesanal fishermen, held accountable for this pollution, have gain expression and constitute a source of social tensions, and misunderstandings, that hinder the social condition of fishermen's life, today facing a critical situation, both from an economic and a social point of view.

The research presented in this dissertation was developed within the fishing community of Setúbal, a city strongly defined by its fishing tradition, today declining as an activity, although it has been increasingly used as a resource of local identity.

Through an ethnography of the practices and representations of maritime plastic pollution, accomplished with the artesanal fishermen of Setúbal, were identified tensions and misunderstandings that are the base of the problem and its opposing conceptions. It was possible to detect and understand the complex social reality, hence the social meaning of the misunderstanding generated between fishermen and environmentalists around plastic pollution.

Key words: plastic maritime pollution; traditional fisheries; fishing communities; Setúbal;

Índice

Introdução.....	1
Metodologia.....	4
I. Enquadramento Teórico.....	9
I.I. Antropologia, Ambiente e o Mar.....	9
II.II. Pescadores e Comunidades Marítimas em Portugal: alguns estudos.....	16
II.III. O Mar e a Pesca em Portugal.....	19
II. Ambiente, Mar e Poluição.....	27
III. Poluição por Plásticos de origem piscatória: uma etnografia na muralha do cais de Setúbal.....	35
III.I. Setúbal: Cidade Piscatória.....	35
IV.II. Primeiros tempos.....	39
IV.III. “Ensinem a miúda”.....	47
IV.IV. À mesa.....	50
IV.V. Abrigada nos cacifos.....	55
Conclusões.....	63
Legislação.....	68
Referências Bibliográficas.....	68
Webgrafia.....	78
Anexos.....	81
Anexo A: Fotografia aérea da zona onde decorreu o trabalho etnográfico.....	81
Anexo B: Tabela de dados acerca do número de pescadores e das embarcações de pesca, em Setúbal, em 2017.....	81
Anexo C: Fotografias etnográficas.....	82
.....	90
Anexo D: Desenhos etnográficos.....	91

Introdução

O tema que está na origem desta dissertação resultou da articulação entre os objetivos do Mestrado, e uma preocupação anterior nascida no âmbito da Antropologia do Ambiente: o mar nas suas relações com as sociedades, e em particular, na atual condição do Antropoceno (Crutzen e Steffen, 2003; Morton, 2018). O mar está hoje no centro de discussões, como um dos temas fulcrais dos problemas de ambiente e sustentabilidade contemporâneos, mas as dimensões sociais e culturais desta problemática confrontam-se com obstáculos, gerados pela vulnerabilidade da sua condição e natural resistência à abordagem através de métodos vivos, como é o caso do método etnográfico. Por outro lado, o tema do mar, para além da sua relevância ambiental, que as alterações climáticas vieram acentuar, transporta também consigo um longo antecedente de discurso ideológico.

Esta pesquisa nasce de uma situação presente que opõe, por um lado, uma ambição grandiosa de viragem da atenção de Portugal para o mar e, por outro lado, um grande controlo e estrangulamento do setor piscatório, em que o pescador é vítima, não apenas de impactos ambientais que o afetam diretamente (Garrido, 2018), mas também de acusações que o caracterizam como destruidores ignorantes do mar (Ruivo, 2006). Neste contexto, surge a necessidade de dar voz aos pescadores, compreendendo o seu lado da questão.

No aniversário dos vinte anos da Expo 98, a questão do mar está hoje a ser discutida com mais atenção. Criaram-se, entretanto, planos tais como a extensão da plataforma continental (EMEPC, 2018), fizeram-se estudos no sentido de desenvolver uma economia do mar (SaeR/ACL, 2009), e junta-se a isto uma exaltação do peixe português (o “*Melhor Peixe do Mundo*”, tal como já o foram as conservas), com objetivos de atração turística, associada a um retrato pitoresco do pescador, também com longos antecedentes históricos.

Ao mesmo tempo, somos confrontados hoje nos *media*, com problemas como a poluição marítima nas suas mais variadas formas, com uma crescente atenção para os plásticos, de que são exemplo as múltiplas notícias que têm sido publicadas nestes últimos meses e as campanhas de sensibilização por todo o mundo. São exemplo o número da revista da *National Geographic* com um dossier dedicado ao plástico no mar, posta à venda em junho de 2018 em Portugal (Parker, 2018), tal como há um ano, acontecera com o *The Economist*. Outros *media* remetem para a vulnerabilidade da costa portuguesa à poluição por plásticos vindos do Mediterrâneo (Lusa, 2018).

O contributo desta dissertação, focada no discurso dos pescadores de Setúbal, surge como uma maneira de chamar a atenção para aqueles que trabalham diariamente com o problema, e por ele são afetados, aumentando a sua preexistente vulnerabilidade. É também uma denúncia das contradições políticas de hoje que põe em causa, ao mesmo tempo, as condições de sustentabilidade ambiental e social dos pescadores e das águas onde pescam.

A escolha da comunidade piscatória de Setúbal prende-se ao facto de esta localidade ter sido um porto de pesca outrora de grande importância, e que apesar do declínio desta atividade, hoje

mantém a sua coesão sociológica e identitária, fortemente ligada à pesca e ao pescador. Setúbal demonstra ainda algumas contradições políticas e sociais nacionais, uma vez que o peixe de Setúbal, apresenta hoje, grande valor turístico - como exemplo, temos o slogan *Setúbal Terra de Peixe* e estátuas que representam o Choco, erigidas em 2018. Porém, este é comprado ao pescador que arrisca a sua vida no mar por centavos, e, paralelamente, os pescadores estão a ser alvo de campanhas de sensibilização em relação ao lixo, que inscrevem neles relações de culpabilização e responsabilização geradoras de equívocos que estão no centro desta dissertação.

Primeiramente serão apresentados os objetivos principais e a metodologia escolhida, de modo a justificar o contributo e importância de trabalhos como este, mas também a relevância da etnografia enquanto estratégia metodológica. Como suporte, segue-se o enquadramento teórico cruzando as áreas disciplinares relevantes para o problema definido.

No Capítulo III é feita uma breve referência à história de Setúbal com o mar, através de variadas atividades, como a pesca, que teve um grande impacto na organização da malha urbana da cidade, para seguidamente, detalhar os acontecimentos ocorridos no terreno durante a etnografia. A dissertação termina com conclusões, legislação mencionada, bibliografia e anexos.

O problema da poluição marítima é vasto e complexo, e, dentro deste, a temática da poluição por plásticos é algo que tem vindo a ganhar mais notoriedade, pelas suas consequências nefastas inegáveis no meio ambiente, tanto ao nível da poluição visual em locais turísticos, como ao nível da destruição da fauna marinha e flora sensível, como recifes de coral (UNEP, 2016). A poluição por plásticos tem consequências diretas na vida social e económica das sociedades, e a extensão desses impactos e as opções para mitigar o problema dependem dos contextos sociais de cada grupo. Apenas compreendendo esse contexto, será possível tomar medidas com sucesso (UNEP, 2016). Em Portugal, é a partir dos anos 60, que a perceção do problema e consequente preocupação e consciência começam a surgir, tanto pelos estudiosos da biologia marinha, como também por pescadores, que levou ao progressivo reconhecimento do problema como legítimo.

De facto, e devido à afetação do plástico sobre recursos haliêuticos, os pescadores surgem como agentes importantes neste problema, uma vez que a sua perceção é diferente da perceção de académicos das ciências naturais. Face a este problema, surgem três discursos diferentes: o dos biólogos, o dos ambientalistas e os dos pescadores (Braga e Sá, 2014). O discurso dos dois primeiros é um discurso com um tom mais urgente e de mobilização, que para além de outras causas importantes da poluição por plásticos, se foca também na origem naval e piscatória e daí, na culpabilização e responsabilização dos pescadores (Macfayden, *et. al.*, 2009; UNEP, 2016). O discurso dos biólogos e o dos ambientalistas estão comumente associados, gerando movimentos de recolha de lixo, programas de sensibilização, e até exposições artísticas, como o caso da exposição da Ana Pêgo, com o *Plasticus Maritimus*, ou de Ana Quintino com a Feel4Planet.

A escolha do foco no discurso dos pescadores, nasceu da forte tensão que se vive nas comunidades piscatórias, dada a relação particular destas com o meio marítimo, a qual está bem presente nas suas vidas sociais e bem documentada na literatura. Quanto à problemática da poluição marítima por plásticos, podemos pensar nas comunidades marítimas em três dimensões diferentes. Em primeiro lugar, está a relação de proximidade com o meio marítimo, já referida, que permite uma perceção privilegiada do problema da poluição e das suas consequências. Seguidamente, temos o facto de as comunidades marítimas e das suas práticas, que decorrem no meio marítimo, contribuírem como eventual causa de poluição (UNEP, 2016; Macfayden, *et. al.*, 2009). Por último, as comunidades marítimas têm um papel importante também na resolução do problema. Visto serem eles, os principais agentes que trabalham próximo do meio, estão colocados numa posição nevrálgica face ao problema. Contudo, essa sua posição marcada por tensões sociais e conflitos, uma vez que os pescadores têm uma longa história de isolamento que leva a serem considerados suspeitos e culpados (Moreira, 1987). Isto não só proporciona a culpabilização a eles direccionada por outros discursos, mas também a criação de leis, diretivas e programas para mitigar a poluição por eles provocada.

Porém, não só os pescadores artesanais não se consideram a principal causa, como veremos, nem o são. Aliás, são vítimas deste problema, pelo seu impacto nos recursos haliêuticos de todos os tipos de poluição marítima, tais como o peixe mais *magro*, a destruição de habitats e a redução de populações, e a migração dos recursos, entre outros. Percebemos, portanto, que os pescadores são obrigados a trabalhar num meio perturbado por múltiplos tipos de poluição. É pela necessidade de compreender, e dar voz a estas pessoas, que foi tomada a decisão de o abordar num contexto agudo onde o problema da poluição marítima se manifesta: Setúbal. Esta cidade costeira, tem uma longa história de atividades ligadas ao mar, principalmente a sua tradição piscatória. A isto está ligada a fama tradicional do pescado setubalense, que coloca ainda mais pressão e dificuldades na atividade piscatória. Trata-se de uma zona com uma grande acumulação de poluição, desde agroquímicos, a águas residuais, e a efluentes de uma zona industrial e portuária com atividade cada vez mais pronunciada.

Por outro lado, também é uma zona de crescente preocupação com a questão da poluição e dos plásticos, com iniciativas como a Feel4Planet, e a Ocean Alive com o seu programa “*Mariscar sem Lixo*” com foco na sensibilização de pescadores. Paralelamente, Setúbal é a cidade onde resido, tornando a escolha da comunidade piscatória de Setúbal tanto uma escolha simultaneamente pertinente como conveniente ao nível da exequibilidade do trabalho.

Deste modo, o objetivo principal é o de contribuir para aprofundar o entendimento do problema da poluição marítima. Como objetivos específicos, temos o de esclarecer a relação entre a atividade piscatória de Setúbal e a poluição marítima, nas três dimensões referidas anteriormente. Outro objetivo é o de esclarecer o significado da poluição por plásticos no contexto das atividades piscatórias em Setúbal. Especificamente, tentaremos analisar o papel da comunidade piscatória de Setúbal ao nível da perceção do problema, da representação da sua

ligação direta ao mesmo e do potencial para a solução. Por último, procuramos refletir sobre a conceptualização da comunidade marítima à luz do problema ambiental em questão.

Para responder a estas questões, a escolha metodológica foi o trabalho etnográfico. A etnografia por si é uma metodologia complexa que tem sido trabalhada de diversos modos ao longo da história da Antropologia. O subcapítulo que se segue tem um tom assumidamente clássico, de modo a que a metodologia seja justificada e entendida no âmbito deste Mestrado multidisciplinar. Porém, hoje, no seio da Academia, a etnografia como método e teoria têm sido discutidos (Nader, 2011; Peirano, 2014). Evoco aqui uma reflexão de Tim Ingold (2014) para reforçar o papel crucial que a relação que construí com estas pessoas. Todo o conhecimento aqui referido não seria possível sem que estes me tivessem aceite no terreno, como investigadora, aprendiz, e parte da sua família. Apenas a partir daqui seria possível a consequente co-criação de conhecimento presente nesta dissertação.

Metodologia

A metodologia escolhida para esta pesquisa foi, pois, o método etnográfico. Trata-se de um método de recolha de dados exigente que designa a atividade antropológica de recolha de informação através da observação participante a qual implica a permanência do investigador durante alguns meses no seio do contexto a analisar, o que “*garante informação em primeira mão que de outro modo não poderia ser recolhida.*” (Batalha, 2004: 29). No fundo, não se trata de um método apenas, mas de uma abordagem que engloba uma multiplicidade de métodos e etapas, incluindo as metodologias utilizadas e os dados dela provenientes, assim como a análise dos mesmos e as interpretações do investigador (Bryman, 2012; Shagrir, 2017), uma estratégia metodológica de natureza qualitativa (Bryman, 2012).

Esta abordagem, frequentemente associada à Antropologia, permite compreender comportamentos, tais como eles são expressos nas práticas. Permite, também, desvendar sistemas de conceção e comportamento em diferentes contextos tais como aparecem refletidos no dia-a-dia. Apenas a permanência no terreno consegue captar dados ricos acerca da vida das pessoas, das suas interações e perceções, como expressas nas suas ações e no ambiente onde vivem. Permite analisar fenómenos como um todo, compreendendo a sua complexidade e significado (Heyl, 2001; Shagrir, 2017). A etnografia não é apenas uma estratégia para o investigador estudar as pessoas, mas sim aprender *com* as pessoas (Spradley, 1979)

A primeira etapa, preparatória e reflexiva que continua até ao fim da escrita da dissertação, é a pesquisa bibliográfica pertinente para o trabalho. Falamos das análises estatísticas demográficas e económicas relativas à comunidade a abordar, assim como dos múltiplos textos necessários ao enquadramento teórico e desenho da problemática. Esta análise foi extensa, estando presentes nos próximos capítulos apenas alguns trabalhos considerados mais relevantes para a construção deste trabalho.

Inicia-se, então, o acesso ao terreno (Hammersley e Atkinson, 1995). A partir da literatura, e da exequibilidade prática do projeto, a escolha fora trabalhar com os pescadores de Setúbal, mas

colocava-se a questão de como chegar até eles. Graças à antropóloga Vanessa Amorim, esta questão tornou-se mais fácil. No final de agosto de 2017, fui, com a referida antropóloga, pedir autorização para andar pela zona da Docapesca, como a zona de pesagem, o leilão e passadiços, zonas de acesso reservado, e, avisando que iria começar a fazer trabalho etnográfico principalmente pela muralha. Como está presente no Capítulo III, uma vez que a questão do acesso prático foi possível, iniciou-se o trabalho etnográfico, na procura de um acesso real às pessoas. De facto, conhecer alguns pescadores e ter autorização das empresas para estar naquele espaço, apesar de crucial para a exequibilidade do trabalho, não é o suficiente para a recolha dos dados necessários para uma dissertação. É preciso criar uma ligação com as pessoas que lhes permitam partilhar as suas perceções sobre um assunto tão tenso, para elas, como a poluição. Tendo em conta que quando apresentava o tema do trabalho as respostas eram quase sempre defensivas e no sentido de tornarem logo claro que não são os pescadores que poluem, criar uma ligação de confiança em que se sentissem seguros de julgamento ou acusações, seria a única maneira de conseguir chegar às questões que pesquisava. A imersão proporcionada pelo trabalho etnográfico permite o investigador experienciar pessoalmente não apenas as atividades diárias e rotinas sobre as condições que o grupo experiencia, mas também os constrangimentos e pressões sobre as quais vivem (Emerson, 1995).

Através da observação participante, foi possível criar essa ligação. Através deste método, o investigador deve tornar-se parte na vida dos seus informantes, agir habilmente, compreender ao que dão importância, procurar conhecer melhor as pessoas e como vêm, sentem e agem no seu dia-a-dia (Emerson, 1995; Shagrir, 2017). Não podemos negar que a presença do investigador terá sempre algum impacto e deve ser tida em conta (Hammersley, Atkinson, 1995; Spradley, 1980), pelo o que será de ser refletida e pensada ao longo do trabalho.

A observação participante é uma metodologia exigente, em que a dificuldade principal é posicionar o investigador num papel adequado no contexto social que procura compreender, sendo ele próprio a interagir de modo apropriado para conseguir alcançar as várias dimensões significativas de cada grupo (Rivière, 1995). É impensável, hoje, a conceção de outrora que concebia um investigador completamente afastado e imparcial ao terreno, convencido de uma observação fria e distante. A falta de empatia e relação de proximidade pode levar o investigador a incorrer em falácias e torna-se, facilmente, um obstáculo à própria etnografia (Laplantine, 1987; Pina Cabral, 1983). A reflexão acerca do seu papel, e condicionamento que cria no terreno deve estar presente (Spradley, 1980).

Existem vários tipos de participação (Spradley, 1980) e, neste caso, foi através do estabelecimento de redes de confiança que foi possível alternar entre eles, começando num grau baixo, na designada participação passiva, passando progressivamente para uma participação ativa, em que procurei aprender o *know-how* dos informantes para melhor conseguir compreender a dinâmica, e - não apenas, mas também - para ganhar a sua confiança.

A criação da boa relação entre o investigador e o grupo depende de uma abertura mútua (Bryman, 2012; Hammersley e Atkinson, 1995; Laplantine, 1987). Esta relação, num contexto da

abordagem etnográfica vai permitir ao investigador chegar a dimensões subtis e implícitas nos contextos estudados que não se tornam tão claras com outras metodologias, como a simples observação ou entrevista formal (Emerson, 1995).

A construção do meu papel no terreno e a construção da minha relação será explicada mais à frente, porém, posso adiantar que uma das estratégias adotadas implicou procurar aprender os ofícios implícitos na arte de ser pescador, procurando tornar-me útil. Gerou-se uma relação de reciprocidade muito importante que me permitiu criar o meu próprio lugar, mas também criar uma ligação de confiança, pelo que procurei valorizar a sua atividade através da demonstração de interesse, e torná-la mais fácil, enchendo agulhas para não perderem tempo, ir buscar um certo fio ao balde que estava longe, carregar com baldes, ou ajudar a *alar* a rede para outro lado. Esta questão da reciprocidade torna-se cada vez mais importante na literatura das etnografias na Antropologia a partir dos anos 80, quando se dá cada vez mais ênfase a esta dimensão da relação, visto como uma estratégia de estabelecimento de relação, mas principalmente como uma dimensão moral e ética fulcral (Sluka e Robben, 2007).

Algo da maior importância durante a observação participante, e todo o método etnográfico em si são as notas de terreno, onde o investigador escreve de modo regular e sistemático o que observa e aprende durante a observação participante. Constrói-se assim um registo escrito que auxilia e permite a análise e conclusões posteriores (Emerson, 1995). Com os olhares desconfiados que na muralha recebia, a maior parte das minhas notas iniciais eram notas mentais, ou inscrição (LeCompte e Schensul, 1999), que escrevia assim que tivesse um momento, no processo de descrição (LeCompte e Schensul, 1999) mais afastada, sentada no chão, ao abrigo dos possíveis dejetos das gaivotas. Aqui, com recurso ao fiel bloco de notas, estará a base do trabalho etnográfico, o local onde registo toda a informação recebida e que depois foi trabalhada para esta dissertação. Neste bloco fiz também alguns esquemas e desenhos de modo a conseguir guardar a técnica de fazer certos nós, e ainda desenhos de algumas artes utilizadas pelos pescadores, algo também comum nas notas de terreno (Bailey, 1996).

Quando se estabelecem os objetivos do trabalho, que por vezes implicam reformulações com a estadia no terreno, o investigador procura navegar os informantes e os seus discursos para chegar a certas questões, através de questões mais ou menos diretas (Bernard, 2011; Emerson, 1995; Rivière, 1995; Sluka e Robben, 2007). Falamos das chamadas entrevistas etnográficas, também conhecidas como entrevistas não estruturadas ou conversas informais (Bernard, 2011; Devillard, Franzé e Pazos, 2012; Spradley, 1979; Zhang e Wildmuth, 2006). Estas conversas etnográficas são consideradas entrevistas pelo papel do investigador de direcionar a conversa para os tópicos necessários. Não são conversas do momento, é algo pensado e construído pelo mesmo, num meio mais familiar ao informante, onde se considera uma técnica de recolha de dados privilegiada pela desconstrução de constrangimentos possíveis de existir num contexto mais formal de entrevista (Agar e Hobbs, 1982; Devillard, Franzé e Pazos, 2012; Spradley, 1979).

Estas entrevistas separam-se das meras conversas do dia-a-dia, por diversos motivos, e são apenas consideradas como tal quando existe uma boa relação com os informantes, que permita uma troca com abertura de ambas as partes, que se espera genuína e aproximada das suas opiniões e posicionamentos (Heyl, 2001; Spradley, 1979). Devemos ter em conta também a importância da linguagem como uma ferramenta de construção da realidade (Spradley, 1979).

O que resulta dessas entrevistas são notas acerca do que foi dito, como foi dito, quando, as reações dos presentes, entre outros importantes fatores de análise, incluindo a observação atenta, o que “(...) *obliga a entablar el diálogo en los mismos registros que los de la vida social cotidiana, adecuándose a las formas de conversar e intercambiar en situaciones ordinárias. Solo así el investigador puede conocer las cuestiones relevantes para los agentes sociales y cómo éstos las abordan.*” (Devillard, Franzé e Pazos, 2012: 357).

Frequentemente, as perguntas e os tópicos são discutidos mais do que uma vez, de modo a compreender melhor as percepções dos informantes, principalmente ao longo da construção de uma relação de maior confiança, com o objetivo de gerar discursos acerca do quotidiano, tendo um guião de temas sempre presente (Devillard, Franzé e Pazos, 2012) na minha mente durante o trabalho de campo – temas desde as práticas e artes da pesca, sobre as dinâmicas sociais da pesca, sobre a poluição generalizada, e a poluição por plásticos. Frequentemente os informantes mudavam de assunto, ou desviavam-se do mesmo, porém, neste cenário ou seguia a conversa que o informante escolhia e voltava ao assunto assim que possível, não necessariamente no mesmo dia. Muitas das vezes, já com um trabalho de campo avançado, os próprios informantes tocavam no assunto, lembrando-se que não tínhamos terminado a conversa, ou mesmo testando a minha memória. De facto, as entrevistas etnográficas geram a um sentimento de valorização da pessoa e da sua atividade que permite uma boa recolha de dados (Agar e Hobbs, 1982; Heyl, 2001).

Estas entrevistas etnográficas não são um fim em si mesmo, é importante referir, mas sim um dos meios utilizados para chegar aos dados. Esta produção de um discurso capaz de ser analisado, vem aliada à observação direta e atenta do dia-a-dia (Devillard, Franzé e Pazos, 2012). De facto, nem sempre as entrevistas formais são indicadas, colocando o investigador numa posição de autoridade e afastamento que pode não ser ideal, e, os informantes podem sentir-se relutantes em deixar um registo de algo dito. Deste modo, as entrevistas etnográficas têm vantagens uma vez que mais facilmente se chega aos tópicos que interessam os informantes e que os preocupam, pois são eles, no seu ambiente, a designar o tema, e por outro lado, as conversas num contexto descontraído de uma refeição ou durante o trabalho mais facilmente coloca o investigador numa posição de intimidade e proximidade, no papel de observador e participante (Murchison, 2010). Paralelamente, os dados recolhidos através das entrevistas etnográficas podem ser considerados mais realistas, pelo seu contexto de recolha mais descontraído e informal, com menos probabilidades de serem orquestrados pelos informantes previamente, de maneira a criar um discurso que sintam que o investigador procura (Murchison, 2010).

Tanto na observação participante como nas entrevistas etnográficas, enquanto procedimentos metodológicos centrais à etnografia, é crucial compreender o papel do observador na dinâmica entre este e o informante. O investigador e as suas características influenciam a relação construída com o informante, e é desta dinâmica que surgem os dados, inevitavelmente influenciados por todos estes fatores e dimensões. A análise, feita da informação gerada neste âmbito, é, no fundo, um conhecimento cocriado entre o investigador e o informante, dependente das dimensões e dinâmicas existentes entre os dois (Heyl, 2001), mas também do estilo da escrita de cada um e do seu estilo (Van Maanen, 1988). O investigador nunca é um mero observador desligado do contexto que analisa (Rosaldo, 1989).

De facto, o objetivo da Antropologia não é procurar uma verdade absoluta, portanto estas nuances e dimensões de subjetividade devem ser tidas em conta (Denzin, 1997; Ortner, 2006). A maneira inevitavelmente literária de apresentar a etnografia é uma escolha, não pretende aproximá-la ideia de ficção, muito pelo contrário. A forma de escrever parte da premissa de querer ilustrar, através do conhecimento da cultura trabalhada, como se chegou a certas conclusões partindo dos acontecimentos reais durante o trabalho de campo (Van Maanen, 1988). Tal como debatido ao longo da história, uma representação verdadeira das perceções do *Outro* será sempre um objetivo irreal (Bailey, 1996).

Apesar da importância dada por Joaquim Pais de Brito (Martins, 2013), e por outros autores da Antropologia Marítima portuguesa, à etnografia feita a bordo dos barcos, todos reconhecem a extrema dificuldade que ela envolve. E, por isso, foi acordado que esta não seria uma abordagem a prosseguir. Apenas, eventualmente, numa fase muito adiantada e já de extrema confiança com os pescadores em questão ela seria possível dada a interferência negativa da etnógrafa nas atividades de pesca e pelos múltiplos obstáculos burocráticos e de segurança que esta situação poderia envolver.

Por fim, na sequência dos procedimentos de pesquisa, chegamos à análise dos dados recolhidos no terreno, e a escrita do presente trabalho. Trata-se de uma análise interpretativa, que implica uma procura por significados e as suas interconexões nas expressões de cultura. Este método requer um forte envolvimento na cultura, ao implicar uma familiaridade com a linguagem e simbolismos (Bernard, 2011). Frequentemente, a questão da análise não é uma etapa separada e possível de agendar. Estará presente durante a escrita de um modo mais sistematizado, porém, é algo presente em qualquer etapa do trabalho etnográfico (Hammersley e Atkinson, 1995). Podemos ver a análise e interpretação juntas como uma etapa em que um fenómeno é dissecado e pensado em função de uma categoria que o torna heurísticamente significativo (Levi-Strauss, 1950).

Percebemos que as dimensões do investigador, informantes, terreno, metodologias escolhidas, e da relação construída, torna o trabalho de campo único para qualquer etnógrafo. Deste modo, as etapas e estratégias podem parecer de difícil definição, uma vez que fazem parte de um todo altamente dependente da arte etnográfica do investigador, elas, no seu conjunto, são o acesso principal ao entendimento de algumas das dimensões mais exigentes dos factos sociais.

I. Enquadramento Teórico

O objetivo do enquadramento teórico nesta pesquisa é particularmente desafiante. Construída no âmbito do campo reconhecido como Antropologia do Ambiente, esta destaca as problemáticas do mar, das vidas sociais costeiras, e dos problemas ambientais contemporâneos. Contudo, estes temas em particular envolvem transversalmente muitos outros campos disciplinares, pelo que este enquadramento teórico é, no fundo, um trajeto que vai sucessivamente abordando vários temas específicos relevantes de mobilizar tendo em conta os objetivos da investigação.

Os temas partem da identificação das referências da Antropologia Ambiental que mais diretamente foram assumidos, destacando neles a importância do mar como representação e como contexto de práticas sociais. Daí, identificar-se-ão trabalhos no campo específico das pescas e das comunidades marítimas, no quadro dos estudos realizados em Portugal. Por fim, será abordado o contexto geral dos estudos sobre mar e pescas em Portugal, e dos problemas de ordem política e científica que têm merecido relevo e cuja dinâmica recente está presente, não só nos trabalhos sobre comunidades piscatórias, como no discurso dos próprios pescadores sobre os problemas com que a sua vida se confronta. Temos assim, três alíneas sucessivas: Antropologia Ambiente e Mar, Pescadores e Comunidades Marítimas em Portugal e, por fim, o Mar e a Pesca em Portugal.

I.I. Antropologia, Ambiente e o Mar

Historicamente, a Antropologia constitui-se como ciência sobre o modelo das ciências da natureza, e é na sequência das ciências da natureza que vai procurar os seus primeiros modelos explicativos, como nos evolucionismos. Por outro lado, os seus primeiros objetos científicos foram tomados como factos de natureza ou insuficientemente destacados dela. É este o significado da palavra *selvagem* que, no Iluminismo, denunciava a convicção da existência de povos totalmente tomados pela própria natureza onde viviam, e até nas projeções simbólicas e culturais.

Posteriormente, esta presença nuclear da natureza na explicação das formas sociais reforçou-se pela importância que a geografia teve nas primeiras escolas consagradas da Antropologia académica. Igualmente, a Antropologia Económica, e em especial, a Escola do Materialismo Cultural, firmaram um campo próprio sobre a relação entre Antropologia, Ecologia e Ambiente. Os estudos de cultura e tecnologia material asseguraram o entendimento da relação dos povos aos seus contextos naturais de vida, e o problema deslocou-se para a diversidade das representações que as próprias sociedades faziam dessa mesma relação. Gerou-se assim, um dualismo: a natureza está sempre presente nos factos que a Antropologia aborda, seja como condição física, seja como representação cultural, mas não são nunca factos naturais que explicam factos sociais e culturais.

Posteriormente, pela necessidade da Antropologia se destacar das ciências naturais e da sua procura por leis universais, acabaria por levar a uma interiorização do dualismo cartesiano

cultura/natureza, levando a uma cisão da Antropologia em Antropologia Social e Cultural e Antropologia Biológica, cisão essa que acaba por impedir a disciplina de analisar o indivíduo de forma verdadeiramente holística, como seria o objetivo (Descola, 2013; Ingold, 1994; Ingold, Pálsson, 2013; Velho, 2001).

Benjamin Orlove (1980) define a Antropologia ecológica – que mais tarde passaria a ser mais conhecida por Antropologia do Ambiente, para melhor contextualizar o crescente universo de problemáticas (Orr, Lansing e Dove, 2015) – como o estudo das dinâmicas populacionais, organização social e cultura das populações humanas e dos ambientes onde vivem, num artigo onde explica a evolução da disciplina, referindo obras de referência, refletindo sobre diferentes teorias e metodologias. Orr, Lansing e Dove (2015) fazem o mesmo, abordando grandes tópicos como os sistemas ecológicos, ecologia política e ciência cognitiva, novamente considerando os diferentes tipos de metodologia aplicados.

De facto, a Antropologia do Ambiente encontra conceitos, teorias, e metodologias complementares em outras disciplinas (Kottak, 1999; Orlove, 1980; Orr, Lansing e Dove, 2015) porém, o foco no trabalho etnográfico com pessoas e as suas vidas permanece central metodológica e epistemologicamente (Kottak, 1999).

Existem muitos nomes com a maior relevância no contexto desta corrente, como por exemplo Gregory Bateson (2000), que acabaria por se inspirar em áreas como a psicologia, comunicação não verbal, epistemologia, biologia evolutiva, cibernética e outras (Di Deus, 2007), criando obras multi e interdisciplinares com o objetivo de argumentar que não existe um mundo físico externo separado do mundo mental interno, tendo ainda uma postura crítica acerca do dualismo cultura/natureza. Inferindo que o organismo que destrói o ambiente, destrói-se a si mesmo, cria uma ligação entre o organismo e o ambiente, revelando uma limitação na definição do indivíduo, pensando o organismo como um organismo-flexível-no-ambiente (Di Deus, 2007).

Esta ideia iria inspirar grandes antropólogos preocupados com a questão ambiental, como Tim Ingold (1985; 1994; 2000; 2004), Phillipe Descola (2002) e Viveiros de Castro (2004). Ingold (2000) tem como pilar das suas obras a ideia de uma ligação forte entre o indivíduo como um todo inserido num ambiente, argumentando que a ação humana deve ser compreendida como uma ação de um organismo vivo no seu ecossistema, no seu contexto social e natural. O autor faz mesmo uma relevante distinção entre natureza e ambiente, definindo o ultimo como algo relativo e dependente do posicionamento do observador, uma vez que “*o mundo só pode ser natural para um ser que não pertença a ele, que se pense fora dele; é quando um ser habita o mundo que, nesta relação, surge o ambiente.*” (Di Deus, 2007: 96). A ideia do indivíduo como um com o seu ambiente, e a necessidade de ter isso em conta nas análises antropológicas vai ser clara ao longo das suas obras, refletindo e reformulando a cada ensaio. Esta noção torna a Antropologia, como colocado por Christina Toren (1993), como a ciência por excelência capaz de analisar o ser de modo holístico.

O conhecimento da natureza e as relações na natureza, que todos os seres vivos têm, é, através da cultura, uma herança objetificável e exteriorizada. Toda a atividade humana tem relação com a natureza, o que significa que o conhecimento da natureza, é um ponto de encontro entre categorias que se encontram na base da ação humana, desde a prática, à simbólica, funcional e formal (Sanga e Ortalli, 2004). Mas a tradução de o que o antropólogo pode compreender acerca do conhecimento da natureza não é claro. O mais direto seria a questão das nomenclaturas, classificações e categorizações, porém, isto é uma perspectiva que valoriza a linguagem acima do comportamento. A Antropologia veio mostrar a importância das ações e do “*know-how*” das sociedades, que por vezes não verbalizam essas técnicas de adaptação ao meio (Angioni, 2004).

De facto, as ciências sociais podem oferecer um importante contributo no estudo de problemas ambientais, procurando compreender a sua dimensão social e cultural, através de uma abordagem etnográfica sobre práticas que não são explicitamente verbalizadas. Sobretudo no contexto atual, em que o impacto das alterações climáticas e a nova condição do Antropoceno (Crutzen e Streffen, 2003; Morton, 2018), não permitiram ainda às sociedades instalar nas suas estruturas culturais o registo de transformações que são muito recentes.

A Antropologia, especificamente, com a sua tradição metodológica etnográfica, tem um contributo único a dar não só pela análise social e cultural, mas também pela capacidade de revelar problemas e complexidades múltiplas que apenas a permanência e imersão no terreno podem tornar claras (Crate, 2011).

No quadro da Antropologia do Ambiente, o mar tem uma posição de destaque, mas relativamente dispersa. O mar é, não só um fator ambiental determinante, como é na relação a ele, que a história das sociedades humanas em grande parte se construiu, como é, ainda, nele e a partir dele, que se manifestam no Antropoceno muitos dos problemas ambientais. Por essa razão as populações que residem e trabalham nos litorais, o que significa a maior parte da população mundial, tornaram-se hoje ainda mais importantes para estudar as formas como os seres humanos respondem aos desafios das transformações ambientais que induziram.

É, pois, relevante privilegiar o conhecimento local das comunidades tradicionais que se situam no Litoral – zonas onde se sentem impactos como intensificação de elementos climáticos extremos, aquecimento e acidificação das águas, diminuição da flora e fauna marítima, entre outros - pelo seu intenso contacto com o meio marinho e a sua rica e complexa percepção do mesmo e dos seus fenómenos naturais, um conhecimento privilegiado, ainda que não seja científico (Bertapeli, Simonetii, 2009; Delicado, *et. al.*, 2012; Seixas, *et. al.*, 2014; Thorton e Scheer, 2012).

Com o desenvolver de uma atenção crescente ao mar, foi-se constituindo, não só um campo próprio da Antropologia Marítima, como um campo genérico de Estudos Marítimos onde várias disciplinas contribuem, dialogando entre si. Sobretudo com o reconhecimento da extensão e comunicação dos oceanos, principalmente a partir do século XVI, com a intensificação global do tráfego marítimo e das pescas, desde as mais longínquas, como a da baleia e bacalhau, até às

mais próximas dos centros urbanos e fabris, onde o pescado era transformado, dá-se também um forte desenvolvimento dos estudos, um reconhecimento de problemas e novas figuras de utilização do mar.

O século XIX vê assim desdobrarem-se, dentro dos estudos marítimos, estudos oceanográficos, os trabalhos da engenharia portuária, novos sistemas de construção naval, modernização da rede de faróis, novos conhecimentos de biologia marinha, e, por fim, a aplicação das ciências sociais e da cultura às populações que de forma mais tradicional viviam na dependência direta dos recursos marinhos (Quintas, 1998).

Nestes estudos, o mar é visto agora, não como um meio para chegar a um fim, pesca, viagem e guerra, mas sim como um ser com vida tridimensional com uma história, uma geografia e encantos próprios. Descobre-se os seres marinhos do fundo do mar, inspira romances e artes (Corbin, 1988). Porém, com a Revolução Industrial, o mar volta a retrair-se nas mentes e nas obras, mas não por muito tempo, sendo procurado por indivíduos que tinham como objetivo fugir de cidades demasiado industriais, indo em busca de uma paisagem natural, que graças à imaginação romântica, começa a mitificar-se, a invocando sentimentos de ressurreição, pureza e limpeza (Gillis, 2012; Patton, 2007; Mack, 2011). Apesar de um afastamento generalizado pelas sociedades europeias a nível físico, surge uma conexão mais íntima com o mar, a nível mental e imaginário. A água sempre teve poderes sagrados, mas pela primeira vez, oferecia uma redenção secular, um símbolo de eternidade, de conforto, da imortalidade da natureza e de vida. A terra tornou-se associada a limites, a significar os fins e os começos, e o mar, representa benevolência, um recurso sem limites, uma fronteira a ser explorada (Gillis, 2012).

Esta perspetiva teria até impacto da arquitetura, sendo cada vez mais procurados os edifícios com vista para o mar. Até antigas cabanas de pescadores, que se virassem para o lado contrário, foram voltadas para permitir a contemplação da água (Gillis, 2012).

Outra importante característica associada ao mar é a de um lugar de esquecimento, sendo considerado um local de despejo. A ideia do mar como algo onde aquilo que não é desejado é colocado sem retorno, está presente em inúmeros contextos culturais. Os peixes, eram normalmente pensados como dotados de capacidade de limpeza própria, provida pelo mar que tudo tem a capacidade de limpar (Mack, 2011; Patton, 2007).

À medida que o litoral se altera, as comunidades alteram-se com ele, construindo novos significados culturais, e estratégias de resiliência, não apenas porque são grupos humanos num ambiente em mudança, mas porque estes se alteram em sintonia (Gillis, 2012). E as zonas costeiras, principalmente, têm uma longa história de testar os limites e potencial humanos, como a independência, trabalho árduo, e as capacidades e vigilância necessárias para ler e responder aos seus avisos com agilidade e equilíbrio (Griffith, 1999)

Por esta razão, o mar, os litorais, as zonas costeiras, constituíram-se como importantes terrenos antropológicos, e com eles a Antropologia Marítima, com o seu foco na complexa relação entre

sociedades humanas e o mar em função da qual constroem a sua sobrevivência, e estruturam a sua vida social e cultural.

James Acheson, num texto de revisão crítica da Antropologia Marítima, em 1981, identifica três temas principais: pescas modernas, vida a bordo, e adaptações marinhas pré-históricas (Acheson, 1981), sendo que a disciplina acaba por explorar outros ao longo do tempo, como refere Luís Martins (1997), que chama a atenção para um vasto leque de temas, como a gestão dos recursos marinhos, instrumentos e tecnologias, usos dos espaços, paisagem, despostos aquáticos e pesca desportiva, banhos e práticas de lazer e cura. Porém, para efeitos deste enquadramento teórico, foquemo-nos no primeiro – pescas modernas – tema que tem vindo a desenvolver-se desde os anos 80 (Oneto, 2008). Apesar de os estudos que mencionam as pescas existirem desde o início do século XX, com destaque para Raymond Firth (1946), e outros estudos de referência que, apesar de mencionarem as pescas, não as têm como problemática central, como Bronislaw Malinowski e as pescas dos Trobriand, ou com o trabalho etnográfico de Radcliffe-Brown com a comunidade costeira Andaman e o de Margaret Mead com uma aldeia piscatória no Arquipélago de Bismark (Mendes, 2013; Van Ginkel, 2008).

A pesca é uma atividade dependente de um meio caracterizado pela sua incerteza, pelo que essa é a característica mais referida na literatura. Essa incerteza deriva do facto de o meio marítimo constituir um meio perigoso e desconhecido em que o ser humano apenas sobrevive através da utilização de aparelhos artificiais, como meios de flutuação ou equipamento de mergulho, entre outros, quando as condições o permitem. A constante ameaça de tempestade, acidente ou falhas mecânicas tornam a pesca não apenas incerta, como perigosa. Por outro lado, está presente ainda a incerteza do *stock* piscatório, que devida à pouca capacidade de previsão generalizada do comportamento da biota marinha (Acheson, 1981; Moreira, 1987).

Paralelamente, o peixe é um recurso comum que está a ser explorado cada vez mais, aumentando a incerteza uma vez que a rutura de *stocks* é uma possibilidade (Acheson, 1981; Moreira, 1987). Principalmente nos casos em que os pescadores são pagos uma parte do pagamento pela venda do que foi capturado, a exploração aumenta em busca de lucro, causando mais danos (Amorim, 2015).

Como uma atividade marcadamente masculina, os papéis de género e de família têm sido definidos ao longo do tempo de maneira diferentes quando comparados com outras atividades económicas, pelos problemas físicos e psicológicos associados à atividade piscatória. Os homens são descritos como tendo de organizar os grupos de trabalho e manter privacidade, estando longe de casa a maior parte do tempo, devido aos seus horários instáveis (Acheson, 1981), irregulares e flutuantes com regimes diurnos e noturnos, condicionados pelas marés (Martins 2013). Deste modo, as mulheres cuidam das famílias e casas, podendo ter uma ocupação, normalmente aliada à pesca (Acheson, 1981), como venda do pescado ou trabalhando em fábricas, como era comum em Setúbal (Quintas, 1998). A ausência dos pescadores reflete-se também politicamente, uma vez que são frequentemente mal

representados na política e dependentes de intermediários ou donos e armadores de grandes navios, sendo muitas vezes, explorados (Acheson, 1981).

Outra característica importante, referida por Joaquim Pais de Brito (Martins, 2013), é a ausência prolongada dos homens embarcados, que vai influenciar os papéis de género, e acaba por atribuir aos pescadores identidades fragmentadas, e determinar as relações dos mesmos com as coisas que os esperam em terra. Assim, está inerente também uma ideia de liberdade associada também aos pescadores artesanais, que exercem uma atividade num ambiente livre, fora da terra, e que se associa à marginalização do grupo que, pela sua liberdade e ausência, é também dotado de uma não subordinação à sociedade urbana de consumo (Ramalho, 2009). Associado a isto, é o facto de ser comum nas comunidades costeiras dependentes de atividades como a pesca um certo cinismo em relação a novas leis que tentem regular a sua atividade, como a restrição de artes usadas pela família durante séculos, levando a infrações (Griffith, 1999).

Aos grupos masculinos normalmente associa-se o conceito de população marítima, considerado por Carlos Diogo Moreira (1987), como um grupo cujo modo de vida assenta na atividade extrativa que é a pesca, e que possuem formas específicas de relação e organização ambiental, social e cultural. Considera ainda que estas populações vivem em comunidades piscatórias de reduzida dimensão, coesas, vivendo em proximidade e com grande sentimento de apego aos locais de nascimento e/ou à profissão e estilo de vida. Refere um forte conhecimento local do mar, fulcral para a adaptação e sucesso na vida do mar, adquirido pela socialização entre o grupo, não descurando a questão da incerteza, competitividade e isolamento da restante sociedade civil (Moreira, 1987). Porém, apesar da pesca ser uma atividade marcadamente masculina, o papel das mulheres é da maior importância e relevância, como diversas etnografias exploram, como por exemplo a de Sally Cole, na Vila Chã (1994) (Cole, 1994; Cunha e Silva, *et al.*, 2007).

É através da socialização que um indivíduo se torna pescador, não apenas pelo simples facto de ser capaz de realizar tarefas, mas também pela internalização de normas, valores, atitudes, interesses, conhecimento e capacidades necessárias para se tornar membro do grupo, para ser bem-sucedido na atividade e para legitimar esse mundo do trabalho (van Ginkel, 2008). Para além disso, estes conhecimentos decorrem das suas habilidades próprias que advêm das capacidades incorporadas no desenvolvimento de consciência e resposta, construído ao longo de uma história de envolvimento com a terra e os seus habitantes. No fundo, o aumento do conhecimento é um aspeto inerente ao crescimento do ser no seu ambiente (Ingold, 2004). Esta questão em referência aos pescadores fora trabalhada por Götz Hoeppe (2007), por exemplo.

Também a forma de resposta social aos limites do controlo dos pescadores sobre os seus recursos tem sido explorada pela Antropologia Marítima. Existem diversas estratégias aplicadas pelos pescadores, em resposta à instabilidade do setor. Para além de procurarem outras ocupações, Paulo Mendes (2013) refere estratégias tais como o abandono total da atividade piscatória, tentativa de controlar o preço da venda dos recursos através da criação de empresas

de distribuição ou venda, o recurso a outros portos ou lotas que pratiquem preços de venda mais altos.

Como estratégia de adaptação e sobrevivência num mar incerto, é comum a utilização de diversas artes de pesca, ou técnicas de pesca, para diferentes alturas do ano e para diferentes tipos de recursos desde os peixes marinhos, moluscos, crustáceos, entre outros. Devido ao facto de o pagamento da tripulação depender das capturas, e instaurou-se uma mentalidade extrativa e inconsciente que dita “*Não deixar para amanhã o que se pode apanhar hoje.*” (Moreira, 2004: 25), o que aumenta a rivalidade numa profissão que exige a solidariedade e associação pela sua perigosidade e incerteza inerentes (Moreira, 2004). Trata-se de um quadro familiar à questão da *tragédia dos comuns*, com todas as suas implicações éticas e políticas (Hardin, 1968; Ostrom, 1999).

Perante problemas ambientais, como as alterações climáticas e poluição marítima, a degradação crescente dos recursos, fracos resultados financeiros, o setor das pescas tem vindo a sofrer alterações, que continuarão a tornar-se mais profundas (Daw, *et. al.*, 2009; FAO, 2016; Moreira, 2004). Todas as características mencionadas acima, e os desafios da atualidade (Pitta e Cunha, 2011), chamam a atenção para a relevância de estudos sociais com grupos piscatórios, até porque, como a Antropologia tem vindo a estabelecer, “*(...) a pesca é concebida como um sistema cultural, estudando-se preferencialmente os “modos de pensar”, a construção conceptual do ambiente e a incorporação das relações ‘homem/natureza’ em categorias sociais, emocionais e ideacionais.*” (Moreira, 2008: 22).

Mas a Antropologia Marítima não deve ser considerada totalmente separada da Antropologia do Ambiente. Aos estudos etnográficos com pescadores, são inerentes informações sobre os fundos do mar, as espécies marinhas consoante o dia, noite, tempo e épocas do ano, informações essas cruciais para o universo da pesca, da sua organização social e técnica e sistema cognitivo (Martins, 2013). Paralelamente, existem ainda estudos focados na perceção e reacção das comunidades piscatórias face a políticas ecológicas que rapidamente geram alterações e limitações no seu dia-a-dia que devem aqui ser mencionadas (Castro, *et. al.*, 2017; da Silveira, 2011; Jentoft, 2000b; Orbach, 1989; Veiga, *et. al.*, 2013).

Várias são as vozes que apelam a uma maior atenção de Portugal ao Mar no presente, não em termos de controlo, aproveitamento de recursos e segurança apenas, mas também de conhecimento científico e atenção política (Alveirinho Dias, 2003; Pitta e Cunha, 2011), e parte disso deve incluir uma atenção às comunidades piscatórias cujo conhecimento privilegiado do mar deve ser reconhecido e partilhado (Bertapeli, 2009). Como referido por Gísli Pálsson (2002): “*Some scholars argue that multi-species fisheries are chaotic systems with too many uncertainties for any kind of long-term control. (...) But if marine ecosystems are deterministic and chaotic regimes, those who are directly involved in resource-use on a daily basis are likely to have the most reliable information as to what goes on in the system at any particular point in time.*” (Pálsson, 2002: 75).

II.II. Pescadores e Comunidades Marítimas em Portugal: alguns estudos

Em Portugal, as comunidades piscatórias estão dependentes de um recorte geográfico, que apresenta poucos refúgios, ao longo de toda a extensa costa. Esta, é afetada por uma corrente de norte a sul, e, no Algarve, de oeste para este, pela influência do anticiclone dos Açores. Quanto mais a Sul, maior a temperatura e salinidade das águas. Devido aos ventos ocidentais, em certas zonas da costa as ondas são fortes, tornando a pesca mais perigosa nesses locais (Araújo, 1987; Dias, 2003; Moreira, 1987; Moreira 2004; Ribeiro e Lautensach, 1987).

O conhecimento etnográfico dos pescadores de Portugal decorre de vários registos diferentes. Destacam-se os inquéritos de Baldaque da Silva (1890), os estudos de Rocha Peixoto (1990), e o texto de Raul Brandão (2018). A mais reconhecida é provavelmente a de Raul Brandão (2018) com “*Os Pescadores*”, de 1923, onde faz uma descrição de variados grupos no litoral português, desde à Foz do Douro a Sagres. Já aqui é claro o conhecimento local da natureza privilegiado dos grupos, conhecendo as espécies e os seus comportamentos, e uma relação de proximidade e deslumbramento pelo mar e as suas dádivas. Escrito como diário, entre abril de 1920 e agosto de 1922, refere também queixas dos pescadores da falta de peixe, e uma crítica à sobrepesca e à falta de organização (Brandão, 2018).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o interesse e os estudos realizados sobre pescadores prolongaram-se nestas três linhas fundamentais: a dos inquéritos, com propósitos administrativos; o da literatura com destaque para o neorrealismo; e, com expressão muito menos frequente, as monografias de comunidades piscatórias nas quais, em termos de detalha e pormenor, merece destaque o livro de Santos Graça de 1932 (Graça, 1992) sobre a Póvoa de Varzim. Contudo, supre esta carência, o valor documental de obras como os de José Loureiro Botas (1940), António Vitorino (1950; s.d.), Branquinho da Fonseca (1959) ou Alves Redol (1965), pela sua descrição pormenorizada de elementos das culturas piscatórias. De referir ainda estudos realizados sobre embarcações tradicionais por Octávio Lixa Filgueiras (1963) e o levantamento das atividades agro-marítimas do litoral português por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamin Pereira (1990).

Muita informação foi surgindo dispersa em monografias locais dos núcleos urbanos do litoral português, núcleos estes com forte representação de comunidades piscatórias, mas onde muitas vezes não são estas o objeto principal. Assim também é o caso das monografias geográficas ou com os levantamentos das construções tradicionais. No campo disciplinar da história económica e social, trabalhos mais recentes de Inês Amorim (Amorim, 2008) e Joana Gaspar de Freitas (2007; 2016) põem em destaque os processos de ocupação do litoral português e de constituição das suas comunidades piscatórias ecoando um debate que já opusera Jaime Cortesão a António Sérgio em torno do significado e dimensão e antiguidade dos efetivos populacionais do litoral português. Estes estudos são particularmente enriquecedores para entender a importância das sociedades piscatórias em Portugal independentemente dos indicadores económicos e demográficos.

No contexto da licenciatura de ciências antropológicas e etnológicas, no antigo Instituto de Ciências Sociais e Polítimas Ultramarinas, da Universidade Técnica de Lisboa (hoje ISCSP da Universidade de Lisboa), Carlos Manuel Ramos de Oliveira (1973) produziu uma etnografia muito completa com pescadores da Fuzeta. Aqui já é notória uma decadência progressiva da atividade, com a falta de campanha dos bacalhoeiros, e uma referida escassez dos recursos que levou a uma migração para Setúbal. É interessante na sua análise a distinção entre marítimos e terrestres, assente numa posição de superioridade por parte dos últimos, que viria desvanecer-se com os primeiros passos das vivências do consumo, deixando para trás tradições de outrora (Oliveira, 1973).

Alguns anos mais tarde, Willard Twig Johnson (Johnson, 1977) viria a referir questões muito importantes que recolheu durante o seu trabalho com pescadores portugueses. Uma delas é a questão da singularidade das culturas piscatórias, e, como estas têm mais semelhanças com culturas piscatórias estrangeiras do que com agricultores ou mesmo membros da sociedade com outra atividade profissional do mesmo país. O seu foco ecológico é uma importante componente para compreendermos a antiguidade do debate acerca da questão das pescas e conservação dos recursos e a sua complexidade.

Algo muito importante presente neste trabalho, e ausente em outras referências aqui referidas, é a questão da *porqueira*. A *porqueira* era um termo negativo para expressar as algas e resíduos deixados na rede que davam trabalho aos pescadores e impediam que o peixe entralhasse, e era uma preocupação que levava à curiosidade face à apanha de outra tripulação, uma vez que a presença de *porqueira* implica uma redução no peixe apanhado, um aumento do trabalho ao limpar as redes, um aumento dos danos feitos às artes, o que causa perda de tempo, recursos e aumenta as tensões na companhia (Johnson, 1977).

Os estudos sobre comunidades marítimas em Portugal, voltam a ter um novo impulso a partir dos anos 90. Destaca-se o trabalho de Sally Cole (1994), de Álvaro Garrido sobre as campanhas do bacalhau e o Estado Novo (2006; 2008; 2010; 2018), os de Luís Martins sobre a Póvoa de Varzim (1999; 1997; 2002; 2013) e Francisco Oneto sobre o litoral central (1993; 2004; 2005; 2008).

Luís Martins apresentou uma sobre "*Inovação e Resistência: um Estudo sobre Estratégias nas Companhas de Pesca*" (2002), e desde aí, tem trabalhado também com pescadores, fazendo, aliás, visitas ao terreno de Setúbal enquanto eu fazia a minha etnografia, tendo-se disponibilizado com muita gentileza para me ajudar. Na sua tese são referidas as preocupações dos próprios pescadores face à decrescente quantidade de peixe provocados pela sobrepesca, mas não só: é referido também as redes que são abandonados nos fundos e que continuam a matar o peixe, e conseqüentemente o mar (Martins, 2002). É um excelente exemplo da crescente perceção dos pescadores, e dos antropólogos, das problemáticas que geraram esta dissertação.

É referido também as tensões sociais entre pescadores e autoridades como o Governo, UE e comunidade científica, em que a falta de diálogo e de valoração do pescador e da sua atividade

são dos maiores entraves à conservação dos ecossistemas marinhos, também pelo facto de existirem novas gerações de pescadores “*sem calo*”, e que se apoiam na ciência, e não na experiência, acabando por criar falhas na sensibilidade com a natureza (Martins, 2002).

As contribuições de Francisco Oneto para a Antropologia Marítima portuguesa também devem ser referidas (1993; 2004; 2005; 2008). Na sua tese de doutoramento “*Hoje por Ti, Amanhã por Mim: A Arte Xávega no Litoral Central Português*” (2005), foca-se na incerteza e na forma como esta é experienciada pelos pescadores. Durante a sua etnografia, confrontou-se com uma dimensão paradoxal neste mundo dos pescadores: num contexto de incerteza, sorte, do aleatório, os pescadores, através da sua experiência e proximidade com o mar conseguem criar um mundo de ordem, regularidades, ciclos e padrões (Oneto, 2005).

Em “*Culturas Marítimas em Portugal*” (2008), Francisco Oneto reúne grandes nomes dos Estudos Marítimos portugueses, tentando colmatar o défice que existe nessa área. No seu capítulo “*Dois Séculos de Arte Xávega: Capitalismo, Decadência e Organização do Trabalho*” (Oneto, 2008), complementa a ideia de Luís Martins, dos pescadores “*sem calo*”, causado pela penetração do capitalismo na pesca e o processo de proletarização do pescador causado por fatores como “(…) *a generalização do sistema de ajuste e a sua subordinação ao regime disciplinar na autoridade marítima; as leis desajustadas de captação de recursos e os postos de trabalho disponíveis, conduzindo à mendicidade e à emigração; a destruição, provocada pelos avanços do mar, das zonas habitadas pelos pescadores (...) e, ainda, o elevado consumo de álcool.*” (Oneto, 2008: 143). Estas ideias de quem é o pescador hoje serão refletidas mais à frente.

Tanto em “*Culturas Marítimas em Portugal*” (2008) como no seu contributo para “*A História do Trabalho e das Ocupações – Vol. II: As Pescas*” (Madureira, Amorim, 2001), Francisco Oneto faz uma breve história da antropologia marítima com referências e reflexões interessantes. Porém, um enquadramento teórico desse calibre não é o objetivo deste capítulo, fazendo aqui apenas algumas referências que mais influência tiveram nesta dissertação.

Paulo Mendes (2013) trabalharia também com pescadores com foco na sua perceção do ambiente no litoral alentejano. Aqui a proximidade entre os pescadores e o mar e os modos como este é trabalhado são considerados como cruciais para o sentimento de comunidade. Aqui, torna-se claro que a questão da ligação ao mar pode ser tratada de variadas formas e é fulcral na compreensão das comunidades piscatórias (Mendes, 2013; Peralta, 2008). Em “*Culturas Marítimas em Portugal*” (Mendes, 2008) acrescenta o papel do turismo para uma nova perceção do ambiente através valorização do ambiente partilhado e da paisagem.

Vanessa Amorim (2015) também contribui para a Antropologia Marítima em Portugal, pelo seu trabalho etnográfico em Setúbal, criando um lugar no terreno, no seio de uma comunidade piscatória marcadamente masculina, para uma mulher antropóloga, o que criou um antecedente que me permitiu criar a etnografia que serve de base desta dissertação. Amorim (2015), nesta etnografia, a questão da incerteza e da aleatoriedade inerente à pesca estão claras, assim como o conhecimento local do mar e as estratégias de adaptação à atividade. Algo também muito

interessante foi o seu foco nos leilões e na questão do preço a que o peixe é vendido em lota, em muitos casos, injustamente baixo, em termos sociais, para desalento dos pescadores (Amorim, 2015).

Da maior relevância é a sua clarificação da imagem comumente associada ao pescador, como destruidor ignorante, referindo que existe uma consciência ambiental nesta comunidade, mas que a sua condição económica os empurra por vezes a algumas práticas de pesca com maiores impactos ambientais, referindo os tais métodos que provêm do seu conhecimento tradicional, tais como libertar ao mar o peixe pequeno. A questão das artes também é mencionada, visto que as novas artes de nylon, quando deitadas ao mar, continuam a destruir os ecossistemas (Amorim, 2015), situação também referida por Luís Martins (2005) na sua tese de doutoramento, dez anos antes.

A questão do defeso também levantou, durante a sua etnografia importantes dados, como a consciência e conhecimento das leis, mas a perspectiva de que os legisladores não compreendem bem o mundo da pesca, sendo uma medida errada a longo prazo. Existe uma clara descrença num sistema que apenas tem limitado cada vez mais a atividade. Aliada a esta questão, Amorim (2015), denuncia a falta de alternativas que levam os pescadores a ter comportamentos nocivos ao ambiente, pela necessidade económica de providenciar o básico à sua família.

Trata-se de um terreno etnográfico que outrora contava com milhares de barcos e otimismo. Durante o seu estudo, Amorim assistiu à venda de um barco com o nome da cidade, que refere como um acontecimento que todos os indivíduos lamentaram, com saudosismo e tristeza, mas também revolta. A sua tese termina com um tom positivo e a mesma motivação que acalenta a presente dissertação: a vontade de dar voz a estas pessoas (Amorim, 2015).

II.III. O Mar e a Pesca em Portugal

O desenvolvimento de estudos antropológicos, e em geral históricos, económicos e sociais, tem sido rodeado por um movimento de crescente atenção política e científica ao mar e oceanos. A expressão mais eloquente disso foi a Expo 98, totalmente dedicada aos Oceanos, e que refletia uma deslocação das prioridades, para a dimensão económica e científica num quadro cosmopolita de regulações globais do mar. As figuras mais destacadas desse movimento foram Mário Ruivo e Luiz Saldanha. O reflexo político mais consequente, terá sido a encomenda oficial, à empresa SaeR do estudo coordenado Ernâni Lopes celebrado pela tese do *hypercluster* do mar (Peralta, 2006), procurando compreender melhor os recursos marinhos e os designados “*serviços de ecossistema*” para dinamizar a economia portuguesa, com um paralelo investimento dos estudos científicos acerca destes recursos e capacidades do oceano e dos seus fundos. No estudo do *hypercluster* da economia do mar (SaeR/ACL, 2009) a pesca é referida como uma atividade numa situação de crise, com necessidade de uma transformação das frotas para exploração de outros recursos a uma maior distância da costa. Porém, a problemática da falta de recursos haliêuticos é referida, para a qual uma solução apontada é a aquicultura. É um documento focado na economia, pondo de lado as componentes sociológicas envolvidas no setor.

Isto demonstra uma contradição existente hoje no país, e presente no documento (SaeR/ACL), de, por um lado, uma estratégia de valorização do mar e dos seus recursos, incluindo a questão da maritimidade para a identidade portuguesa e exaltação do pescado de grande qualidade para o turismo, porém, por outro lado, existe a indiferença e desvalorização do pescador, em detrimento da aquicultura e da transformação da frota tradicional (SaeR/ACL), num contexto social em que as profissões marítimas têm pouca expressão economicamente, mesmo comparada com outras atividades ditas tradicionais, como a agricultura (Garrido, 2006). De facto, e tendo em conta que se trata de um país com uma ZEE dezoito vezes superior à área terrestre de Portugal, existe um grande contraste entre a amplitude da economia marítima e as expectativas do imaginário coletivo e da geopolítica (Garrido, 2006).

Como refere Mário Ruivo (2006), com a crescente consciencialização da necessidade de preservação dos recursos ambientais e conseqüentemente, os marinhos, as políticas de gestão pesqueira muda, e, apesar de reconhecer a importante relação entre o homem e os seres do ecossistema do qual depende, foca-se na problemática predador/presa, vendo o Homem, o pescador, como predador sem limite, o que nos revela uma grande falha sociológica, urgente de mitigar dando voz às comunidades piscatórias. Nesta linha, chama a atenção para a necessidade de abordagens holísticas de estudos acerca do oceano para a criação de políticas, que apesar de serem referidas em textos oficiais das Nações Unidas, não são verdadeiramente completas.

Em toda esta dinâmica recente, ressoam antecedentes históricos da relação de Portugal com o mar. De facto, Portugal situa-se na periferia da Europa, estando entre Espanha e o Oceano, e a sua história de expansão e descoberta dos mares começa condicionada por essa condição geográfica (Pitta e Cunha, 2011). Mesmo antes dos chamados Descobrimentos, o papel do mar e da maritimidade era importante, com a sua tradição piscatória, comércio com os árabes e pirataria ao longo da costa no século XII (Tomás, 2013). A pesca nos séculos XIII e XIV, incluía já uma grande variedade de peixes, incluindo atum, bacalhau e baleia, o que implicava um conhecimento das comunidades piscatórias capaz de criar embarcações e artes para a pesca longínqua, de tal modo que, em 1353, Eduardo III de Inglaterra autorizou a pesca por parte dos portugueses nas costas inglesas (Tomás, 2013). Não esquecer também o papel de D. Dinis, com a criação de uma frota de guarda costeira, desenvolvimento de indústrias de construção naval de pescas, e a plantação do pinhal de Leiria para as madeiras na construção de embarcações (Pitta e Cunha, 2011). Os Descobrimentos são os acontecimentos históricos mais comumente associados à relação entre Portugal e o Mar, em que a colonização e exploração de terras além-mar sustentaram a economia portuguesa através da importação de bens da Ásia, África, e Brasil, principalmente (Pitta e Cunha, 2011).

Focando-se no contexto português, Júlia Tomás (2013) analisa os imaginários do mar ao longo dos tempos, um símbolo enraizado na identidade portuguesa como trabalhado por Elsa Peralta (2008). A expansão marítima portuguesa transformou o imaginário do *mare tenebrum*, perigoso e cheio de terríveis criaturas para uma oportunidade de crescimento e uma glorificação de ser

português, sem necessariamente perder a questão do medo que ganha uma intensidade renovada, ao encontrar o desconhecido (Lopes, 2009; Tomás, 2013).

No caso português, porém, apesar da exaltação do Mar como um símbolo identitário, esta mitificação do mesmo não nasce de uma cultura marítima. De facto, a nível geral, existe uma falha na cultura marítima portuguesa que, ou nunca teve, ou a perdeu, e especialmente, não existe qualquer ligação entre esta relação abstrata com o mar e a pesca (Peralta, 2006; Pitta e Cunha, 2011). Os pescadores, hoje, são envoltos numa sombra de marginalização e inferioridade que os classifica como uma atividade em declínio, quando não os remete de modo pitoresco para fins turísticos.

A partir do século XIX surgem cada vez mais trabalhos focados no mar e nas comunidades piscatórias em Portugal (Pitta e Cunha, 2011; Ramos, 2006), que vai denunciar o pobre conhecimento acerca do mar. Ao mesmo tempo, os múltiplos discursos de naturalistas, biólogos e economistas vão criar um fosso e uma rejeição em relação ao conhecimento local tradicional dos pescadores (Martins, 1997).

Baldaque da Silva (1890) terá um papel preponderante dos estudos das pescas em Portugal pelos seus inquéritos e o levantamento publicado em "*O Estado Actual das Pescas em Portugal*" em 1890, evidenciando os objetivos estatais em curso na época, como o restauro das pescas nacionais em alto mar, principalmente na pesca do bacalhau e a formação de pessoal marítimo para fornecer os quadros efetivos durante a era de paz, e, fornecer homens de reserva no caso de guerra (Madureira e Amorim, 2001).

Através de uma grande capacidade de observação e capacidade de se relacionar com variadas comunidades piscatórias, a obra resulta de dez anos de experiência, dando uma descrição da hidrografia das águas de Portugal, as artes, as principais espécies capturadas, o papel dos portos, descrição dos variados tipos de pesca e respetivas metodologias, descrição das embarcações e da legislação relevante, criando um trabalho que levanta um interesse generalizado pela pesca e pela relevância do levantamento deste tipo de dados, que contou, inclusive com um léxico das expressões utilizadas. Torna-se claro, com esta publicação que a pesca é um problema social, económico e biológico (Martins, 1997).

Problemas como a falta de peixe, apesar da crença de inesgotabilidade dos recursos, a pobreza, conflitos entre companhas, pela incerteza do amanhã são referidos nos variados contextos piscatórios, temas que continuariam a surgir em etnografias ao longo dos tempos (Martins, 1997). Nasce a partir daqui outras obras de referência, como Luís Martins (1997) refere, porém, uma extensa revisão de literatura, apesar de interessante, não é o objetivo deste capítulo.

O papel de Rei D. Carlos na exploração científica do oceano deve aqui ser mencionada. Interessado em descobrir mais sobre o mar, criou uma coleção privilegiada de seres marinhos e permitiu um maior conhecimento científico dos fundos do mar e da sua fauna e flora, procurando também informações sobre o mar junto de pescadores (Coelho, 2015), sendo inclusivamente chamado em algumas zonas do Algarve «*rei do Algarve*» ou «*rei pescador*» (Ramos, 2006). Este

criou inúmeros cadernos de esboços e apontamentos, a lápis e a carvão, e pintou também muitos quadros a óleo, pastel e também aguarela. Pelo seu interesse pelo mar, patrocinou e publicou estudos científicos, um deles dedicado às pescas, nomeadamente à pesca do atum no Algarve, que observava a bordo do Amélia, o seu iate. Existe ainda uma ictiologia que descreve os esqualos (tubarões) obtidos na costa de Portugal entre 1896 e 1903, que foi impressa e distribuída aos participantes do Congresso Marítimo Internacional, realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa, em maio de 1904 (Ramos, 2006).

O seu interesse e contribuição estaria associado também à preocupação com as atividades piscatórias. *“Como dizia em 1903, «ao começar as minhas campanhas oceanográficas, dediquei-me desde logo quase exclusivamente ao estudo dos peixes que obtive, e fui levado principalmente a esta especialização de estudo, por ver a grande importância das pescarias na nossa costa, e acreditar que, talvez por um estudo metódico da distribuição e das épocas de passagem das diferentes espécies nas nossas águas, melhores resultados ainda pudessem ser obtidos»”* (Ramos, 2006: 180). Com o objetivo também de sensibilizar e dar a conhecer as suas descobertas, cria o Aquário Vasco da Gama em 1898, em Algés. Já com D. Carlos o problema da escassez de recursos era conhecido, pelo que em 1906, o rei suspende a matrícula de vapores com redes de arrasto, que mais tarde, na República voltariam (Garrido, 2018).

Raul Brandão com a sua conhecida obra *“Os Pescadores”*, publicada pela primeira vez em 1923, dá-nos uma descrição através da sua observação direta das vidas no litoral português, dando conta da sua diversidade e vulnerabilidade, numa época onde as tensões entre uma pesca industrial em expansão e uma pesca artesanal a desvanecer-se (Garrido, 2018). Critica a sobrepesca e a falta de organização, principalmente no que toca à sardinha, referindo que a pesca é feita de diversas maneiras e todo o ano, sugerindo uma época de defeso que seria imposta alguns anos mais tarde. Refere também as queixas dos pescadores da falta de peixe, que nos remete para a precariedade e incerteza da profissão que outros autores também trabalharam (Brandão, 2018)

Ainda durante a República, o Estado começa a restringir mais as artes de arrasto. Em 1928, é proibido o registo de novas embarcações que usassem redes de cerco, interditando-se as já existentes (Garrido, 2018).

Com o Estado Novo, o mar e a maritimidade voltam à ribalta, utilizando-se a expansão marítima como propaganda de regime, exaltando-se os *heróis do mar* (Pitta e Cunha, 2011). Como exemplo, temos a etnografia e longa metragem *«A Acção Social do Pescador»* por António Veríssimo. A nível económico e social, o Estado Novo contribuiu com iniciativas de proteção e fomento, com foco na pesca do bacalhau e a marinha de comércio. A propaganda também referia e descrevia a grande família das pescas como algo harmonioso, digno e comunitário, deixando de parte os perigosos e incertezas de ser pescador (Garrido, 2008). Criaram-se moradias económicas, em 1967, e, também como parte da obra social das pescas, foram criadas escolas primárias para ambos os sexos nas Casas dos Pescadores, nos principais centros piscatórios.

Também houve apostas na educação profissional dos pescadores com as Escolas de Pesca – para os rapazes (Garrido, 2008).

De acordo com Francisco Oneto (2005), apesar da sua exaltação por parte do regime, os pescadores não estariam imunes à censura, pelo que a propaganda desaconselhava vivamente os pescadores a discutirem política. Em 1944, no Jornal do Pescador – Órgão das Casas dos Pescadores lia-se “*«Não discutas política nem jogues! A política, nacional ou internacional, é só para os homens privilegiados que estudaram e têm talento. A tua política é o trabalho. Crê que aqueles que governam, pensam em ti e em todos – e ouve: são mais infelizes do que tu, porque sofrem aflições e responsabilidades que nem tu sonhas! Deixa, pois, a êsses a política. E não jogues. O teu único jôgo deve ser a pesca. Se queres experimentar a tua sorte tens no mar a tua lotaria. O jôgo, a política e o vinho – três fantasmas que debes afastar, para sempre da tua vida.»* (Ano VI, nº 63, 31 de março de 1944)” (Oneto, 2005: 234).

É inegável a tentativa de mobilização em massa por parte do Regime para a *Faina Maior*. Mas a incerteza das pescas e o declínio dos recursos depressa tornou a campanha do bacalhau anacrónica, até pelo facto de ser utilizada pelo regime sistematicamente como propaganda e recurso à ideologia historicista e generacionista do salazarismo (Garrido, 2008). Verificou-se uma grande mobilização do Estado para vincular medidas protecionistas e de recrutamento para as frotas do bacalhau de maneira a substituir as importações (Garrido, 2018). Na questão desta pesca longínqua, Álvaro Garrido (2000; 2018) destaca o papel de Henrique Tenreiro, tendo domínio sobre a Junta Central das Casas dos Pescadores, assim como dezenas de empresas de pesca e de transformação de pescado. Como proposta de Henrique Tenreiro, o Estado propusera-se a construir um centro nacional de receção e distribuição de pescado, do qual se destacou a criação do SAPP – Sistema de Abastecimento de Peixe ao País - em 1956 que, pela pouca articulação com a Gel-Mar, da qual era dependente, acabaria por falhar (Garrido, 2000).

No I Congresso Nacional de Pescas e Conservas, em Setúbal, tornou-se clara a crise existente no sector, agravada no início dos anos 30, pela depressão internacional. Por uma variedade de fatores nacionais e internacionais, os preços médios do peixe em lota caem drasticamente (Garrido, 2018). Com a obra mundialmente difundida de Lowestoft “*O Problema da Sobrepesca*” traduzida em 1943, torna-se claro que os recursos marinhos não aguentariam a pressão imposta pelo setor piscatório internacional. Em 1948, Portugal subscreve à Convenção Internacional de Sobrepesca e institucionalizam-se quotas, licenças, defesos, tamanhos mínimos de captura e malhagens de redes (Garrido, 2018).

A partir desta data, cresceram as pesquisas e dados científicos sobre a fragilidade dos recursos haliêuticos internacionalmente, e Portugal, pela posição de censura existente no regime vigente, acabaria por ficar para trás com exceção de organismos, como o Instituto de Biologia Marítima, criado em 1950. Este Instituto focava-se, principalmente, na sardinha e na ostreicultura. De facto, a produção de ostras fora intensa, nos anos 60, caindo dez anos depois devido à poluição, tanto no Tejo, como no Sado (Garrido, 2018).

No começo da década de 50, Portugal atingia o pico da produção pesqueira, com taxas de crescimento superiores às europeias e mundiais. Em 1953, foi considerado o primeiro produtor mundial de bacalhau salgado, e o número de pescadores matriculados, no ano seguinte atingiria o seu máximo histórico: 48 300. Em 1974, há uma grande quebra destes valores, e a pesca portuguesa, com traços tradicionais e dependência histórica de pesqueiros em mar alto entra numa crise latente até aos dias de hoje (Garrido, 2018). Cria-se, no mesmo ano a Secretaria de Estado das Pescas de modo a dar prioridade e desenvolver o sector, na esperança de ultrapassar a crise (Ruivo, 1983).

Com o 25 de Abril de 1974, há um afastamento dos discursos salazaristas, e conseqüentemente, um afastamento generalizado do mar, o que, como refere Álvaro Garrido, levou o país a transformar-se de um país marítimo para um Estado costeiro (Garrido, 2006). Algumas exceções são os esforços de Mário Ruivo enquanto secretário de Estado das Pescas, em 1974 e 1975, em que foi chefe da delegação portuguesa nas negociações para o Direito do Mar, na Convenção das Nações Unidas, assinada em 1982, assinalada com a segunda Conferência Internacional de Oceanografia em Belém, organizada pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (Firmino, 2017; Garrido, 2018).

Após a revolução dos cravos, com o desmantelamento da organização cooperativa das pescas, a atividade enfrenta novos desafios. Deu-se também uma quebra dos sindicatos dos trabalhadores do mar e a extinção das casas dos pescadores, que, apesar do aumento salarial, e do aumento dos preços do pescado, levaram a uma instabilidade das dinâmicas entre trabalhadores e dificuldades no recrutamento. Investiu-se na formação de pescadores, e procurou-se intervir no sentido de substituir o antigo *saber-fazer* através da socialização e formas de aprendizagem de outrora por saberes mais técnicos e formais. Outros fatores como a subida do preço dos combustíveis, e o aumento das despesas com o pessoal que afetaram não só as *companhas* mas também as empresas de armamento, de transformação e distribuição, levaram a uma descida de cerca de cinco mil homens na pesca entre 1970 e 1975, e a produção total da pesca nacional cai em 30%. As frotas longínquas, especialmente as de arte de cerco foram as mais afetadas - porém a redução da mão-de-obra nos barcos de cerco deve ser referida aqui como fator importante, uma vez que a introdução nos barcos dos aladores mecânicos diminui o esforço humano necessário para o funcionamento da arte (Garrido, 2018)

Com a entrada de Portugal na União Europeia em 1986, e esse afastamento do mar, as pescas sofreram profundas alterações. Perderam-se o acesso a muitos dos pesqueiros de longa distância, usaram-se subsídios europeus para abater frotas e as capturas têm vindo a reduzir-se gradualmente, sendo que 60% do pescado consumido hoje no país é importado (Álvares, 1986; Garrido, 2018; Madureiro e Amorim, 2001; Pitta e Cunha, 2011).

A Política Comum das Pescas, que entra em vigor a janeiro de 1983, e atualizada pela última vez em 2014, tem como objetivo garantir a sustentabilidade da pesca e da aquicultura a nível ambiental, económico e social, promovendo a dinamização do setor e garantir um nível de vida justo para as comunidades piscatórias. Com preocupações ambientais crescentes ao longo das

várias fases e ajustes, estipulou-se que, entre 2015 e 2020, devem ser estabelecidos limites de captura sustentáveis de modo a manter as unidades populacionais da fauna marinha (Comissão Europeia, 2018). Logo em 1984, com o objetivo de reestruturar o setor, gerou-se investimentos para modernização e abate de embarcações excedentárias ou obsoletas. Mais tarde, e com maior destaque e implicações no dia-a-dia, criaram-se normas ao nível das malhagens das redes, características das artes, e estipularam-se defesos e interditos sazonais, assim como o desembarque obrigatório de diversas espécies, como forma de controlo das populações de espécies (Garrido, 2018).

O ano de 1998 não passaria despercebido, sendo considerado o Ano Internacional dos Oceanos. Aqui também Mário Ruivo foi conselheiro científico, da Expo 98, uma exposição mundial dedicada aos oceanos, em Lisboa (Firmino, 2017). Desta exposição, ficaria até aos dias de hoje o Oceanário de Lisboa, com o objetivo de promover o conhecimento, sensibilizar os cidadãos da sua importância e necessidade de conservação do património natural (Oceanário, 2018). A Expo 98 significou um ponto de viragem na relação de Portugal com o mar, permitindo novos diálogos e perspetivas com motivação para reavivar a ligação do país (Pitta e Cunha, 2011) com um elemento tão importante da sua identidade (Peralta, 2008).

Também a criação da Comissão Mundial Independente para os Oceanos, por parte de Mário Soares, e com contribuição de Mário Ruivo, com diversas personalidades internacionais, procura dar visibilidade ao tema, sendo elogiada pelas Nações Unidas em 1998. Com a aprovação por parte do governo do Programa Dinamizador das Ciências e Tecnologias do Mar, os estudos e conhecimento científico multiplicaram-se, porém, os esforços para gerar algum valor económico do mar continuaram insuficientes (Pitta e Cunha, 2011), em parte pela falta de estudos que na altura se mostraram demasiado simplistas (Ruivo, 2006). Mário Ruivo (2006) alerta mesmo para a questão de os trabalhos académicos, sobre as questões dos recursos haliêuticos e da sustentabilidade da pesca, terem pouca audição por parte das administrações pesqueiras.

No setor das pescas, vindo desde o ano 1992, o declínio na produção continua. Crescem as empresas transformadoras e de aquicultura, porém a produção nacional desce cerca de 30%. Entre 1986 e 2005, o número de barcos caiu em 45% e as capturas 48%. Os pescadores fogem às lotas para fugir às restrições das quotas, quando não acabam por desistir da profissão, optando por outras, levando a uma quebra de cerca de metade do número de pescadores ativos entre 1970 e 2009. A pequena pesca foi a mais afetada pelas medidas restritivas de políticas com nenhuma sensibilidade social (Garrido, 2018). Em 1977, Carlos Bento levantaria questões que mostravam a urgência de alterações no setor da pesca, como a escassez dos recursos, lançamento de peixe ao mar devido a questões económicas do preço do mesmo, sobrepesca, poluição das águas, e uso de artes destruidoras (Bento, 1922), questões essas que ainda procuram ser resolvidas.

Porém, algumas ONGs, e mesmo um estudo da revista *Marine Policy*, alertaram em 2015 para o facto de a exploração de stocks ainda estarem com números acima dos recomendados (Garrido, 2018), algo já referido pela Comissão Europeia em 2009 (CE, 2009), uma situação

preocupante quando percebemos que 80% dos pescadores portugueses – dados de 2001 - dedicam-se a uma pesca costeira, dependente de variadas espécies marinhas e fluviais, de variados ecossistemas, o que implica uma pressão contínua sobre essa estreita faixa marítima (Madureira e Amorim, 2001).

O afastamento e esquecimento do mar teve impactos em diversos sectores, não apenas no das pescas, mas também na construção naval e turismo. De acordo com estudos encomendados pela Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia, Portugal é dos países europeus que menos postos de trabalho cria no âmbito das atividades marítimas (Pitta e Cunha, 2011). O próprio sector do Mar e das Pescas ficaria esquecido, incluído em outros ministérios, como o da agricultura, até 2015 (Decreto-Lei n.º 251-A/2015).

Com a crescente preocupação com a questão da poluição marítima e da necessidade de conservação da natureza, têm sido criados planos e medidas que cujos objetivos continuam por cumprir, como o Plano de Ação adotado na Cimeira Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável. A adoção da Diretiva do Meio Marinho, que estipula que os Estados Membros devem assegurar o bom estado ambiental das suas zonas económicas exclusivas até 2020, implica um maior esforço político, organizacional e financeiro, urgente para conseguir atingir o objetivo (Pitta e Cunha, 2011).

Desafios ambientais como as alterações climáticas estão a ter impactos nas pescas e nas comunidades piscatórias de maneiras diretas e indiretas, aumentando a incerteza já presente na atividade (Daw, *et. al.*, 2009). Na Europa, alterações na temperatura têm tido um forte impacto na distribuição da fauna marinha nas últimas três décadas (FAO, 2016). De acordo com o Projeto SIAM II (Santos e Miranda, 2006), para além dos problemas como as alterações na temperatura da água, alteração nas direções e intensidades dos ventos, da precipitação e escoamento dos rios, entre outros com efeitos nas pescas, em Portugal, também as políticas, que não têm as alterações climáticas em conta, contribuem para o aumento da vulnerabilidade das comunidades piscatórias. De facto, os problemas ambientais têm vindo a apresentar riscos e clarificar as vulnerabilidades nos grupos humanos desde sempre (McAnany e Yoffee, 2010).

Existem alguns trabalhos etnográficos com pescadores que referem práticas cuidadosas e medidas, estipuladas pela tradição, para um uso equilibrado dos recursos marinhos, porém existem outros que questionam o grau de consciência dos membros das comunidades piscatórias no que respeita à preservação das espécies (Martins e Souto, 2005). Preservar estes recursos é essencial para manterem o seu modo de vida, e muitos têm estratégias de conservação que são desconhecidas, ou pouco valorizadas, pelo facto de se manterem nas sombras. Porém, pela sua desconfiança das motivações dos agentes de autoridade e legisladores, comissões, e dezenas de organizações criadas com vista a assumir o controlo dos destinos das zonas costeiras e da pesca (Griffith, 1999). É, portanto, urgente compreender e dar voz a estes grupos, para o ajuste de medidas e políticas adequadas, que possam verdadeiramente contemplar uma sustentabilidade social, económica e ambiental.

II. Ambiente, Mar e Poluição

A Antropologia tem contemplado a questão da poluição de diferentes formas, utilizando o termo com diversas conceções ao longo do tempo, algo presente em diversas disciplinas. Aliás, antes do século XX, o termo *poluição* associado à poluição da água ou ar não existia, estando antes presente nos contextos culturais associado a males espirituais ou sexuais (Nagle, 2009).

No início do século XIX, a Antropologia debruçou-se sobre a questão da poluição ligada às perceções de pureza e impureza, no que toca a diferentes âmbitos, como a higiene, sexualidade comida e outras atividades familiares, com destaque para o contexto Hindu e para a sociedade de casta. “*Antropologists frequently focus on the cultural divisions between purity and pollution because they help to explain other cultural phenomena, human ecology, and the source of ‘the most deeply held of cultural beliefs’ that ‘arouse powerful feelings of veneration and disgust for those who hold them’.*” (Nagle, 2009: 26). Um exemplo clássico é “*Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*” de Mary Douglas (1966), em que pretende mostrar que os rituais de pureza e impureza criam união nas sociedades, e que os seus padrões simbólicos são construídos e exibidos socialmente (Douglas, 1966). Identificou também as duas maneiras como a conceção de poluição dos grupos opera como uma resposta às violações de limites sociais: por um lado, como caracterizar um elemento como poluidor que influencia o dia-a-dia; ou por outro lado, como essa caracterização consegue defender perspetivas gerais da ordem social (Nagle, 2009).

Em “*Risk and Culture*” (1983; Elliott, 1983) face à crescente preocupação pelo ambiente na sociedade ocidental, representa uma tentativa de repensar poluição. Os autores identificam dois sentidos principais em que o termo é aplicado. Por um lado, é utilizado no sentido poluição ambiental da água e ar, quando existe uma adulteração mensurável do meio. Por outro lado, a poluição moral, no sentido que Mary Douglas lhe dá, em que a poluição é um estádio contagioso, prejudicial, causado por intervenção exterior ao indivíduo, mas de origem desconhecida. Apesar dessa diferença, as questões levantadas são as mesmas: o que é visto como impuro, quem causa essa impureza, quem são as vítimas da mesma e como removê-la (Nagle, 2009).

Focando-se na poluição marítima, Kimberley Patton (2007) coloca outras questões. Procurando compreender os significados atribuídos ao mar, explora essa relação de pureza da água com o impuro, do ponto de vista da história da religião em “*The Sea Can Wash Away all Evils: Modern Marine Pollution and the Ancient Cathartic Ocean*” (2007). De facto, e como alguns movimentos conservacionistas ressaltam, elementos da natureza são comumente pensados como sagrados em algumas culturas, o que acaba por ser determinante na sua perceção de risco e atitudes face a esse elemento (Sachdeva, 2017). A água é, portanto, um elemento importante e dotado de características, para as ciências sociais, que vão para além do seu estado ou escala, e que deve ser tido em conta, e considerado um fator crucial na Antropologia Marítima (Helmreich, 2011).

Sem querer alargar-me ao vasto tema das representações da poluição, por agora, foco-me no caso dos plásticos e do mar. Na procura de trabalhos que tenham abordado estes temas realço a tese de Nor Azlin Tajuddin (2013) “*Place, People and Pollution: an Urban Ethnography of the*

Klang River in Kuala Lumpur, Malaysia, and the Torrens River in Adelaide, South Australia” (Tajuddin, 2013). Focando-se no conceito de lugar, o autor procura compreender a sua implicação na perceção de poluição do rio, através do método etnográfico. Michael Fabinyi (2012) também explora as conceções de degradação ambiental local com pescadores em Esperanza, nas Filipinas.

A poluição marítima é um grande problema que está, presentemente, na ordem do dia. Esta poluição assume diversas formas e origens, podendo ser mais ou menos visível. Os diversos poluentes contaminam a pouca água potável existente no planeta, reduzem os níveis de oxigénio na água, destruindo a biodiversidade, podem ainda acumular-se nos tecidos dessa mesma que depois é consumida por humanos, e múltiplos outros problemas, como destruição da fauna e flora terrestre por falta de água potável (Viman, *et. al.*, 2010).

Ngaha Emmanuel, Dilek Duranglu e Benea Ciprian Benjamin (2016) vão mais longe, explorando os impactos económicos da poluição marítima na Europa, referindo que a poluição gera custos principalmente em duas áreas: na filtração e tudo o que implica a limpeza e geração de água potável, e nas ações postas em prática para tratar o problema, ao invés de o combater na origem. Lobo Ferreira (1998) sugeriu ainda um mapa interessante que mostra a vulnerabilidade das águas subterrâneas em Portugal à poluição, mostrando também a importância deste tema.

Percebemos que a problemática da poluição marítima é muito vasta e com diversas dimensões da maior relevância. Dentro deste universo, existe outro: o da poluição por plásticos.

“Broadly speaking plastics are materials formed from organic polymers – giant molecules made by linking together long chains of smaller molecules, called monomers. These monomers, however, are themselves products of supply chain that almost always starts at a wellhead, oil rig or coal mine.” (CIEL, 2018b:1)

De facto, o plástico é um material relativamente recente, leve, forte, durável e barato utilizado para uma grande variedade de usos. Porém, essas mesmas características tornam o material perigoso para o ambiente, tendo a capacidade de se dispersar por longas distâncias e de existir durante séculos (Derraik, 2002; Villarrubia-Gómez, Cornell e Fabres, 2017). Aliás, a sua utilização tão comum, em por exemplo embalagens que depois são postas no lixo por milhões de pessoas todos os dias, acabou por tornar o plástico num marco do Antropoceno (Crutzen e Streffen, 2003; Liboiron, 2016; Morton, 2018).

A utilização em massa do plástico começa nos anos 50, do século XX, transformando sociedades a nível mundial (UNEP, 2016). A produção de plástico aumentaria de 1.5 milhões de toneladas nessa data, para 322 milhões de toneladas em 2015. Estima-se que em 2010, cerca de 4.8 a 12.7 milhões de toneladas de plástico entraram nos oceanos (Villarubia-Gómez, Cornell e Fabres, 2017). Apesar de o mar constituir a maioria da superfície do planeta, conhecemos menos sobre a fauna e flora do mesmo do que sobre a biodiversidade terrestre. Contudo, *“(…) there is overwhelming evidence that plastic pollution is a threat to marine biodiversity already at risk from*

overfishing, climate change and other forms of anthropogenic disturbance. So far however, that evidence is basically anecdotal. There is a need for more research (...)." (Derraik, 2002: 847).

De facto, a poluição por plásticos é um problema antropogénico que está a aumentar cada vez mais. O uso proliferado do plástico no dia-a-dia leva a que cada vez mais partículas de plástico entrem no mar diariamente, como microplásticos primários. Até os plásticos maiores como garrafas e sacos, acabam eventualmente por se degradar em microplásticos ou nanopartículas (Herbort e Schuen, 2017). Mesmo perante o problema, a procura por plástico continua a crescer, principalmente a procura de termoplásticos (polietileno, polipropileno, e tereftalato de polietileno), usados nas embalagens, na indústria automóvel e em brinquedos. Mas não só. Existem ainda nanopartículas de plástico solúveis em água que são de grande interesse comercial, sendo utilizadas como estabilizadores, emulsificantes, intensificadores de limpeza, inibidores de descoloração, adesivos entre outros. Cada vez mais o plástico e suas variantes são utilizados para diversos fins. Até ao fim de 2015, cada vez mais partículas têm sido utilizadas na indústria cosmética e produtos de higiene. As máquinas de lavar, estima-se, que libertem cerca de 1900 micropartículas de plástico por cada lavagem, quando cheias de tecido sintético, hoje tão comum (Herbort e Schuen, 2017).

Tudo isto tem um impacto significativo no ambiente, tanto pelo facto de os animais ingerirem plástico libertado na água, como por ficarem presos nos detritos. As partículas de microplásticos, solúveis ou não, podem levar ainda a danos físicos ao não permitirem que mais comida seja ingerida, ocupando o volume do estômago, ou mesmo entrando na corrente sanguínea e produzindo um efeito destruidor na cadeia alimentar (Herbort e Schuen, 2017; Karlsson, *et. al.*, 2018; Vilarrubia-Gómez, Cornell e Fabres, 2017). De facto, os microplásticos são, também, um vetor transportador de poluentes químicos no ecossistema marinho, que acabam por ser ingeridos, e ter consequências graves para organismos tão pequenos como o zooplâncton, chegando através da cadeia alimentar aos seres humanos (Isobe, *et. al.*, 2017).

O estudo de Therese Karlsson (*et. al.*, 2018) chama a atenção também para as pequenas esferas de plástico, com um diâmetro de cerca de 2 a 5 milímetros, que se encontram na formação de artigos e materiais termoplásticos e que se propagam também pelo ambiente. Essas esferas e outros resíduos, como pós, são transportados do local onde são produzidos para os locais onde serão transformados, e o artigo foca-se nessa viagem, em que este plástico tem a possibilidade de se perder e contaminar o ambiente. Esta preocupação advém do facto de essas esferas terem sido encontradas no ambiente desde 1970, em praias e amostras de água retiradas por todo o mundo. Isto é especialmente importante quando nos referimos a praias longe de locais com indústrias petroquímicas, o que significa que estes pequenos berlines acabam por migrar por todo o globo, através da água, o que significa graves riscos para toda a fauna (Karlsson, *et. al.*, 2018; UNEP, 2016).

Recentemente, diversas disciplinas científicas têm-se virado para este tema, referindo a poluição por plástico como uma potencial ameaça aos limites planetários. Isto significa que os níveis de plástico presentes na natureza estão a chegar ao ponto de disrupção do funcionamento natural

dos ecossistemas naturais, porém, como não existe ainda um limite quantificado, é difícil perceber quando atingiremos o mesmo (Villarubia-Gómez, Cornell e Fabres, 2017). De qualquer modo, é inegável que a poluição por plásticos afeta ambientes marinhos, comunidades costeiras e cadeias alimentares, pondo em risco populações humanas, animais e o ambiente do qual dependem (CIEL, 2018a).

Mas existem outras dimensões do problema que devem ser referidas. O plástico é um material que começa a ser produzido em massa no século XX, e, com usos extensivos com aplicações inesgotáveis, e que representa cerca de 8% da produção total de produção de petróleo (Cole, *et. al.*, 2011), mas não só, sendo que os materiais primários do plástico são o petróleo, gás e carvão – isto é, combustíveis fósseis (CIEL, 2018a; CIEL, 2018b). As emissões advindas dos combustíveis fósseis por si já são consideradas uma das principais causas para as alterações climáticas, sendo que libertam para a atmosfera diversos poluentes com consequências nocivas para a saúde humana (Larr e Neidell, 2016) – e não só (Ebi, 2017) -, e de todos os seres em todos os ecossistemas na Terra.

Perante um contexto de desafios ambientais, que culmina com problema das alterações climáticas, os oceanos tornaram-se peças chave. Estes têm um papel crucial na regulação da temperatura através de contínuas trocas radiativas, mecânicas e gasosas com a atmosfera. O oceano tem a capacidade de absorver, conter e transportar nas suas correntes o calor do sol (Speich, *et. al.*, 2018), afetando a temperatura atmosférica através de grandes massas de água quente, que são submergidas, para serem substituídas por massas de água fria, arrefecidas nas profundezas (Pitta e Cunha, 2011), fenómeno que acontece em todas as latitudes, redistribuindo o excesso de calor que recebe na zona do Equador por todo o globo (Speich, *et. al.*, 2018). Neste contexto de alterações climáticas, os oceanos têm vindo a absorver maiores quantidades de calor, sendo este um melhor indicador do aquecimento global do que as temperaturas atmosféricas terrestres (Levin, *et. al.*, 2018).

Por outro lado, o oceano é um importante aliado na captura de carbono, sendo um possível elemento de mitigação do problema. Cerca de 20 a 35% das emissões antropogénicas de CO₂ emitido para a atmosfera é depositado no mar, afundando-se sendo o seu destino as camadas de sedimentos no leito marinho ou podendo ainda ser eliminado através da ação do fitoplâncton (Bopp, Bowler, *et. al.*, 2018; Khatiwala, *et. al.*, 2009; Pitta e Cunha, 2011).

Outro potencial dos oceanos na luta contra as alterações climáticas é a sua utilização para produção de energias renováveis. A relação entre este problema ambiental e o meio marinho é biunívoca, como coloca Tiago Pitta e Cunha (2011), uma vez que o oceano tem potenciais para mitigar o problema, enquanto que as alterações climáticas apenas o afetam negativamente, através da acidificação provocada pelo excesso de CO₂, aumento do nível das águas, aumento da frequência e gravidade das tempestades e fenómenos extremos, inundação das bacias hidrográficas e erosão costeira (Pitta e Cunha, 2011).

Estas alterações físico-químicas nos ecossistemas marinhos, vão ter efeitos no metabolismo dos espécimes, nos seus ciclos de vida, causando alterações nas relações presa-predador, modificar habitats, e outros efeitos ainda por compreender. Estas alterações, vão ter consequências na pesca, uma atividade altamente sensível a alterações ambientais (Cury, 2018).

A produção dos combustíveis fósseis, uma das principais causas de emissões de carbono no mundo (Khatiwala, *et. al.*, 2009), é altamente localizada, encontrando-se mais perto das regiões onde os combustíveis são extraídos, até pela dificuldade de transportar alguns dos combustíveis por exemplo, o gás natural líquido e a nafta, cruciais para a produção de plástico. No caso da nafta, aliás, apenas cinco companhias contemplam metade das vendas globais totais – BP, Chevron, ExxonMobil, Shell e China National Petroleum Corporation. Por estes motivos, é vantajoso a nível económico que as empresas optem por um alto nível de integração vertical das indústrias, acabando por investir na produção de petróleo, gás natural e em companhias de produção de plásticos. Falamos de grandes companhias como a DowDuPont, ExxonMobil, Shell, Chevron, BP e Sinopec (CIEL, 2018b).

Percebemos, portanto, que o problema da poluição por plásticos tem consequências nefastas no ambiente desde a sua origem, criando poluição nas extrações dos combustíveis, no transporte das matérias primas, na manufatura dos materiais plásticos, no seu transporte para ser consumido em plásticos de consumo único, como garrafas de plástico, depois libertado para o mar, causando outro tipo de poluição. Trata-se de uma circularidade com consequências nefastas para o ambiente.

Já no mar, por sua vez, são levados pelas marés que acabam por levar o plástico para as mais diversas regiões. Hoje em dia a atenção ao problema nasce também das imagens que começam a surgir nos *media* de zonas de grande incidência dos detritos plásticos no oceano, conhecidas como zonas de convergência, criando uma consciência que tem mobilizado diversos agentes (Kershaw, 2011). Grandes quantidades de plásticos são também encontradas frequentemente em zonas costeiras nas regiões com grandes níveis populacionais com meios de gestão de resíduos ineficazes, uma atividade piscatória intensa e frequente atividade turística (UNEP, 2016). Este problema chamou à atenção para a composição e origem dos plásticos arrastados presentes no mar, fazendo ressaltar a importância daqueles que têm origem naval e, dentro destes, dos que têm origem nas práticas de pesca.

A atividade piscatória é relevante uma vez que o material utilizado é de plástico, e, quando descartado, contribui para os níveis de poluição, sendo, inclusivamente, categorizado pelos estudos e instituições preocupados com esta problemática (Macfayden, *et. al.*, 2009; Parker, 2018; UNEP, 2016). O sector piscatório tem vindo a adotar materiais de plástico pelas suas variadas vantagens, desde a leveza ao preço. Estes materiais podem ser redes, cordas, linhas, ou até luvas, caixas, fibras ou fragmentos, que se libertam com o desgaste. Isto pode acontecer por diversas razões, desde perdas acidentais do material, ou, como referido em Macfayden, *et. al.*, (2009) abandono ou descarte deliberado, tendo, de qualquer maneira, consequências

negativas para a vida marinha que pode ficar presa e morrer, ou ingerir pedaços do material (Macfayden, *et. al.*, 2009; Parker, 2018; UNEP, 2016).

Perante esta consciência crescente do problema, surgiu interesse por parte da ciência e das autoridades. Em Portugal, o assunto está oficialmente entregue às autoridades portuárias principalmente, à Marinha, embora ambas, com papéis sobretudo de alerta e de resposta, nos casos críticos. Já os estudos tecnocientíficos, realizados por biólogos e oceanógrafos que foram detetando a crescente afetação dos seus objetos de estudo por plásticos de origem diversa, permitiram o conhecimento atualizado da composição destes poluentes. Em 2013, Diogo Neves (2013) na sua dissertação refere que foram contabilizados 1275 itens de lixo marinho em 11 embarques de barcos de pesca de arrasto ao longo de 20 dias, tendo 38,6% desses itens origem em atividades pesqueiras, e 82% do total de itens tinham como origem o plástico. No estudo foram também encontrados microplásticos nos conteúdos estomacais dos peixes, concluindo-se uma correlação positiva, ainda que fraca, entre a densidade de lixo marinho e o número de partículas ingeridas (Neves, 2013). Também José Candeias (2015), na sua dissertação procura compreender os padrões de poluição marinha ao longo da costa Portuguesa na última década, utilizando dados recolhidos no âmbito do Projecto Coastwatch Portugal ao longo da referida década (Candeias, 2015). Os tipos principais de lixo encontrados foram embalagens de plásticos, artes de pesca, sacos de plástico, vidro, papel e cartão. Quanto ao plástico, tem maior incidência no Norte, indo diminuindo para Sul. A região de Setúbal, porém, sobressai pela sua grande quantidade de pneus (Candeias, 2015). Joana Anastácio (2015) também analisou vários tipos de lixo em várias praias da Costa, incluindo Praia da Califórnia, em Sesimbra, Portinho da Arrábida e Figueirinha, em Setúbal, em que o principal poluente encontrado fora o plástico (Anastácio, 2015).

Martins e Sobral (2011) mostram ainda a considerável quantidade de microplásticos encontrados na costa portuguesa, principalmente de esferas coloridas, que têm uma maior probabilidade de que as incolor, de serem ingeridas por vida marinha, com consequências nefastas não só para o espécime, mas para a cadeia alimentar (Martins e Sobral, 2011).

Os materiais industriais produzidos nesta Era do Antropoceno (Crutzen e Streffen, 2003; Morton, 2018), são produzidos em grande escala e têm uma grande longevidade, como é o caso dos plásticos, que acabam por passar mais tempo a degradar-se do que a serem utilizados pelos seres que os criam. Isto implica também uma intrincada e complexa relação entre os materiais e a sociedade (Liboiron, 2016) que deve ser compreendida para que medidas possam ser tomadas para mitigar o problema (Rudiak-Gould, 2011). É claro que a problemática da poluição marítima por plásticos é um problema presente em Portugal e da maior relevância. Por esse motivo, tem dado origem a movimentos da sociedade civil que retomam dinâmicas das Organizações Não-Governamentais Ambientais (ONGA), as quais em Portugal, têm uma história frágil e recente.

Em novembro de 1984, decorreu o I Encontro Nacional de Ecologistas Portugueses, na Foz do Arelho, que continuaria em março de 1985 no complexo turístico de Tróia, organizadas pelo Projeto Setúbal Verde e os Amigos da Terra, que marcaria uma etapa fundamental para os

movimentos ambientalistas portugueses (Soromenho-Marques, 2005). Cresce cada vez mais uma legitimação destes movimentos, maior atenção pelos media, e, portanto, uma maior influencia na sociedade civil, mas os níveis de participação e envolvimento cívicos, quando comparados com outros exemplos, são pequenos (Rodrigues, 1995; Soromenho-Marques, 2005). Desde esta altura, a preocupação com os problemas ambientais e os níveis de participação aumentaram como referido pelos *media* (Lusa, 2011; Swensen, 2015) e como se tem vindo a refletir na produção de estudos e teses nacionais (Alves, Silva e Remoaldo, 2015; Anastácio, 2015; Candeias, 2015; Martins e Sobral, 2011; Neves, 2013; Shataloff, 2013). A poluição marítima veio dar, entretanto, um novo relevo à dinâmica dos movimentos e foi ao encontro das preocupações oficiais que viam nesta poluição a origem de uma degradação do valor de uso turístico das praias. Destaca-se o papel da Bandeira Azul, desenvolvido na Europa desde 1987, na educação ambiental e na sensibilização à poluição por plásticos no mar e nas praias em Portugal (Bandeira Azul, 2014).

Outro fator relevante é o surgimento de movimentos de consciencialização por parte de indivíduos da sociedade civil, como, por exemplo a Campanha “*Mariscar sem Lixo*” da Ocean Alive ou as Campanhas de recolha de beatas da Feel4Planet, todas no contexto do terreno escolhido para esta dissertação, Setúbal. A Feel4Planet, fundada por quatro jovens da cidade, com foco principal na elevada quantidade de resíduos, tem vindo a conseguir voluntários para as suas campanhas de recolha de beatas e de limpeza das praias, tendo exposição nos media, aliando-se à artista Ana Quintino para a exposição “*Beata no chão, no mar, na areia: uma perigosa viagem*” para uma interessante ação de sensibilização e consciencialização ambiental (Feel4Planet, 2018). Sobressai principalmente o trabalho da artista plástica Ana Pêgo, e o seu projeto *Plasticus Maritimus* (Marques, 2016).

A Ocean Alive por sua vez, é a primeira cooperativa em Portugal dedicada à proteção do oceano, procurando promover a proteção do mesmo através da educação marinha e transformação de comportamentos, focando-se no Estuário do Sado, um habitat rico. Tem como objetivo a valorização das comunidades locais para proteção das pradarias marinhas, envolvendo mulheres da comunidade piscatória que consideram Guardiãs do Mar (Ocean Alive, 2018). A Campanha “*Mariscar sem lixo*” tem recebido prémios e investimentos importantes, e assenta na ideia de contacto de sensibilização direto, valorização de materiais e campanhas de limpeza com voluntários” (Ocean Alive, 2018a). Os seus principais locais de ação têm sido nas zonas do Campanário, Carraca, Gazlimpo, Eurominas, Mitrena, Gâmbia, Caldeira, Matinho, Pousadas e Arrábidas.

De acordo com uma publicação nas redes sociais, a 19 de janeiro convidaram a APSS, Associação Setúbal Pesca, a Câmara Municipal, Docapesca e Junta de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal, assim como a Polícia Marítima a visitar os focos de lixo na zona do terreno etnográfico (Ocean Alive, 2018b). Os meus encontros breves com esta organização e as suas ações estarão presentes no Capítulo III.

III. Poluição por Plásticos de origem piscatória: uma etnografia na muralha do cais de Setúbal

III.I. Setúbal: Cidade Piscatória

Setúbal é uma das mais importantes cidades marítimas portuguesas. A geografia da cidade é marcada pela formação da bacia do Rio Sado, um rio com orientação sul-norte, que a torna uma cidade abrigada, criando uma condição privilegiada ao nível portuário que cedo foi aproveitada para tráfego de mercadorias, construção e reparação naval, exploração do sal graças ao seu clima soalheiro, entre o fundo do estuário e a cidade, junto à saída do mesmo sobre o mar (Quintas, 1998; Ribeiro e Lautensach, 1987). Neste subcapítulo o foco será a atividade piscatória, porém, mantendo claro que a existência de sal na zona levará a uma forte tradição e presença, desde a ocupação romana, mas com mais relevância económica a partir do século XIX com a indústria conserveira, de uma indústria de transformação do pescado (Quintas, 1998). Atividades estas com expressão social e urbanística até hoje.

O estuário do Sado, rio que banha a cidade, caracteriza-se por marés semidiurnas e regulares, em que as amplitudes variam de 1,3 metros em águas mortas a 3,5 metros em águas vivas. A influência do oceano é preponderante, devido ao reduzido caudal do rio. A zona da Setenave e a ilha do Cavalo gera um tampão que separa duas áreas com diferentes características. A jusante, o baixo estuário, de carácter mais marinho, com forte gradiente de temperatura e fraco gradiente de salinidade. A montante, o alto estuário, com maior influência fluvial apresenta fraco gradiente de temperatura e forte de salinidade (Santos e Miranda, 2006). É neste meio que milhares de espécies prosperam, sejam residentes, sazonais ou ocasionais, num estuário de riqueza invulgarmente alta, e que possibilita uma atividade piscatória costeira com frutos, como vários peixes, moluscos, crustáceos e anelídeos poliquetas (Santos e Miranda, 2006). Falamos de uma área natural de elevado valor ecológico, económico e paisagístico, com estatuto de Reserva Natural do Estuário do Sado, Sítio RAMSAR e Zona Especial de Conservação ao abrigo da Diretiva Habitats. A Oeste do Estuário temos também o Parque Marinho Professor Luíz Saldanha (Martins, Carneiro e Rebordão, 2004).

A importância do Estuário do Sado, desdobra-se naturalmente nos seus mares fronteiros e, por essa razão, a atividade piscatória artesanal, baseada em Setúbal, abrange zonas interiores e zonas exteriores da foz do rio. Por essa razão, considera-se Estuário também uma área marinha que a maior parte das vezes não vai para além do mar de Sesimbra, a norte, ou, da frente marítima da Lagoa de Santo André a sul.

Em 1923, Raul Brandão em "*Os Pescadores*" (2018) descreve o mar em Setúbal como perfeito e imaterial. Quanto à pesca, escreve como partiam todos os dias barcos para a sardinha, conseguindo o suficiente para alimentar duas ou três vezes a população de Lisboa, não deixando de advertir os problemas advindos da necessidade de melhor organização e da possível destruição provocada pela sobrepesca que apenas enriquecia alguns (Brandão, 2018).

De facto, a atividade piscatória na zona de Setúbal remonta à Idade do Ferro (Martins, Carneiro e Rebordão, 2004; Quintas e Baltazar, 1988). Através de escavações arqueológicas, foram

encontrados vestígios de peixes da Era do Neolítico, que apenas poderiam ser pescados por embarcações a certa distância do litoral. Também do tempo da ocupação romana existem ruínas onde se encontraram uma grande quantidade de pesos de redes e inúmeras cetárias para a salga do peixe (Ribeiro, 2004).

Tanto a pesca como a extração de sal, aliado as excelentes condições do porto, foram, desde início, a base para o crescimento económico da vila que em 1860 se torna a cidade de Setúbal (Quintas, 1998; Quintas e Baltazar, 1988). Mas mesmo antes de se tornar cidade, o porto piscatório desde cedo que fora reconhecido. O Rei D. Fernando, por exemplo, tentaria, através de um despacho sobre a tributação, minimizar a exploração dos pescadores, que sofriam com os impostos e vendas do pescado a baixo preço, uma preocupação também de D. João I. D. João II, por sua vez, concederia vários privilégios em 1488, como isenção de pagamento de contribuições, de exercerem trabalhos para o concelho e de acompanharem presos. No ano seguinte, decretaria que os pescadores de Setúbal não podiam ser obrigados a dar aposentadorias gratuitas, salvo ao rei ou príncipe (Lopes e Pereira, 2015).

Durante os séculos XVI e XVII, por outro lado, há diversas medidas de controlo da pesca, como por exemplo, a proibição entre os meses de maio e agosto dos aparelhos de pesca do tipo avargas, chinchas e chinchorros para facilitar a desova (Lopes e Pereira, 2015). No século XVIII, Setúbal constituía um dos maiores portos de pesca de Portugal. Nesta altura começam a surgir novas artes, como a arte de cerco, e, até 1920, artes como armações à valenciana, apetrechamento de cercos americanos e barcos de arrasto de propulsão mecânica, levando à diminuição da pesca por aparelhos de anzol. Deu-se uma substituição dos galeões dependentes do vento e da força de remadores, para os vapores que dispensavam tantos homens, levando muitas famílias para a pobreza (Quintas, 1998).

Nos finais do século XIX, a cidade já era um centro de pesca, com um importante papel também na indústria da preparação do peixe em conserva, alimentado pela pesca local, principalmente de sardinha. Já nesta altura o preço do pescado variava, provocando mais instabilidade e incerteza, sendo o preço ditado pelas fábricas, que combinavam entre si para o manter baixo (Quintas 1998).

Coexistiam nesta cidade galeões de cerco, embarcações com artes de arrasto, e, mantendo-se maioritariamente dentro da zona do rio, os caíques, canoas, barcas, lanchas, batéis e botes que se dedicavam à pesca com anzol no alto, ou à pesca com redes de emalhar ou aparelhos de anzol feitas de fio de algodão (Quintas, 1998). *“O porto de Setúbal abrigava, no total, 550 embarcações, que empregavam 2 601 pessoas.”* (Quintas, 1998: 71).

Apesar da importância da sardinha ressaltar em diversas fontes, a história conta-nos que até esta altura, Setúbal era mais conhecida pelas suas laranjas e salmonetes (Quintas, 1998). Foi com o desenvolvimento desmesurado das fábricas de conserva que a importância da sardinha de Setúbal cresce em Portugal, e para os pescadores, dinamizando o setor (Garrido, 2018). Quem trabalhava nestas fábricas eram maioritariamente as mulheres, frequentemente esposas

de pescadores, mas também os rapazes aprendizes menores, o que se traduz numa mão-de-obra barata (Guimarães, 1994).

Nos anos 20, surge o primeiro galeão a vapor em Setúbal, denominado *Vitória*. Apesar da inicial resistência, os pescadores acabam por aderir e estes barcos, possível pela acumulação de capitais durante a I Guerra Mundial, e a abundância de recursos haliêuticos nesta altura, embora existisse já legislação que definia zonas onde estas embarcações estavam interditas. Estes novos meios permitiram um aumento do volume de pesca, e o desenvolvimento das oficinas mecânicas da cidade, causando também melhorias nas condições de trabalho dos pescadores, tornando desnecessárias as longas estadias no mar, onde trabalhavam dias e noites. A partir de 1910, estes galeões a vapor foram postos de parte em detrimento das traineiras, pelo seu menor consumo de combustível (Quintas, 1998), que se multiplicaram exponencialmente equipadas primeiro com motores de petróleo e depois a gasolina (Garrido, 2018).

Nesta altura, as fábricas de conserva e um maior poder económico, permitem uma melhoria nas condições de vida no Bairro Santos Nicolau, onde viviam pescadores oriundos de Aveiro, também designados de ovarinos, que se dedicavam à pesca no rio com barcas pequenas. Com a ditadura de Salazar, o bairro foi melhorado também, com a construção de um bairro operário, limpeza das ruas e iluminação (Martins, 2010; Guimarães, 1994). Como antigo bairro de pescadores, com origem algarvia, que se dedicavam à pesca fora do rio, o bairro do Troino também foi sofrendo melhorias, porém não tão dramáticas pelas suas melhores condições pré-existentes (Martins, 2012; Guimarães, 1994). Estas alterações nos Bairros aconteceram também pelo crescimento demográfico, entre 1864 e 1911, que colocou novas pressões residenciais nos mesmos (Valente, 1981). Em 1920, Setúbal contaria com cerca de 130 fábricas de conserva, mas as residências para os funcionários eram irrisórias. Exagerado era o elevado preço das casas construídas, e das pobres condições de higiene e sobrelotação das casas mais humildes (Guimarães, 1994). De qualquer modo, esta atividade seria importante para impulsionar outras indústrias subsidiárias e o setor dos serviços (Faria, 2009)

Nos anos 40, Orlando Ribeiro descrevia na primeira edição do seu livro "*A Arrábida*" (2004), a forte indústria em Setúbal, de conserva de peixe, de extração de sal, mas também indústrias químicas, como as de adubos, cimento, de extração de óleo de baleia, dando à cidade um carácter industrial, apesar da atividade piscatória ser predominante (Ribeiro, 2004). Já nesta altura, a indústria conserveira começa a perder a importância, restando em 1948 apenas 42 das 130 fábricas (Faria, 2009). Na década de 70, o Governo aprovaria um programa de extinção de empresas de conserva, que seriam recompensadas economicamente (Lopes, Pereira, 2015). As fábricas, pela pouca capacidade de inovar e reconverter-se num mundo de rápido desenvolvimento, acabam por falhar. Assim, a crise económica instala-se, com falta de absorção por outros setores, da mão-de-obra entretanto libertada (Faria, 2009).

A criação da cimenteira em 1906, tornada SECIL em 1925, e da Fábrica de Adubos da SAPEC em 1926, e do porto marítimo, entre 1929 e 1933, não foram suficientes para contrariar o clima de crise, apesar da elevação de Setúbal a capital de distrito pela sua consagração como cidade

industrial com grandes potencialidades para a economia nacional (Faria, 2009). Continua o aumento demográfico, entretanto favorecido pela migração, desde o Alentejo para a cidade em busca de emprego, a cidade expande-se, gerando, a Norte o Bairro Salgado onde vivia e pequena e média burguesia, a Leste o bairro Santos Nicolau, a Oeste o Bairro Melo e a zona degradada dos Olhos D'Água, hoje conhecida como Viso (Faria, 2009).

Começam a implantar-se na cidade diversos tipos de indústria, desde indústrias automóveis, de celulose e papel, de construção naval, metalúrgicas, metalomecânicas, entre outras, na zona da Mitrena, principalmente, mas também nas Praias do Sado e na estrada entre Setúbal e Palmela, no âmbito daquilo que é considerado a segunda vaga de industrialização, que sofreria grandes flutuações pela crise petrolífera dos anos 70 e da conjuntura recessiva com o programa do FMI na década seguinte (Faria, 2009). Principalmente a partir de 1992, dá-se um declínio no nível de vida da população de Setúbal, um decréscimo mais acentuado do que a média nacional, abrindo clivagens sócio espaciais no desenvolvimento da cidade e região (Guerra e Rodrigues, 1996). Até 1995, fechariam todas as fábricas de conserva de peixe em Setúbal (Lopes e Pereira, 2015)

Hoje, a pesca em Setúbal continua diversificada nas suas artes para enquadrar as diversas espécies que o ecossistema proporciona, mantendo-se profundamente artesanal (Santos e Miranda, 2006; Martins, Carneiro e Rebordão, 2004). O choco-vulgar é das espécies com maior importância económica, sendo que 10 a 30% do volume de capturas nacionais é feito por pescadores da zona. A principal arte de pesca utilizada é a rede de tresmalho, de três panos, mas também são utilizados covos, aparelhos (Santos e Miranda, 2006) e outras artes.

Em 2017, as espécies mais vendidas em lota em Setúbal era as ameijoas com 310 toneladas em lota, o choco-vulgar com 265, o longueirão com 182, polvo com 80, sargo com 62 e o carapau com 58. Importantes espécies como a sardinha, contam com apenas 4 toneladas (INE, 2018a), um valor explicado também pelo facto de existirem apenas duas traineiras com arte de cerco, que, principalmente a *Mãe de Jesus*, quando apanha grandes quantidades, prefere descarregar em Sesimbra, onde o preço é mais elevado.

Como se pode constatar no Anexo B, o número de pescadores matriculados fora de 401, e o número das embarcações, com e sem motor, não chega aos 1000 (INE, 2018b). Vemos que a comunidade piscatória tem vindo a diminuir e a alterar-se ao longo da história, mais uma razão para que os estudos sociais se foquem nestes grupos. Por outro lado, através do método etnográfico foi possível constatar que muitos dos pescadores com quem conversei pescavam em barcos de recreio com licença de pesca desportiva, o que nos mostra que, por vezes, os dados estatísticos podem ser insuficientes.

Apesar do manifesto declínio da atividade piscatória em Setúbal, ela persiste e tem clara expressão territorial e social. É possível observá-la na atividade do porto, na dinâmica da Docapesca, e de alguma atividade conserveira e de transformação de pescado. Além desta atividade, que marca a relação da cidade ao rio, e se assinala na malha urbana, há ainda a consagração simbólica feita sobretudo através do Museu do Trabalho e nos motivos mobilizados

para apresentação turística e até mesmo institucional do município (por exemplo, associação da cidade de Setúbal a uma gastronomia do peixe), e sobretudo a relevância social pelo número de famílias cujo nome está ligado a gerações de pescadores e pelos bairros onde essas gerações habitavam e que continuam reconhecidos como bairros de pescadores. Para além disto, as próprias formas de sociabilidade correm muitas vezes nas mesmas redes de interação que se formaram em torno da atividade piscatória.

Em conclusão, o significado da atividade piscatória em Setúbal é muito superior à intensidade da atividade ou do número oficial de pescadores. Por esta razão, a cidade de Setúbal permanece um dos mais importantes lugares para abordar todos os fenómenos sociais relacionados com a pesca e pescadores, motivo pela qual foi a escolha de terreno da pesquisa apresentada.

Como principal passo na estratégia metodológica – a etnografia – está a criação de uma boa relação com as pessoas, que assegure resultados fiáveis e ricos. Contudo, mostrou-se imperativo em termos éticos, tornar claro o motivo da minha presença no local. Tratando-se de um tema tenso para a comunidade piscatória, como me viria a aperceber, estava em risco de gerar mais retração do que propriamente generosidade de informações. Assumindo claramente esse risco, recorri nos primeiros dias ao auxílio de uma colega antropóloga que já tinha desenvolvido investigação acerca da comunidade, e que tinha com a mesma, laços familiares.

Como tive a oportunidade de verificar, apesar do dito risco envolvido, a transparência foi uma escolha acertada e produtiva. A minha presença no terreno não foi enganosa, o que permitiu ao longo do tempo, e da minha perseverança em querer aprender com a comunidade, uma criação de uma importante relação de confiança, e apesar da condição estranha da minha presença naquele contexto, como uma mulher investigadora num contexto piscatório masculino, ela foi aceite cedo e proporcionou abertura. Mais tarde, foram permitidos níveis de participação em alguns trabalhos, e é a conjugação destes relacionamentos que foram progredindo com o tempo, que tornou produtiva a interação pessoal e interessantes as investigações que obtive.

Devo referir que se tratavam de informações difíceis pela tensão que rodeia hoje a imputação de responsabilidade aos pescadores por uma parte significativa da poluição da água do mar, sobretudo nas áreas costeiras que os pescadores de Setúbal frequentam. Mas o assunto conseguiu ser abordado desde o começo do trabalho de campo sem que se gerasse uma recusa à continuação da comunicação e o retraimento foi diminuindo à medida que os dias avançavam. Passo a apresentar a etnografia na primeira pessoa e pela ordem sequencial das etapas porque foi passando a minha integração no meio piscatório de Setúbal.

IV.II. Primeiros tempos

Durante a homenagem aos pescadores em maio, tornou-se claro que se trata de pessoas simples e descontraídas, pelo que percebi que a investigadora que iria para o terreno em setembro teria que ser mais relaxada. No dia 1 de setembro, com a antropóloga e amiga Vanessa Amorim, visitei o terreno pela primeira vez. Estava calor, fui confortável, munida com a minha mochila e um bloco de notas e o maior entusiasmo. Em primeiro lugar, dirigimo-nos à sede da

Setúbal Pesca e Bivalmar, ambas em escritórios juntos no edifício da Docapesca, para pedir autorização para estar naquele espaço reservado aos pescadores. Com grande abertura por parte de C. P. da Setúbal Pesca e Bivalmar, sentámo-nos numa sala onde rapidamente se ofereceu para me explicar “*como são os pescadores*”, num cenário de uma entrevista formal, com uma secretária que me separava a mim, de um lado, e do outro, o senhor com a antropóloga já conhecida.

Começou logo por me explicar “*quem são os pescadores*”, dizendo que sempre pensou que fossem pessoas solidárias, abertas, livres, uma visão algo romântica que rapidamente se alterou quando começou a trabalhar ali. Disse-me que são solitários, pouco reivindicativos, e algo egoístas. “*Andam sozinhos mesmo tendo tripulantes no barco*”, expressão que me fez pedir mais explicações, pelo que constatou que o pescador é solitário e pensa em si e na sua família primeiro, e que, os Mestres do barco andam sozinhos, no sentido em que fazem as escolhas sozinho e os tripulantes são apenas um meio para atingir o objetivo do chefe. Enalteceu a ideia de que a pesca não é uma profissão, mas um modo de vida. Disse mesmo que “*eles não tiram férias*”, “*não vão de baixa*” e que “*os casamentos duram uma vida porque nunca estão em casa*”. Deu um exemplo de um senhor cujo nome não referiu apenas disse para a Vanessa “*sabes de quem falo*”, que viu o seu camarada morrer afogado e no dia seguinte voltou ao mar “*isto para nós de fora é inconcebível, íamos ficar com medo da água*”.

O uso do termo *nós* foi muito utilizado, tanto para criar uma ligação comigo enquanto forasteiros, mas também, contraditoriamente, referiu-se a um “*nós*” da gente da pesca. Clarificou que deseja proteger a atividade e os pescadores nela envolvidos, deixando claro a incerteza característica da profissão e das dificuldades que muitos sofrem, mas também comentou com um sorriso que “*hoje sexta feira, o que ganharem se calhar gastam no café*”. Outra ideia que muito referiu foi a liberdade, de horários, e da própria sensação de liberdade que considera seduz muito os pescadores quando estão no mar. “*E são assim os pescadores.*” Quando esclareci que o meu trabalho não é tanto centrado nas dinâmicas da pesca, mas sim na poluição, e dentro desta, os plásticos, logo cortou o contacto visual, olhando para baixo, dizendo que é um bom tema, mas que “*sabes... eu já falei com os biólogos e eles dizem que não são os pescadores que poluem o mar, são as indústrias*”. Ao qual respondi que não queria responsabilizar ninguém, apenas compreender a perspetiva das pessoas do mar, ao qual sorriu e referiu que “*Vais-te dar bem, também não tens ar de inspetora, eles falam contigo sem problema, também estás connosco, e qualquer coisa eu falo com eles.*”.

Através destas organizações, os pescadores têm ajudas com a burocracia imposta, para a qual não têm muita paciência, nem vontade de lidar com. Frequentemente, estas pessoas das associações ajudam os pescadores fora apenas do contexto da Associação, como por exemplo, levá-los à loja do cidadão tratar do cartão de cidadão. No fundo, são pessoas cuidadosas com os pescadores e que querem o seu bem, mesmo que, por vezes, o discurso possa parecer algo paternalista. Mas pelo desenrolar da conversa, apercebi-me das dificuldades em conjugar os deveres oficiais com os interesses pessoais. Avisou-me, em sorrisos e trocas de olhares com a

Vanessa, que me tinha que habituar ao facto de “*não haverem nomes*” apenas alcunhas, como Pé Descalço, e outros exemplos, e à gíria própria. “*Pois bem, vamos dar uma volta?*” e fomos conhecer melhor o edifício e os funcionários.

No dia 7 de setembro, porém, fomos novamente as duas com o intuito de eu conhecer os pescadores. Fomos um primeiro lugar à zona das Associações dizer “*Bom dia*”, e, ao sairmos, deparamo-nos com um senhor muito simpático, B., que a convidou para almoçar, virando-se depois para mim dizendo “*Queres vir também, miga?*”. Caminho para a zona de desembarque, falámos ainda com um *ajuda* chamado Z. S. que me disse para estar a vontade e para contar com ele se precisar de alguma coisa. O ajuda é uma figura muito interessante na comunidade piscatória. No fundo, é quem ajuda a descarregar o peixe dos barcos, tratando da pesagem, e da arrumação das caixas na *friza* – isto é, o frigorífico da lota. Isto é muito relevador da distância que o pescador cria das atividades em terra, preferindo cingir-se à atividade que não apenas sabe, mas lhe dá mais prazer: andar ao mar.

Num momento morto, porém, fui conhecer melhor o espaço para uma zona onde se encontravam redes amontoadas, assinalado com “*Redes*” para depois ir uma empresa de recolha buscá-las. Era notório o lixo que se encontrava nessas redes, amontoadas com as latas de refrigerante, os maços de tabaco, os milhares de beatas, as garrafas de água de plástico, as embalagens de detergentes...entre outros detritos mais pequenos. Este tipo de lixos existia também em menor quantidade no chão e conseqüentemente as redes de cerco que estavam estendidas.

Em nenhuma situação de descarga e escolha do peixe vi sinais de detritos e lixo. Muitas queixas da falta de peixe, da falta do choco. O peixe já vem dividido nas caixas, e os bivalves nos sacos arranjados, à exceção da traineira *Segredos do Mar* que traz dornas cheias e escolhe no local, com a *companha* e dois *ajudas*, o que nos releva um pragmatismo importante para diminuir o tempo de trabalho em terra. Algo muito interessante foi a conversa com um senhor de um barco seu onde trabalha com o seu filho, com uma arte diferente de todos os outros, com anzol, que rapidamente se queixou da falta do peixe explicando que “*isto vai acabar*” devido as alterações no clima. Diz que o aumento da temperatura é terrível, que os peixes não gostam “*disso e fogem, atão claro*”, e que só vai piorar. Esta referência as alterações climáticas, tão espontânea, foi muito interessante e reveladora da consciência que existe forte do fenómeno mesmo que não utilizem o termo científico. Outro tópico que rapidamente levantou foi o da poluição, e das descargas que diz que “*as indústrias não podem, mas fazem na mesma*” que acredita que tem vindo a matar muitas espécies e afastar outras.

Já no almoço, as pessoas claramente se sentiam à vontade umas com as outras e com a Vanessa. Ao início, não conversei muito. Na brincadeira, metiam-se comigo “*Para a próxima não vens que comes muito*”. Algo que rapidamente despertou o meu interesse fora a conversa de um senhor que tinha um chapéu à pirata preto (“*e tenho outro com uma caveira*”), com tom revoltado – de facto, confesso que não tenho a certeza do seu estado de espírito. Normalmente associa-se um tom de voz mais elevado com as pessoas mais revoltadas ou zangadas. Ali, no início, foi difícil perceber. Todos falam ao mesmo tempo e usam o tom de voz cada vez mais alto para

serem perceptíveis, o que acaba por não acontecer. De qualquer maneira, levantou a questão do plástico que diz estar a matar os peixes e as algas, fazendo gestos com as mãos que me indicaram revolta. Aproveitei para perguntar se por vezes aparecem nas redes, ele diz que sim, mas a conversa não evoluiu mais, passando para uma explicação de que quem mata os mares são “*esses tipos do plástico e quem faz as leis*”, uma vez que sente que os pescadores têm muito mais fiscalização do que as pessoas que deitam o plástico ao mar. Pouco tempo depois disse: “*mas eu sou maluco*”, o que gerou toda uma conversa sobre “*ser um calhau*” e que deveria estar calado. O gozo entre homens é comum, utilizando-se os insultos seguidos de sorrisos, que me permitiram perceber que se tratava de uma brincadeira.

O meu primeiro dia sozinha, em que realmente tive coragem para interagir, foi a 13 de setembro, com chegada ao local às oito da manhã. A manhã, fria, estava relativamente calma, apenas um barco atracado que já tinha descarregado. Ao chegar, decidi não entrar pela Associação como a Vanessa referiu, uma vez que senti que poderia ser uma vantagem distanciar-me desta, e passei pelo *ajuda* Z. S. que rapidamente me disse “*Bom dia, alegria!*”, alternando tratar-me por tu e por você – o *tu* acabaria por ser a nossa maneira de comunicar. O que saltava a vista era um barco grande da marinha atracado ao fundo, e utilizei esse facto para perguntar o que se passava. Pelo que o Z. S. me disse é normal as vezes estarem por lá, dizendo que talvez fique no fim de semana.

Faltavam alguns barcos na doca pelo que deviam estar no mar e chegar mais tarde. No meu caminho pela doca um senhor veio conversar comigo perguntando-me se andava a passear e eu disse no que estava a trabalhar. Ele disse-me que estava a passear, que ia estar um dia bom. Despedi-me com um sorriso e um toque no ombro. Reparei das últimas vezes que estive na zona, ao fundo estavam as redes misturadas com lixo e as pessoas “*de terra*” trabalhavam aí, e tendo em conta que normalmente estavam sentados tornaria mais fácil a interação. Disse bom dia, um senhor de bigode branco, L., foi muito simpático e perguntou pela Vanessa. Rapidamente chegou o seu colega, B., e continuaram sentados nos seus bancos de madeira a remendar as redes. Aproveitei o momento e fui para junto deles. Admito que ainda tive um pouco calada, mas depois sentei-me e perguntei o que acontece para as redes ficarem assim. Explicaram que era uma rede de cerco e que como toca no fundo, rasga-se com as pedras. Perguntei se, por causa disso, não surgem “*porcarias*” nas redes: “*às vezes, mas é mais naquelas ali verdes*”. E ficámos por ali. A minha iniciativa de perguntar esta questão fora fugaz em variadas situações e com vários indivíduos, em que ficava sem resposta, principalmente nas primeiras semanas.

E de repente L. diz “*Olha a tua colega chegou*”. Não era, era uma repórter da SIC com uma Câmara acompanhada pelo C., a filmar as descargas dos barcos. Noto que a senhora não pára de fumar e quando termina coloca a beata na água. Junto de mim, L. constantemente se mete com o outro senhor que está comigo a observá-los “*Eles não vêm para aqui porque estás aqui feioso*”. Este senhor por sua vez está com vontade de ir lá, e diz-me que eu é que deveria aparecer e não “*aquele gordo*” – um mestre que estavam a entrevistar. Desafiei-o para ir comigo ver o se passava. Ficámos junto dos *ajudas* que explicaram que era a SIC a fazer uma

reportagem. Tanto me disseram que era uma reportagem de 3 dias sobre a pesca em Setúbal como uma celebração dos 25 anos da SIC. Um deles riu-se e disse “*boa sorte virem cá sexta-feira*” (feriado em Setúbal).

Afastei-me, indo ter com o L. que agora estava sozinho. Perguntei pelo colega, B., que tinha ido “*fazer umas coisas*”, e disse as diferentes versões das razões pelas quais a SIC lá estava. Rapidamente perguntou-me o que era a Antropologia e que a neta em breve terá que fazer opções para o secundário. No meio da nossa conversa aparecem as pessoas da SIC para filmá-lo, pedindo que me afastasse. Aproveitei para tirar fotografia deste momento. Entretanto, L. vai almoçar, e vou também, no dia seguinte voltaria. A partir desta data, as minhas visitas ao terreno seriam diárias, nos dias de semana, desde as oito até à hora de almoço em que tudo ficava praticamente vazio.

De facto, os primeiros tempos de terreno foram complicados. As conversas mal duravam poucos segundos, recebendo respostas de poucas palavras, se tivesse direito a tantas sílabas. Os olhares desconfiados com o meu caderno, levaram-me a optar por me afastar um pouco do mesmo. Devo admitir que os ajudas, como Z. S. e M.J., foram, de facto, uma grande ajuda, ordenando aos pescadores dos barcos que descarregavam para responderem ao meu cumprimento (“*A menina disse-te bom dia, és mal-educado ó'quê?*”), explicando-me as coisas e sendo uma companhia presente na muralha, e, no caso de M., ao criar um sentimento em mim que iria revirar toda a minha presença no terreno com o seu comentário diário, com volume alto e constante “*Atão, princesa, não se faz nada?*”. Z. S. também desde cedo me procurou ajudar, levando o seu iPad para eu ver vídeos da Festa da Tróia e fotografias, oferecendo-se inclusive para me emprestar uma câmara fotográfica. Repare-se que, apesar das conversas de crise e dificuldades, quem pode, gosta de não apenas mostrar o que conseguiu através do trabalho árduo, mas também emprestar e dar a outros. A questão da bondade fora também notória quando, por duas vezes, me ofereceram cavalos marinhos, “*para pôr atrás da porta para trazer sorte*”, por pessoas que não tive o prazer de conhecer bem, quando poderiam vender, como me contou o ajuda M. a dez euros o espécime.

A presença da questão do pouco peixe, e das consequências das alterações climáticas eram uma constante, porém a poluição não. Quando fazia perguntas, no âmbito da descarga dos barcos, eram raras as respostas ou referiam-se apenas à poluição das fábricas. Durante alguns dias questioneei se algum dia conseguiria chegar às questões que precisava, enquanto conhecia melhor L., B. trabalhadores em terra dos *Segredos do Mar*, traineira com arte de cerco que me explicaram que, quando apanham muito peixe, preferem descarregar e vender na lota de Sesimbra, onde é vendido certamente e por maior preço “*Sabes que lá há melhores compradores, que até mandam a cavala para Espanha e tudo*”. Com estes senhores eram frequentes os comentários sobre as excelentes condições de Sesimbra, onde o pessoal de terra não tem que trabalhar ao relento, e há mais segurança, referem. Para estes trabalhadores, a muralha é um lugar onde há muitos roubos “*Não podemos deixar aqui nada. Já chegámos um*

día e tinham roubado o chumbo todo da rede.”, sem acusar ninguém especificamente, referiram que *“Só vem roubar coisas da pesca quem precisa também”*.

Até que um dia a minha esperança voltou quando vejo L., ao mesmo tempo que estava lá o senhor J. da ISS, empresa contratada pela APSS para limpar o lixo, a varrer os pedaços de rede e detritos de plástico, beatas, entre outros elementos, para a água. Pergunto se não quer que eu vá buscar algum tipo de pá, ou que ponha tudo num cantinho para o senhor J. levar. *“Achas que eles fazem alguma coisa? Deixa estar, isto não faz mal, não te preocupes”*. Note-se aqui a descrença nas instituições e empresas, algo presente em outras comunidades piscatórias, que acaba por moldar totalmente o seu comportamento.

De facto, a ISS fora contratada pela APSS, para retirar as redes de nylon do seu cantinho para depois serem levadas *“para os contentores, e depois devem ser derretidas, não tenho a certeza.”*, explicou-me o senhor J., *“mas nós não temos que limpar mais nada, só tirar o lixo do sítio onde é suposto o lixo ser posto por eles.”*. Muitas das vezes pedaços das redes de nylon soltos pelo processo de desentralhar fogem para a água, e outros plásticos de embalagens são comuns de se encontrar.

Entre as ajudas a descarregar o peixe dos barcos, os *ajudas* têm cada um o seu cantinho para desentralhar as redes dos barcos para os quais trabalham. Isto significa o processo em que cortam os fios que unem a corda e a rede, deitando fora a rede e reutilizando a corda, com as boias ou chumbo para outra rede. Estes restos de rede são colocados num local específico para depois serem recolhidos pela empresa ISS. Esta estratégia de conservação do material, e no fundo de sobrevivência pela poupança em alguns dos materiais, é muito importante para entendermos a questão da poluição marinha, como veremos mais à frente. De facto, a ideia de conservar o máximo possível está presente nos pescadores, e apenas mais não é possível pela fragilidade do material que é o plástico, e pela perda de alguns antigos saberes de remendar. Apenas dois senhores em Setúbal remendam redes de plásticos.

Comum eram as conversas acerca do *“antigamente”*. Principalmente B. em quase todas as nossas interações, que apesar de tudo foram curtas, por ser uma pessoa até bastante reservada, gostava de recordar *“as milhares de traineiras aí”,* que faziam fila para entrar na lota, *“o peixe vendia-se sempre, graças às indústrias da conserva”*. Num momento engraçado, até imitou os movimentos de ancas dos antigos carregadores de peixe que faziam o seu chapéu abanar e deixar cair peixe para depois ou vender ou consumir em casa.

Ao longo do tempo, mais pessoas começam a dizer-me *“Bom dia, menina”*, porém a muralha é de facto um lugar de passagem, com exceção dos *ajudas* e do pessoal de terra das traineiras, quando têm trabalho na muralha. Algo que me chamou a atenção desde o início é a aparente indiferença com que lidam com os resíduos. Há embalagens vazias de maços de tabaco, beatas, embalagens de comida no chão, na água, e até na rede de cerco enquanto trabalham e agem como se não estivesse lá. Cheguei a perguntar uma vez se quer que ponha num saco, a resposta de L. foi *“Não, isto depois cai e desfaz-se, obrigada”*.

No dia 20 de setembro tive o prazer de conversar com o Mestre do *Segredos do Mar*. Assim que cheguei B. e L., chamaram-me e disseram para conversar com o senhor. Apresentei-me e rapidamente foi buscar uma cadeira dizendo “*eu digo-te tudo o que precisas*”. M. J. O. P., com 71 anos e 61 anos de Mar, explicou-me que na pesca há fases boas e fases más, o governo passado fora uma fase má, mas que agora estávamos numa fase boa, embora não se continue a prestar atenção a pesca. Explicou-me que o seu barco apanha maioritariamente sardinha cavala e carapau por utilizar técnica de cerco. Estas pescas destas espécies principalmente a da sardinha é complicada porque é “*algo muito importante para o nosso país*” então pescam muito, existem muitos barcos à sardinha, o que leva a descida do preço porque há muita oferta, o que leva o pescador a procurar mais lucro pescando mais, tornando-se num ciclo vicioso. Explicou-me e disse-me mesmo para apontar que 100 cabaços de carapau não dão para o gasóleo. Ontem venderam o carapau a 0.60 €, a cavala por 0.25€. Têm uma empresa à qual vendem a cavala, espanhola que a utiliza para o atum, mas que, quando é demais já não compram. Apesar do discurso das dificuldades, eram comuns as críticas a este Mestre entre os *ajudas* e pescadores, referindo que até o periquito recebe uma parte do barco, referindo quantias como 2500€ num dia, algo que, comparado com outros barcos era muito avultado, não esquecendo, porém que se trata de uma traineira com arte de cerco.

Explicou-me que havia muito a dizer-me sobre as artes de pesca que estragam o fundo do mar, mas que depois ia ter os pescadores chateados com ele e ele não podia, mas que as redes de nylon foram proibidas em Marrocos por alguma razão. Referiu que a vida do pescador piorou porque há muito esforço de pesca – no sentido da sobrepesca – “*e pouco preço*”. Mesmo que se apanhe pouco para tentar subir o preço não se vende porque é pouco e as indústrias não querem. “*Agora abre um tópico sobre a vida do pescador*”. Está pior, tiram cédulas, mas nenhum vem para o mar. falta pessoal jovem porque vêm que não dá dinheiro fixo. 20 horas de trabalho, porque se esforçam para apanhar ais peixe para poder pagar as contas e despesas da viagem.” *De 100 que tiram as cédulas só 5 vão para o mar, escreve que é importante*”. Não há horários de trabalho, ficam na maré até ganhar.

Perguntei sobre a questão da sardinha, da ideia de pararem a pesca durante 15 anos. Explicou-me que na sua opinião era impossível porque depois era demasiada sardinha, e quando se voltasse a pescar os preços desciam ainda mais. “*Não há falta de sardinha hoje há é falta de preço*”. Se impusessem essa regra, acabavam com a pesca, diz, porque depois ia haver tanta sardinha que não conseguiam apanhar cavala nem carapau, estava o mar cheio de sardinha.

Conta-me que sim, apanham lixo nas redes, plásticos, redes de nylon, e que apanham tudo poem em sacos e trazem para a costa. Contou-me que já apanharam peixe cheio de plástico na barriga e comenta que as redes de nylon é que são terríveis (“*não são as nossas*”) porque ficam na água, o peixe não vê, fica preso e morre, até os que vão desovar e os pequenos.

Conta-me um pouco da sua história de vida, que ontem lhe ligaram para avisar que um antigo patrão que o livrou da guerra colonial arranjando-lhe emprego no bacalhau faleceu, entre outras histórias. O pai faleceu quando tinha sete anos, a mãe abandonou-o e passou fome e muito mal

com os seus dois irmãos. Falava com muito orgulho das suas três filhas, da sua perspetiva sobre Jesus que pensa nele como um homem como nós que se esforçava por ser bom. Contou-me que ainda tentou juntar-se à Igreja Universal do Reino de Deus, mas que percebeu que “só *queriam dinheiro*”. Gosta de reiterar que tem dinheiro hoje quando não tinha em criança e que ajuda os outros e a família. Termina dizendo que está sempre disponível para conversar, e acompanho-o até ao portão, mas para a meio junto ao ajuda M. a desentralhar as redes de nylon, dizendo: “*Vês? isto é muito fininho e leve então anda por ai a apanhar tudo e matar tudo o que apanha*” ao que o ajuda diz logo que não, que fica na lama e se transforma em pedra. Seguimos caminho e ele diz “*eu não te digo mais nada porque senão eles viram-se contra mim, percebes. Eles até metem as redes vários dias e não podem, depois queixam-se que o peixe está podre*”. Despede-se de mim com um beijo na testa e segue.

No dia 27 de setembro conheço o pessoal de terra de outra traineira, Mãe de Jesus a trabalhar na muralha. Um senhor, F. M., já o tinha conhecido no almoço, e apresentou-me ao seu colega C.. Como já tinha observado L. e B. a trabalhar na rede de cerco, perguntei se queriam ajuda. Rapidamente me apercebo que a maneira como estavam a trabalhar a rede era diferente de como vi na equipa do *Segredos do Mar*, algo que constato imediatamente. “*Sabes, aquilo que eles fazem ali é abrunhar, não é remendar*”. Aqui remendar implica criar novas malhas, se faltarem, não apenas unir as malhas que se mantiveram inteiras no rasgo da rede de cerco. “*Aponta aí, abrunhar é arranjar a rede de qualquer maneira, perfiar é unir a malha e orlar é reforçar a rede*”, como me mostraria mais tarde. Como costumam trabalhar no armazém, estando apenas na muralha quando o trabalho assim o exige, ainda não os tinha encontrado. Como a rede a trabalhar foi posta lá, estariam as semanas seguintes ao relento, onde com eles ficava também, no chão, ou na rede, a conversar. Tanto F. M. como C. foram progressivamente abrindo-se cada vez mais comigo. Pescadores a vida toda, hoje dedicavam-se a esta vida em terra, para não ficarem parados, e, no caso de C. para dar mais apoio à família. Ao longo deste primeiro mês a grande questão que ouvia entre as pessoas, era a falta do peixe, as dificuldades dos pescadores, a precariedade da profissão, e aqui a conversa era semelhante. Belos relatos sobre a vida na pesca, apenas surgiriam mais tarde.

Pergunto quais as grandes diferenças a nível ambiental que notam. Falam do aumento da temperatura. Referindo que nesta altura já deviam ter aparecido as trovoadas e as chuvas “*e nada, só este calorão. Mas isso tu sabes...*”. Desabafo nas minhas notas: “*Sinto que não querem conversar sobre estes tópicos porque de facto basta ler algo sobre isso... Pergunto sobre a poluição. Dizem-me que sim, agora há muito lixo em todo o lado. Pergunto se aparecem nas redes. Dizem que sim. E eu “de que tipo”. Todas as respostas têm de ser arrancadas quase. Em qualquer outro tópico a conversa flui. Não entendo! A maioria do lixo que surge são algas, dizem-me. Pergunto porque consideram algas lixo “Porque não é natural, aparecem por causa deste calor que não é normal”. Explicam-me que os plásticos surgem muito nas piteiras, as artes para apanhar polvo. Perguntei porque acham que isso acontece. “Má educação”. F. diz-me que não há outra resposta. Pergunto “E o mar não leva?”. C. interrompe-me rapidamente e dizer que não porque o mar leva mas trás logo. Não quero parecer ignorante, não sei como chegar lá*”.

IV.III. “Ensinem a miúda”

É notório no excerto com que terminámos o subcapítulo anterior, que o primeiro mês foi caracterizado por uma incessante procura minha direta de informação, que creio que foi má recebida, e principalmente, mal pensada por mim. Mas a partir daqui algo muda. No início de outubro, L. pega numa agulha e diz “*Aproveita o F. M. e aprende masé. Ensinem a miúda.*”. Isto mudaria o percurso da minha etnografia, que, graças também aos comentários de M. que anunciavam a toda a muralha que eu não estava a fazer nada, me motivou a dar algo, se queria receber.

Seguiram-se meses em que estava muito frio de manhã e ao final do dia, e cerca de trinta graus a meio do dia, o que se mostrou complicado para as pescas, contavam-se. “*É preciso o mar remexer*” disse-me um Mestre enquanto os ajudas e a companha descarregavam as poucas caixas do dia. C. explica-me que quando o mar se mexe com as tempestades “*vêm para cima coisas que fazem o peixe gordo.*”.

Entre outubro e novembro, aprendi com C. e F. M. os diferentes pontos a remendar a rede de cerco, como funciona, as partes da rede e os diferentes fios para cada função, enquanto conversávamos sobre a pesca, ser pescador, e as suas vidas. O facto de eu estar sentada a treinar remendos e, à medida que melhorava, ajudava cada vez mais os senhores, levou a que muitos pescadores e trabalhadores se aproximassem com curiosidade, conversando comigo e entre eles a meu lado, permitindo-me acesso a toda a uma nova dimensão de intimidade no terreno. Passei de “*colega da Vanessa*” para “*pescadora pequenina*”, algo que, em outubro me valeu da minha primeira oferta: um balde de carapaus – voltaria no dia seguinte com o balde cheio de bolinhos.

Rapidamente já tinha o meu próprio balde pequenino, a minha camisa de flanela aos quadradinhos, e conseguia resposta de quase todos os “*Bons dias*” que dizia na minha caminhada. Algumas pessoas iam ter comigo, ver-me remendar, outras vezes procurava infiltrar-me nas conversas dos grupos que surgiam enquanto fumavam o comum cigarro, principalmente à sexta feira enquanto esperavam o seu pagamento. Estes momentos levaram-me a conseguir vários testemunhos pessoais acerca das dificuldades de ser pescador. Uma coisa é ouvir que ser pescador é difícil, outra coisa é ouvir os problemas pessoais destas pessoas diretamente. As preocupações com o pagar as contas por não se conhecer o dia de amanhã, a indignação com os Mestres quando as “*partes*” de cada um não são justas, e as diferenças que existem entre barcos e maneiras de ser dos mestres.

Um senhor, A. C., tripulante dos *Segredos do Mar*, era uma pessoa que comumente se queixava, revoltado, a F. M., enquanto fumava o seu cigarro, que no início raramente reconhecia a minha presença. Frequentemente contava as dificuldades que encontravam no mar, não concordando com a maneira de agir do Mestre (“*Se ele sabe que ontem pescámos ali e não deu nada, para quê ir outra vez hoje?*” ou “*Que mania de ir para as pedras, a rede parte sempre!*”), ou mesmo referindo a falta de cuidado dos camaradas em geral com o material, queixando-se que o pessoal de terra “*Não sabe fazer nada. Até ela [eu] aprende e eles não*”, reconhecendo-me, finalmente e

fazendo contacto visual. F. M., responde-lhe dizendo que eu aprendi muito rápido, e que o que eu já sei fazer, *“nem metade dos pescadores que andam aí sabem”*.

Algo que também começa a surgir organicamente são intrincados comentários sobre a natureza. F. M. chega a chamar-me para pé dele para me mostrar o eclodir de um ovo de uma mosca. Diz-me para ter cuidado com as larvas e ovos presentes na lona que separava a rede do contacto direto com o chão – outra medida de cuidado com o material. Um outro exemplo da humanização e cuidado com os animais foi o arrependimento de uma vez que apanharam em alto mar um golfinho, e viram-no morrer *“Ele chorava enquanto morria, acreditas? Foi muito triste. (...) Dantes apanhava-se isso tudo, baleias, golfinhos, mas acho mal, são mamíferos como nós.”*. Esta característica consegui identificar não apenas nos pescadores, mas também nos *ajudas*. M. salvou uma gaivota, retirando-a, ferida, da água, dando-lhe abrigo numa ganchorra e comida, pedindo-me para a levar ao ICNF para ser vista *“Algum animal desses que anda aí deve-lhe ter batido, coitadinha.”* Já o seu irmão, Z. S. contou-me que já viu de tudo: *“(…) peixes cegos, marrecos, atrasados, parece que não, mas eles são como nós, têm cancro e essas coisas todas.”*

Com o crescimento da minha relação com F. M. e C., e familiaridade que começava a ter no terreno, começo a ir rapidamente a casa almoçar e voltar à tarde, até às cinco. Numa dessas tardes, contaram-me histórias do antigamente, das grandes viagens de barco, até países longínquos. F. M. recorda que uma vez encontraram uma *“doca barco russa”* e que ficaram malucos com eles a oferecerem coisas e a pedir para ficarem. Tinham tudo, até enfermeiras e médicas. C. recorda as antigas garrafas de brandy e whisky que se comprava barato até *“o do bom a cinquenta cêntimos”*.

Comenta também que antigamente, Setúbal era muito mais rica dantes, as ruas cheias de fábricas de conserva, *“até no Bonfim”* e tudo cheio de traineiras, *“mal cabiam ali todas”*. Apanhavam imenso peixe que alimentava a indústria que era muito forte. Andavam mesmo em miúdos por ali a ajudar e a aprender com os mais velhos. Tomavam banho na zona dos barcos e os polícias as vezes até roubavam a roupa e eles tinham que ir *“para cima”* nus, referindo-se ao bairro do Viso. Comenta que dantes todos os tripulantes davam um jeitinho e aprendiam as coisas de terra, *“hoje ninguém sabe nada, nem têm interesse em aprender”*. Diz que mesmo assim, apesar de terra ser mais seguro, que preferia andar ao mar.

Comenta que hoje *“as forcas são demais”*, que quer dizer artes de captura e estão a destruir o mar *“É só podridão o fundo o do mar”* *“E sabes que mais, por três sacos de coisas que eles tiram, deixam um de lixo.”* Como assim? *“Como algas e conchas. Eles depois mandam tudo para a água, como as conchas que vêm que não têm nada”*. Diz com ar de revolta que *“pescam sem noção, tirando o próprio alimento dos peixes que depois queixam-se que não pescam”*. Deu-me o exemplo dos polvos que dantes eram apanhados com artes de barro *“de onde podiam fugir. Com estes covos novos [de plástico] eles não podem fugir e morrem. E eles deixam aquilo no meio da água perdido ou durante a noite. Dantes vinham polvos grandes e ameijoas grandes.*

Hoje temos ameijoas pequenas todas do mar e o polvo fica sem comer e apanham menos e mais pequeno”.

Esta ideia das algas como lixo, designado também por *limo*, é comum em diversos indivíduos. Num dos dias em que o Segredos do Mar retirava a rede partida da traineira para a muralha, muitas algas caíam no chão, gerando novamente a questão das algas como lixo, em que um pescador me explicou que as algas castanhas se enrolam na rede, causando rasgos, tanto nas de cerco como nas de nylon. Pergunto porque haveria tanta alga, e vários pescadores, referiram que o calor “*anormal*” desta época faz com que a alga se desenvolva mais.

Ao conversando sobre as notícias do dia que tinha visto na televisão enquanto almoçava, C. comenta “*E voltaram a falar no defeso de 15 anos para a sardinha*”. F. M. responde dizendo que isso não ia resultar, porque depois a cavala ia comer a sardinha toda. Diz que é preciso a pesca para haver esse equilíbrio entre espécies. Esta opinião é partilhada pelo mestre M, com quem tive o prazer de conversar anteriormente.

F. M., fora-se cada vez mais destacando como uma pessoa crítica da situação da pesca, também pelas suas opiniões fortes que expressava sem problemas, agora que já tínhamos algum à vontade. Referiu, aliás, que esteve uns poucos anos na direção de um sindicato dos pescadores, até formou três cooperativas, mas que acabou por ir embora. Conta que, mesmo que só tenha feito “*a quarta classe ainda era bom suficiente para ir falar com o Mário Soares*” para que os pescadores recebessem algo simplesmente por irem por o peixe a lota para que assim houvesse um incentivo. Mas para isso continuar era preciso outra reunião e os pescadores que caracterizou como “*analfabros*”, não apareceram na tal segunda reunião. Perguntei se fosse hoje talvez seria melhor. “*Não, as pessoas não têm interesse nem na própria atividade. Não são bem homens. O que fazia bem era a tropa. A tropa faz homens, conta. Deram educação, ensinam responsabilidade. (...) éramos era politicamente estúpidos*”.

Num dos primeiros dias de chuva e frio deste Inverno, estive um pouco abrigada na lota, a conversar com os funcionários e ajudas. Poucos barcos foram ao mar. nas horas que ali estive, conversou-se principalmente acerca do tempo, em que era preciso, e já era tempo de aparecer, “*um vendaval como deve ser, não é esta chuvinha. Era preciso 3, 6 ou 9 dias de vendaval, não era o que os antigos diziam?*”. Mas não é um vendaval qualquer. “*Era preciso era um vento forte de su-sudoeste e já tínhamos peixe*”.

Chega um senhor, alto, que nunca tinha visto antes. Vinha perguntar se havia peixe. Era conhecido de Z. S. e dos senhores presentes, incluindo J. dono de um barco de pesca desportiva que tinha ido confirmar se o barco estava bem preso. Era socorrista do INEM e contou de um acidente que teve de ajudar “*o R.*”, que caiu e bateu na cabeça nessa manhã de chuva e vento no barco, partindo o pé. Conta “*quando estava a cortar-lhe a roupa, ele só se preocupava era com os covos e os polvos do que ele próprio.*”, ao que Z. S. olha para mim e reitera que os pescadores são muito dedicados. Não se pense, porém, que Z. S. não é um homem isento de críticas, muito pelo contrário. Admirava a sua maneira de falar alto a antagonizar os colegas “*Eu*

sei que eles não gostam de mim, mas estou-me pouco marimbando”, ou, principalmente às sextas a comentar as longas filas para receber “*Vem uma chuvinha, ninguém vai ao mar, mas hoje é sexta, querem todos receber, já viste?*”.

IV.IV. À mesa

Numa manhã de novembro, vendo os barcos descarregar, vejo um senhor pequenino, magro, com os seus 81 anos, que já tinha visto a homenagem, e conhecido no almoço em Setembro. Rapidamente me cumprimentou, perguntou pelo Luís Martins e a Vanessa Amorim, antropólogos, e dirigiu-se à zona onde estão os barcos de recreio. Pulou para um barco pequeno, auxiliar, gritou “*Tira lá aí a corda que esqueci-me, se faz favor.*” e remou para um maior, o *Dois Golfinhos*, onde foi buscar um pouco de fio para a cana de pesca, referindo porém que “*Isto está mal para as douradas*”, e convidando-me para almoçar. Vou até aos armazéns, já há algum tempo que não via os meus professores F. M. e C., que me dizem que tenho peixe no “*meu balde*” para o almoço, ao que refiro que fui convidada por J.B.P. para almoçar nos cacifos. “*É para a minha mesa!*” respondeu F. M. com entusiasmo, “*depois vamos os dois*”. C. conta-me que dantes também almoçava com o mesmo grupo, porém, desde o AVC, a médica proibiu-o de beber mais do que um copo, e ele controla-se melhor em casa.

Ao almoço, conheço melhor as pessoas. O senhor que cozinha F. G. não estava no anterior, mas de resto já tinha conhecido as pessoas. O senhor do chapéu pirata, A. C., já não almoçava lá. Ficaria C. M., que já tinha conhecido melhor na muralha. Destaca-se um momento em que, em resposta a um *ajuda* que deitou a embalagem do maço de tabaco para o chão, disse-lhe “*Então a miúda é doutora do ambiente e fazes isso à frente dela?*”. Alto e com barriga, sempre foi muito simpático para mim. B. também, com o seu termo “*miga*” foi muito acolhedor, convidando-me para o São Martinho nesse fim de semana. F. M., encarregado de levar o peixe quando a *Mãe de Jesus* apanhava o suficiente, e assador do mesmo. Z. V., cunhado de C. M., arranja máquinas de lavar e almoça sempre com os seus amigos ali. J. F., com o seu bigode, amigo de F. G., começou a frequentar também os cacifos há pouco tempo, mas conhecia as pessoas “*do baile e do bairro*”. A. também muito simpático, estava isento do pagamento dos três euros do almoço pois levava sempre no fim cafés para todos e aguardente. Deste grupo, dois eram pescadores, B. ia ao mar todos os dias da semana e depende disso para viver, e A. não, estando reformando, indo ao mar apenas algumas vezes por ano. F. M. e J. B. P. antigos pescadores e verdadeiros conhecedores do mar, viria a perceber, hoje na reforma, continuam a trabalhar “*em terra*”. Os restantes, apesar de falarem com calor da vida do mar, principalmente C. M., dedicam-se pontualmente à pesca desportiva.

Rapidamente gostaram da minha companhia, ficando impressionados com o facto de ter aceite vinho à refeição e, com alguns dias de cuidadosa observação, querer comer no pão, com a navalha, como eles, e, quando era “*massa do caldo*”, partilhar da mesma travessa com uma colher. A partir daqui seria raro o dia que não partilhava o almoço com eles, continuando pela tarde fora fazendo companhia, e explorando e conhecendo a zona dos cacifos. No São Martinho, tive o prazer de conhecer alguns amigos do grupo e as famílias. Quando cheguei, F. M. queixou-

se logo *“Pensei que tinha uma amiga à maneira, afinal é maluca.”* quando viu o meu saco com coisas, como pão, queijo e um pão de ló, tendo em conta que me tinham dito que não era preciso nada, mas sorriu e abraçou-me no fim.

J. B. P., sentou-me logo junto da sua mulher, F. P., que estava à cabeceira, e estive entre as mulheres, estando a mesa dividida, ficando as mulheres de um lado, homens do outro e as crianças no meio. Mais tarde, no fim do almoço, convidam-me para o karaoke, e vou com B. e o seu irmão A., para um cafezinho. Estava pouco movimento, e fomos para outro. Na entrada deste, porém, tive dificuldades em subir o passeio para o estacionamento com o carro, deixando-o ir abaixo algumas vezes, chamando atenção até mim. A. resolve o problema, trocando comigo e estacionando o carro por mim, e B. diz *“Não te preocupes, qualquer coisa és minha neta.”* Na tentativa de me poupar de comentários dos homens na esplanada. Ficaria adotada como neta até hoje, algo que, para os restantes membros do grupo do almoço os levou a adotar-me com outros graus de parentesco, desde sobrinha, para A. a bisneta para J. B. P.

É à mesa, que começam a surgir conversas interessantes, incluindo uma sobre a sobrepesca, em que uns referem que existe, que há navios que literalmente aspiram o mar, e J.B P. diz que não, que *“isto agora é uma vergonha”*, apontando para a lota, *“dantes eram milhares de traineiras e agora só há duas”*. Mais tarde, viria a conversar mais profundamente com J. B. P sobre esta questão. O tema da poluição também é referido organicamente, considerado como o grande problema da pesca do rio, devido às fábricas. Referem que não entendem, nem faz sentido, ter tantas fábricas numa zona tão rica e protegida em alguns sítios. Sentem-se injustiçados, com o estatuto de área protegida, não podem pescar, mas as fábricas descarregam tudo e destroem o mar. Outro momento a reforçar questões já referidas, fora quando B. me disse que não valeria a pena ir ao mar, *“porque estava tudo sujo. Só há algas por todo lado, aquilo que a gente chama limo, que dá quando não há vendaval para limpar as coisas e porque está muito abafado”*.

Um pescador muito eloquente e conversador é M. S., dono de um barco onde pesca, mas também faz passeios turísticos e de pesca desportiva, ao mesmo tempo que tem uma loja com produtos de pesca, o que mostra as estratégias de sobrevivência que a literatura também tem vindo a referir. Vi-o poucas vezes, trabalhando mais durante a noite e aos fins-de-semana, porém, sempre conversou bem comigo. Num dos dias, após ser entrevistado para um canal de TV acerca dos impactos da seca na pesca de Setúbal, explicou que a água agora está mais fria, e a chuva ia aquecer, obrigando o peixe a aparecer, para além da necessidade do tal revestimento do mar através dos vendavais. Refere a excessiva fiscalização, *“mas não para certas coisas, já viste. Não há aqui (olha em volta) um caixote do lixo. Aliás, eu devo ser dos poucos que tem um no barco. Ninguém quer saber”*. Como exemplo das dificuldades que os pesadores enfrentam, contou a sua experiência do dia anterior. Passou *“quase um dia inteiro”* no mar, fez dois lances – *“um a cada anseio”* (quando o sol nasce, e quando o sol se põe) – e apanhou 20 kg de salmonete, 10 kg de faneca e 6 kg pescada e uns 10 *massacotes*. Recebeu 700€, gastando 150€ em gasolina, contando que cada pano de rede são 50 metros e custam

10€, mais o preço das boias e do cabo, e da mão-de-obra, tendo que depois dar parte ao camarada. “*E somos só dois, agora imagina.*”.

De facto, apenas em duas situações vi o lixo ser despejado convenientemente. Numa das vezes vi o Mestre a sair do barco com um saquinho de plástico, neste caso R. da Mãe de Jesus, que levou para o armazém, onde deitou fora, e noutra vez, vi J. do Jesus da Nazaré, a entregar o saco ao *ajuda*.

Outra questão interessante levantada por M. S. foi o impedimento legal e burocrático de transporte de passageiros que não sejam pescadores, que, considera que tem vindo a provocar um afastamento da profissão. Conta-me que apenas ganhou o gosto pelo mar por andar no barco do seu pai, e, por muito que o filho lhe peça e ele tivesse gosto, não poderá passar esse amor, e conseqüente, conhecimento da natureza ao seu descendente.

As tensões entre tripulações eram comuns, mas admito que às vezes era complicado perceber a extensão do conflito, porque num dia podiam discutir, no outro abraçarem-se. De facto, numa atividade tão complicada, tem sempre de haver espaço para alguma interajuda e solidariedade. Como exemplo, um dia entro no edifício da lota e vejo um Mestre, insultando um *ajuda*. Grita com ele chamando-lhe cão por estar às ordens de um outro mestre que lhe pede informações sobre os que os outros pescam “*e tu dizes! E não recibes nada por isso. Trabalhaste comigo dois dias e eu dei-te 700€ e ainda viras costas.*”

De qualquer modo, uma tensão que se tornou clara ao longo do tempo, era entre a tripulação da traineira *Segredos do Mar*. Num dos dias, sentada a escrever num degrau de uma porta ao abrigo das potenciais fezes de gaivota, um tripulante, Z. P., mais baixinho que eu e com uma voz aguda, vem ter comigo, pergunta-me se está tudo bem e se vi a baleia. “*eu lembrei-me logo de ti e andei aí a perguntar se te podiam ligar*”. Tinha um barco apanhado na rede uma baleia pequena morta e tinham trazido o corpo para terra. Chegam dois senhores que não conheço, e começam os quatro, mais o A. C., que, entretanto, já conversava mais comigo, a falar mal dos camaradas da campanha. Referem que em seis que estão a bordo, três trabalham e o resto fica a dormir. A. C. diz “*Já nem consigo vê-lo a minha frente*”; “*não faz nada, não sabem fazer*”. Quanto às pessoas de terra, referem que B. “*ainda tem a lata de pedir ajuda, e ganha o dobro de nós*”. Refiro que têm outras funções, ao que respondem, “*Mas isso não interessa, eu também sei fazer o que eles fazem, e se me pagarem, faço, mas assim não. E só vou trabalhar para ali durante o defeso se me pagarem cinquenta euros ao dia que eu sei que ele pode*”. Partilha de alguns acontecimentos passados que demonstram o que designou de “*mau caracter*” do mestre, que me pediu para guardar para mim. E é chamado. Todos vão.

Foram várias as pessoas que me falaram do conflito entre esta tripulação e frequentemente os mesmos pescadores, Z. P. e A. C. conversavam sobre isso comigo, ou até mesmo com um funcionário da lota, Z., ao qual até tive a oportunidade de perguntar seriamente o porquê de, como funcionário da lota, permitir comportamentos com os quais não concorda, como a venda à candonga, ou em dias diferentes. “*Não é esse o meu papel, eu só peso o peixe.*”.

Muitos dos desabafos também que presenciei foram dirigidos a F. M., perto de mim, em que nunca me respondiam à pergunta “*Quem?*”, rindo-se apenas. B. queixava-se frequentemente que não tinha pessoas em condições para trabalhar com ele. C., explicou-me que “*a maneira como eles fazem*”, o tal *abrunhar*, acaba por estragar ainda mais a rede, porque não fica direita, e rasgasse com mais facilidade, “*Isso e temos que ter cuidado com o sol, as redes são para estar na água, não aqui à chapa do sol, compreendes?*”.

J. B. P. trabalhava com redes de nylon, entalhando-as. À medida que fomos criando uma ligação, foi-me contando mais sobre si, uma história de vida intrinsecamente ligada à vida e dificuldades da pesca. Começou a aprender a entalhar redes aos 8 anos, quando ainda eram redes de algodão. Nunca conheceu o pai, e a mãe casou-se com um pescador que o perfilhou, e que em todas as conversas em que o referia, tratava por “*pai*”. A mãe era empregada numa fábrica de conserva, responsável por ver se as latas estavam bem seladas. Como referiu em quase todas as conversas que tivemos o seu maior desgosto foi não ter ido à escola. Hoje com 84, analfabeto, tem o orgulho de dizer que sabe assinar o nome, e principalmente, de ter chegado onde chegou. Namorou muitas raparigas, contando-me histórias engraçadas dos namoros e bailaricos, entre o grande e pesado trabalho. Foi ao mar com 10 anos, “*adorava*”, mas custava-lhe muito os abusos físicos do pai, para além de ter que remar, visto que o barco ainda não tinha motor. Até que um dia, com 17 anos, despediu-se e facilmente arranhou trabalho noutros barcos, entre traineiras e outras embarcações, comprando o seu “*Cristina Carmo*” dia 1 de janeiro de 1970, com o seu sócio que depois lhe vendera a sua parte alguns anos mais tarde.

Pai aos 22, com uma rapariga sua prima, de A., acabaria por assentar aos 27 quando F., que tive o prazer de conhecer no S. Martinho, lhe perguntou se afinal estava com ela por motivos sérios ou não. F. é uma mulher forte, que trabalhava na altura também numa fábrica de conserva, que apoiou e sempre tratou bem de A, tendo depois uma rapariga, C. considera que, por não ter criado na sua casa A., que foi um fator para que este optasse pela utilização de estupefacientes leves, e por algumas atitudes menos agradáveis, como não comparecer ao *avise* (hora de se encontrarem para sair para o mar), quando estava na campanha do seu pai, a bordo de Cristina Carmo, e J.B.P. referia isso para a causa da sua doença, Parkinson.

Com muito orgulho contava-me que conhece bem o mar e os fundos, tendo pescado por toda a costa portuguesa. Viajou muito com a pesca, e orientava-se perfeitamente apenas com o sonar, bússola e relógio, e, à noite, pelas estrelas. Nunca se perdeu, referiu algumas vezes. Passava semanas no mar, sendo um barco pequeno, a enviada, que trazia o peixe fresco para terra. “*Dantes trabalhava-se muito mais, mas também ganhávamos bem.*”. Quando andava nas traineiras, passava noites nas Fontainhas, a tingir as redes pelo método tradicional de as mergulhar num líquido criado com água e cascas de salgueiro, num grande caldeirão. Ficava com bolhas nas mãos, dores por todo o corpo, mas referia com carinho como bebiam e cantavam pela noite fora, enquanto a rede cozia.

Perguntei pela questão do limo, se dantes também dava tantos problemas. Refere que é horrível, mas sempre foi assim. Hoje o problema é a falta de peixe, ao que questiono a razão. “*É das*

químicas que andam aí. Essas fábricas aí, houve até uma altura que o peixe vinha azedo. Agora está melhor, mas o peixe não vai recuperar.”, referindo a questão das algas que desaparecem, não deixando o peixe crescer, *“Mas não são as castanhas, são aquelas verdes altas, tipo árvores no fundo.”*. Repare-se aqui o profundo conhecimento dos fundos do mar e das simbioses presentes no ecossistema marinho. A noção de que o peixe não existe por si, e que depende e necessita de toda uma condição preexistente no fundo do mar sem a qual não consegue prosperar.

Como exemplo do facto de ser *“analfabeto, mas não estúpido”*, referiu um exemplo que demonstra o seu conhecimento dos fundos. Quando se dirigiu à capitania para tratar da carta, onde fez o teste oralmente, mas o que surpreendeu o senhor que lhe fez o exame, por o facto de apontar no mapa zonas onde os barcos não podem estar devido a pedras, na zona da Figueirinha, algo que não estava explícito. Estas pedras não seriam de formação geológica natural, mas sim, provenientes dos lastros dos navios ao longo dos anos que em Setúbal atracavam.

Em 2001, mandaria abater o barco a troco de remuneração e reformou-se. Porém, caiu numa profunda depressão, que nunca referiu como tal apenas descreveu dizendo que *“estava doente, chorava muito, não fazia nada”*, e o médico de família mandou-o ir trabalhar e manter-se ativo enquanto pode. Todos os dias vai a pé para os cacifos, onde entralha redes ou de um pano, redes de emalhar, ou de três, as chamadas rede de tresmalho, seguindo para a União (Sociedade Musical Recreativa União Setubalense) sobre a qual me ofereceu um livro – *“podes precisar.”*

Infelizmente, A., acabaria por chegar a um estado avançado da sua doença, pelo que levei J. B. P. a ver o seu filho pela última vez em janeiro, acabando por falecer no início de fevereiro.

Na muralha, à medida que se aproximava o Natal, as conversas sobre as dificuldades aumentavam, e também as tensões. Vi uma discussão acesa entre um Mestre de um barco e um Mestre de uma embarcação cuja arte é a ganchorra, em que o primeiro acusara o segundo de ter causado um prejuízo avultado por ter tirado a rede do sítio onde ele estava. Sem confirmar que o fez, o segundo mestre diz que vai até ele à capitania fazer queixa se ele quiser, e que não faz sentido nenhum a acusação, tendo em conta que nem usa as redes. O outro segue o seu caminho, ao que o Mestre confessa *“Ele não faz a queixa porque deixou a rede num sítio proibido. Mas eu não tirei nada atenção.”*. Numa conversa com A. C. e Z, trabalhador da lota, este último refere a imigração a A. C., que está preocupado com os filhos e as prendas de Natal. Pelo discurso, valoriza mais o poder dar aos filhos experiências e coisas do que estar presente. A. C. diz que não conseguiria tal coisa. Gosta mesmo da pesca, com todos estes problemas, não deixando de referir as diferenças que tem vindo a conhecer. Quando começou, recebia 2000€ a semana, agora, se chegar aos 200€ pode-se considerar sortudo, *“mas ao menos eu não me deixo humilhar como certos gajos aí.”* Z. refere também que ser pescador não é só saber pescar é saber vender, e explicam-me que, em comparação com a outra traineira, Mãe de Jesus, essa é também uma grande diferença (*“Escolhem o peixe a bordo, o pessoal não fica tão cansado,*

chegam aqui vão descansar, deixam o peixe no frigorífico se for muito e pesam e vendem no dia seguinte. Quando são menos caixas o preço sobe.”). como alternativa, falou-se também em A. C. arranjar um bote e andar aos chocos e polvos, mas esse estilo de vida não o deixaria feliz.

Pergunto o porquê de não se revoltarem, falarem abertamente com a tripulação, como estávamos a fazer ali, e ele diz que bem tenta. Combinou uma greve, e ficou num cantinho a ver quem ia aparecer ao *avise*. Todos apareceram, à exceção de A.C. *“depois eu sou o mau da fita e eles até se deixam pisar e humilhar nem sei como”*.

IV.V. Abrigada nos cacifos

Com a minha presença nos cacifos, principalmente à hora de almoço e à tarde, pude conhecer melhor pescadores que raramente via na muralha, nomeadamente pessoas que andam nos botes pequeninos ao choco e polvo, e que raramente põe o peixe em lota, como B, o meu avô adotivo, e um senhor, A. E., chamado o *Espanhol* por não se perceber muito bem o que diz. Este, teve uma interessante reação quando lhe referi o meu tema de trabalho, dizendo-me rapidamente que os pescadores têm necessidades e que a poluição é inevitável – referindo-se às necessidades fisiológicas do corpo humano. Eu expliquei melhor, referindo o plástico, ao que me explica que sim, *“às vezes voa, mas isso os barcos grandes é que fazem mal.”*

Na zona ribeirinha, trata-se de um edifício aberto onde os almoços eram frequentemente numa espécie de terraço com vista para o rio. Aqui surgiam comentários e conversas acerca dos barcos que iam chegando, se trariam muito peixe ou não, a quantidade de botes que se encontrava no rio e principalmente notava-se uma especial atenção aos barcos da polícia marítima que *“lá vão eles chatear mais um, coitado, querem é dinheiro”*, comentava B.

Nos cacifos também acabaria por estar mais protegida do frio do inverno. No dia em que aprendi o *“Às de guia”* rebentaria o primeiro vendaval *“Segunda feira, quando estiveres ali na muralha, já vais ver mais peixe.”*, diz J. B. P. Passa um senhor por nós *“Muito bem! Eu não sei fazer isso, mostra lá.”* Enquanto treinava os nós, rapidamente aprendi, e J. B. P. decide desafiar-me e ensina-me a fazer uma costura. Refere, enquanto treino, que é uma parvoíce outros pescadores não saberem fazer algo tão simples. Assim, quando um cabo parte, faz-se a costura e nunca mais vai partir no sítio onde foi feita. *“Mas não, como agora as coisas são deste material e mais baratas, preferem não aprender nada e deitar fora. Eu cá gostava muito de aprender. Já te disse que o meu maior desgosto foi não ter ido à escola.”*

Num final de tarde, enquanto caminhamos para a União, queixa-se das forcas que estão a matar o mar, principalmente as ganchorras são a pior coisa que apareceu em Setúbal, por cavarem buracos muito fundos que matam o fundo: *“Fica tudo podre, e já nada cresce ali, e o peixe não vai lá mais. Mas também te confesso, estas redes que faço, as de seda, são verdadeiras assassinas. Tiram tudo do mar, peixe, algas, lixo, no dia seguinte vais lá ao mesmo sítio não há lá nada, e o pior é que são muitas redes e muitas pessoas a fazer isso.”*. Note-se que se trata do mesmo senhor que teimou com Z. V. que não existe sobrepesca, no início da minha convivência com ele. É por casos como este que a etnografia é tão importante.

No dia seguinte, mostro a A. C. e a Z. P. o que aprendi. O último rapidamente me disse, “*Mas para quê? Isso não é preciso.*”. A. C., diz que aprendeu, mas não faz porque não é de terra. Pergunto se nem no mar sente a necessidade, por vezes, de utilizar esse conhecimento. diz que não vale a pena sequer dizer que sabe, ou aprender porque depois abusam dele “*se me pagassem mais por fazer isso, mas não. Depois ganho o mesmo e tenho o dobro do trabalho, não faz sentido.*”.

Outro pescador que se destacou na minha etnografia, fora C., do barco *Plin*, pelas suas opiniões e consciência ambiental. Refere a importância e a urgência de os pescadores serem ouvidos nas tomadas de decisão que dizem respeito à pesca e o mar, referindo que há pouca noção dos impactos das consequências da pesca na natureza, também porque não há sintonia entre quem faz as leis e os pescadores. “*Eles metem 200 e 300 redes e depois queixam-se que não há nada. Infelizmente, há quem se gabe.*”. Dá o exemplo da questão da “*arraia*” – raia - dizendo que abriram a pesca durante umas semanas, e apanharam tanto que proibiram outra vez, sendo agora permitido apenas um exemplar da espécie por barco.

Impressionado com as minhas costuras e às *de guia*, depois de almoço na muralha, F. M., ensina-me o às *de guia dobrado*, que apenas o seu camarada C. sabe fazer também. Mostrei que também aprendi a costura com nó *cu de porco*, e, com um sorriso, diz “*Agora vou-te mostrar uma que 99% dos pescadores daqui não sabem, a costura de laborar.*”.

Enquanto me mostra, surgem três senhoras de azul com o *slogan Mariscar sem Lixo*. Já tinha ouvido falar das campanhas na zona de Setúbal e tentei observar tanto a costura como as senhoras. Uma delas aproxima-se de B. que está a varrer para a água dizendo “*Acha bem? Vocês atiram esses pedaços de fio e essas coisas todas aí para a água e daqui pouco não há rio. A semana passada tiveram aqui crianças e tiraram daqui 100kg de lixo*”, repetindo “*Acha bem?*” num tom acusatório. B., que como já referira, trata-se de uma pessoa algo retraída, logo se defendeu ao pedido de colaboração da senhora “*Colaborar? A limpar? Não sou funcionário da Câmara.*”. Senhoras afastam-se. Estando eu, F. M. e C. ali tão perto esperei que viessem tentar novamente, desta vez connosco, mas seguiram o seu caminho. Fui atrás, referindo o meu trabalho, oferecendo a minha colaboração se o intuito era fazer um programa com os pescadores de Setúbal. Ficaram com o meu contacto, mas apenas me contactaram uma vez para uma recolha de lixo, na zona, o que não compareci pela necessidade de estar no terreno como antropóloga e não como qualquer outro papel.

Com o ano de 2018 vieram as tempestades, e as vagas, isto é, o revirar do mar. Um pescador explica que a chuva é boa “*para termos que comer*”, referindo a sua horta em casa também, seguindo o seu caminho após um interessante comentário: “*Eles bem tentam mandar na natureza, mas ela não deixa.*”

A 21 de fevereiro, consegui ver C. do *Plin* junto ao seu barco, e as portas para os passadiços aberta, algo raro, pelo que decido aproveitar. É sempre muito interessante conversar com este senhor, pela maneira eloquente como fala da pesca. É muito comum as pessoas referirem-se às

coisas más da pesca e às dificuldades, porém, C. preferia pensar nas coisas que podem ser feitas para melhorar a profissão a nível social e económico, mas também ambiental. Crê que reuniões onde estivessem todos os pescadores, ou representantes de cada barco a cada três meses seria o melhor para dar conta do estado das coisas, porque depois há leis que não fazem sentido porque não se sabe.

Considera que se deve pescar menos, *“assim deixávamos as espécies desenrolar-se e crescer e o pescador não sofria tanto. Porque depois não há nada. Eu tenho 20 redes, eles têm 300 e estragam os stocks”*. É interessante aqui o uso de termos como stocks, ecossistema e espécie. *“Não somos nós os barcos pequenos da pesca artesanal que depletam os mares”*. Também o seu conhecimento da natureza é interessante, explicando-me que no rio só dá para pescar com águas mortas, isto é, sem corrente, pois, de outra forma, a rede não fica direita. Consoante a corrente, a luz do sol, e a temperatura, apanham-se diferentes espécies. Com um sorriso, notava-se que gostava de me explicar as coisas do mar, *“é bom haver interesse, é pena é vivermos nesta mentalidade de esgotar tudo”*, dizendo aliás que *“nem sempre foi assim, na altura do J. B. P. não era assim, nem quando eu comecei”*. Recorda com saudade a força que tinha que fazer na pesca do cação, *“era um sentimento muito bom”*. Toca o telemóvel. Era B. a chamar-me para a mesa.

Com alguma dificuldade a abrir-se comigo, frequentemente mandando-me *“Lá para cima, para o pé do teu avô”*, era Z. B. que sempre me chamou a atenção pela sua utilização das redes brancas de fio de algodão (. Apenas vi três pessoas com essa rede. Semelhante à de tresmalho, mas de diferente cor e material, era comum ver Z. B. a remendar ou a entralhar rede na porta dos cacifos, com os seus gatos. Sempre extremamente cuidadoso com os animais, mas rabugento com as pessoas, foi aos poucos conversando mais comigo, explicando-me que a rede é mais trabalhosa, mas dura muito mais tempo, sendo melhor para andar aos choccos, mas não só. Não ia todos os dias ao mar, indo apenas quando estava melhor para a pesca uma vez que *“um pescador sabe”*, mas também admitiu que tinha problemas em sair porque precisava de quatro pessoas, e muitas das vezes não tinha pessoas suficientes, dizendo que *“não há ninguém, não há gente nova... Vá, vai lá para cima.”*

Em cima, havia também um senhor gentil, mas fechado, A., com 81, conversou comigo pela primeira vez numa manhã gelada em que me disse *“O teu avô ainda não chegou, mas senta-te aqui ao pé de mim, não estejas ao frio”*. Pescador a vida toda, começou mais tarde que J. B. P por ter ido à escola. Costuma estar ali a entralhar rede, e é o único senhor que vi a remendar rede de nylon, com uma excelente capacidade de ver os finos e transparentes fios e manuseá-los. Também extremamente gentil com os animais, dando as migalhas do seu queque da manhã aos pombos. Conversámos sobre a sua família, e quando pedi para tirar fotografia, pediu-me para não o fazer, uma vez que, como reformado a trabalhar, poderia ter problemas, *“como já aconteceu a uns senhores em Sesimbra”*.

Quando F. G. convida um amigo, mestre do *Jesus da Nazaré* para almoçar, J. B. P e F. M. rapidamente se gabam da sua aprendiz, *“capaz de fazer coisas que muitos pescadores não*

conseguem”, e, à mesa, gera-se uma conversa interessante sobre os profundos conhecimentos do mar. Comentam os diferentes tipos de tempo que esperam com certas direções do vento, como o vento de oeste que traz frio e tempo seco, e o que sudeste traz humidade e vaga necessária. A nortada é boa para a sardinha, e os dias de sol bons para o choco, assim como “o *mar de leva*” gera sempre ondas fortes em número ímpar, mas o mar de vaga nem vale a pena contar, é melhor é ir para terra antes que aconteça um acidente.

Numa tarde agradável de março, as portas para os passadiços estavam partidas e abertas. Vejo C. a safar a rede, isto é, a retirar peixes e todos os detritos da rede para a arrumar limpa para a próxima vez, e faço-lhe companhia. Momento perfeito para conversarmos sobre a questão do lixo. Conta-me como aparece de tudo, búzios, conchas, folhas. Pegou naquilo que parecia uma rocha com conchas a nascer de lado, explicando-me que dantes as fábricas tinham destruído as ostras, “*mas olha, estão a aparecer cada vez mais, é bom sinal, é sinal de vida*”. Pergunto se não surge plástico, e eis que puxa a rede e um pouco de fita-cola – fita cola é comum ser utilizada nas redes de nylon para impedir que a malha fique presa num pouco de fio que fique de fora no evento de uma costura - ... depois um saco de plástico... bocados de prata... embalagem de pastilhas de rebuçados... outro saco...”*que coincidência, não costuma aparecer tanto, deve ter sido de falares do assunto*”, refere enquanto tira os bocados e dá-lhes o mesmo destino que às conchas e búzios: a água. A rede surge *enleada* (com nós) e pergunta-me se sei o porquê, a testar-me. Quando respondo que não, diz-me que são os safios que vão buscar o choco que fica emalhado, e como são animais inteligentes, conseguem comer a presa sem ficarem eles próprios presos. Um falhou, porém, como me mostraria, seguido do ato de bater com a cabeça do peixe no barco para o matar, de modo a que deixe de fugir do balde.

Quando chego no dia seguinte, comento que no dia anterior tinha visto plástico na rede, ao que o mestre de *Jesus da Nazaré* me diz que quando eu quiser fazer companhia enquanto safam a rede, estou à vontade, uma vez que costuma aparecer algum plástico, “*mas é como tudo, depende*”. Não se viria a proporcionar tal oportunidade até ao fecho deste capítulo.

Em Abril, F. M. e C. voltam à muralha, desta vez com um novo camarada P., um suplente do barco. Tinha ido ter com R. mestre da Mãe de Jesus, e o seu pai, dono do barco, L. pedindo emprego a bordo do barco, mas como têm todos os camaradas, ficou como aprendiz e a ajudar sobre as ordens do mestre de terra, F. M. Levando-me a questionar mais acerca da questão do recrutamento. As respostas foram todas semelhantes, como referiu também J. B. P, normalmente ou pedem trabalho aos mestres ou sabe-se de alguém muito bom e oferece-se o lugar. Na sua vida de pescador, acontecera das duas situações.

Neste mês também, viam-se inúmeros botes no rio. Muito mais do que nos meses anteriores. É a altura propícia para apanhar choco, que chega aos 8 euros certos vendidos por fora, à *candonga*, podendo oscilar entre os seis e os dez em lota, conta-me B. Z. B., chegaria ao final do mês irritado com a situação “*Isto está mau, Joana. EXPLORAÇÃO, sabes o que isso é? Pois, o mar não é infinito*”. Esta perspetiva é comum a outros pescadores, como B., F. M., A., que

referem que até *“estrangeiros vêm para cá pescar chocos, lisboetas tiram férias, é terrível, é muita gente – estas coisas não fiscalizam eles”*.

Quando converso com C. do *Plin* novamente, estava com a rede de fio branco indicada para o choco, remendando-a a bordo do barco. Aproveito que as portas ainda não tinham sido arranjadas e sigo pelos passadiços para com ele conversar. Digo que nunca tinha visto uma agulha de metal – costume ver de plástico, e J. B. P. tem umas antigas de madeira. *“Pois não, esta fui eu que fiz”* que nos leva a uma boa conversa sobre o que implica ser pescador. Refere que ser pescador não é apenas matricular-se e andar no mar. É saber encher agulhas, remendar, entralhar, tudo o que é preciso para poder fazer a profissão, *“até aquelas coisas da natureza que temos conversado os dois. É preciso aprender, então estas coisas das redes é essencial senão desperdiça-se muito, e já que se queixam tanto, isso não faz sentido nenhum”*. Mas refere que a pesca está a morrer, devido a essa falta de interesse, dizendo que não há ninguém que queira aprender, nem as próprias profissões associadas, lembra-se, enquanto passa o carpinteiro, que nos cumprimenta, acenando. Diz que até a profissão de carpinteiro naval, uma profissão que considera linda, está a morrer: *“não há ninguém aqui e aquele senhor não pode fazer tudo. Não sei onde é que isto vai parar”*. Neste dia era sexta-feira, e seguimos os dois para a lota, onde ia receber.

Muita confusão, especialmente neste dia, muitos carros, e o senhor J. da ISS estava especialmente nervoso, sentado a fumar a tremer a perna por ter riscado o carro de alguém, barafustando que as pessoas não podem por ali os carros. Nisto chegam duas senhoras e um rapaz, novamente com o slogan *Mariscar Sem Lixo* nas camisolas, que vão perguntar a J. porque é que ele não tira o lixo da lota, ao que responde, já nervoso, aquilo que me respondera a mim no início da etnografia: que é pago para fazer uma coisa e não vai fazer outra, que nem tem autorização para tal. De facto, neste dia estava um grande monte de lixo, com detritos vários, de um barco, a preparar-se para atracar uns meses, e outro monte com os seus covos, que, quando acabassem, iam retirar nas carrinhas ali estacionadas.

Aproveito para novamente me apresentar às pessoas, apresentando o meu tema de tese, pelo que me perguntam algumas das minhas conclusões, interrompendo dizendo que não faz muito sentido. Devo ter-me explicitado mal, expliquei novamente, dizendo que fazendo sentido ou não são as minhas perceções enquanto antropóloga. Pediram-me então, já que conhecia bem os pescadores para *“descobrir quem pôs o lixo ali”*, continuando a sua atividade.

Foram ter novamente com B., que nesse dia, mais bem-disposto e tendo em conta outra atitude, foi mais simpático, concordando que sim é um problema. Quando se afastaram, B. contou-me que adorava que eu visse a foto que uma guia do Museu da Eletricidade, que costuma dar visitas guiadas a grupos ali, tem. *“Era tão bonita esta doca”*, referindo que havia funcionários da Câmara específicos para limpar o lixo, *“mas eles tiram tudo, e a pesca está como está e é assim”*. Tripulantes do *Segredos* aproximam-se, novamente com as suas tensões. Ninguém compareceu para o avise porque *“ninguém avisou ninguém”*.

Sigo para perto da traineira onde vejo A. C. e outro tripulante a fazer a costura de laborar, que F. M. já me tinha ensinado, mas que nunca tive oportunidade de fazer sozinha por se tratar de um trabalho para dois. Esta costura é feita às cordas grandes e grossas das traineiras, e implica o entrelaçar dos cabos nas *camas* dos outros retirados e cortados, que, após apertar, fica uma costura impercetível ao olho comum. Os restos dos cabos, rapidamente colocam num cantinho. Pergunto o que querem que eu faça com as coisas, ao que me respondem para não me preocupar, depois vêm com o mestre de terra o que dá para aproveitar. À saída, a equipa do *Mariscar Sem Lixo*, pediu para não se colocar aqueles restos na água, para deitarem no lixo, e seguiram caminho.

No aniversário de B., no final de maio, fiquei sentada à mesa entre os homens, frente ao aniversariante que me apresentou aos convidados como neta. Fora um domingo bem passado, em que até os pássaros tiveram direito a almoçar.

Algo que os livros de etnografia não me avisaram, porém, foi que, mais difícil que entrar no terreno, mais difícil que ganhar uma boa relação com as pessoas, seria sair. Ao fim da escrita deste capítulo, posso dizer que visitei o terreno a última vez a 27 de maio, mas não será de todo a última visita até entrega da tese. Tive uma grande vantagem ao ter sido a segunda antropóloga a trabalhar o terreno, Vanessa Amorim desbravara caminho, mas isso mostrou-se também uma dificuldade para mim. Os primeiros meses foram complicados, com críticas e comparações, mas encontrei estratégias para me destacar e ganhar o meu próprio papel, seja esse rotulado de etnógrafa, pescadora pequenina, ou neta. Apenas assim consegui chegar às conclusões que cheguei, com todas as subjetividades inerentes às mesmas. Morando em Setúbal, mas vinda de outro distrito, com uma história de vida e familiar em nada ligada à pesca ou à simplicidade desta vida, mostrou-se um desafio tanto pessoal como profissional, que me alterou como pessoa profundamente, para melhor. A relação criada tornou-me mais humilde, atenta e cuidadosa. Nem todos os momentos foram bons, e nem todos poderiam ser colocados neste capítulo, para o bom e para o mau, mas termino, com provavelmente dos momentos que mais me tocaram:

“Deixei J.B. P. na União, por hoje não tinha mais trabalho. Cheguei à muralha, e vejo F. M. e C. na Mãe a trabalhar. Subo para traineira e sento-me. “Gostaste do almoço?” diz F. M., ao que respondo que sim, sabe sempre bem almoçar com eles, com aquela vista. E C., sem parar o seu trabalho, diz “Já viste Joana, estás aqui connosco... e é como uma segunda família.” Diário de Campo: 17 de novembro de 2017.

De facto, com as passagens presentes neste capítulo, e outras semelhantes, percebi que a poluição não é considerada um problema em si mesmo, mas sim, aliada a um problema maior: a crise das pescas, que inclui o problema dos preços muito baixos de venda do peixe em lota, da incerteza das capturas, da diminuição da frota, e das alternativas de trabalho mais atraentes. Num contexto de declínio, na sombra do amanhã, a poluição acaba por não ser considerada como muito importante, nem uma novidade recente.

O objetivo dos pescadores é apanhar peixe, e, como pude observar na saída do peixe nos barcos, a sua escolha, pesagem e armazenamento, este, de maneira geral não é poluído, pelo que isto leva a uma menor importância do problema. A poluição apenas surge como problemática quando põe em causa não apenas a qualidade do pescado, mas a quantidade, e neste sentido a poluição química provocada pelas indústrias é vista como uma questão mais urgente do que a poluição por lixo.

A categorização do *lixo* pela comunidade piscatória não distingue as algas e conchas do lixo gerado por atividades humanas, e deste, aquele gerado pelos próprios pescadores que é visto como um detalhe. Dentro deste lixo gerado pela atividade humana e piscatória não existe uma categorização linguística separada para o plástico.

As instituições comumente categorizam por origem o lixo presente no mar, criando uma categoria à qual designam lixo naval, e outra que consideram como o lixo produzidos pelos pescadores distinto do anterior que são redes e aparelhos (Macfayden, *et. al.*, 2009; UNEP, 2016). Estes, porém, constituem uma perda demasiado grave para o pescador para ter como causa meramente a negligência.

Apesar da importância que os aparelhos têm para atividade do pescador, que os leva a evitar abandoná-los no mar, por outro lado, outro fator importante para o descarte, é o facto de a crise das pescas ter levado a uma situação social em que já não existe quem os saiba remendar, levando o material, a acabar muitas vezes, ou abandonados, ou remetidos para reciclagem, sendo que ambas as coisas se contabilizam como perdas de exploração muito mais do que como poluição.

Devemos ter em conta, como têm os pescadores, que as redes perdidas se traduzem numa perda, não apenas do material, mas também do próprio peixe, já que este fica emalhado e acaba por morrer, levando a uma diminuição das capturas. A imagem de um pescador destruidor e poluidor por motivos de ignorância é aqui contestada, chamando a atenção para a contradição da mesma. As redes e aparelhos deixados no mar surgem pela falta de condições de descartar o lixo, agravadas pela falha geracional que encontramos nesta comunidade piscatória, pela qual se deu a interrupção da transmissão de saberes tradicionais da maior importância.

Não apenas se perderam pescadores, barcos e artes de outrora em detrimento de outras de novos materiais, mas perdeu-se principalmente o *saber-fazer* crucial para o pescador sobreviver no contexto incerto da pesca, criando novos agentes que hoje se designam pescadores, mas que são apenas homens que *andam ao mar*. Esta transfiguração do conceito de pescador, apesar da importância do tempo geracional, e das alterações sofridas pelas políticas e medidas aplicadas ao longo do tempo, porém, não tem uma separação clara e é importante aqui referir a heterogeneidade mesmo dentro da mesma geração, uma vez que existem sempre exceções. A sabedoria, consciência e sensibilidade necessária para se ser pescador, e não apenas homem que anda ao mar, depende de diversos fatores, como a sua experiência e processos de socialização, que, são dependentes da sua idade, mas não apenas, contando-se também fatores

importantes, como laços familiares, origem, escolaridade e a motivação que determinou a opção pela pesca.

Assim, o discurso que imputa às práticas dos pescadores a origem de uma parte importante do lixo naval, é o exemplo acabado do equívoco e do paradoxo: sendo verdade, é proporcionalmente muito menos significativo do que parece aos promotores das medidas, e sobretudo, insignificante aos olhos dos pescadores. Estes, por outro lado, não só conhecem bem a dimensão, origem e efeitos diretos sobre a sua vida da poluição do mar e geral, e da causa por plásticos em particular, como organizam a sua representação em função de quadros onde prevalece a motivação de maximização de capturas, enquadrado por um contexto geral de adversidades, tanto naturais como sociais, aliado a uma conceção do mar como linear, último e regenerativo de todos os elementos inúteis ou danosos, sem distinção acentuada da sua natureza orgânica ou artificial.

Outro elemento em ter em conta é a importância da linguagem na categorização do lixo que leva aos comportamentos adotados observados. De facto, o lixo, normalmente de plástico por ser um material largamente utilizado e disponível, não apenas no material de pesca, mas nas embalagens de comida e produtos variados, que vai *borda fora* e que se apanha nas redes, age como as algas e as conchas: fica igualmente emalhado. Pela falta de categorização linguística deste material que, no fundo não é biológico, este tem o mesmo destino, na crença que, igualmente às algas e conchas, se deteriore, o que, não é o seu destino final, uma vez que os nanoplásticos são igualmente nefastos. O *lixo*, que inclui as conchas, o limo ou algas, e o plástico, é considerado um embaraço às capturas, mas não à afetação do meio natural. O que efetivamente acreditam que afeta negativamente o meio natural são as artes que destroem o fundo do mar e as químicas industriais.

Conclusões

A problemática da poluição por plásticos nos mares está a merecer cada vez mais atenção por parte das mais variadas áreas disciplinares, mobilizando a sociedade civil e os *media* na procura de mitigar o problema. Face a isto, foi decidido para esta dissertação, trabalhar o tema numa perspetiva antropológica, dentro do espírito interdisciplinar deste mestrado. O terreno eleito foi a comunidade piscatória de Setúbal, uma cidade com grande tradição de atividades ligadas ao mar, como a pesca, mas também com uma forte componente industrial e portuária.

Ao longo da história da Antropologia, as questões ambientais têm sido abordadas em perspetivas diferentes, e, conceitos como o de poluição, pelos seus complexos sentidos, permitem abordar a afetação ambiental por ângulos diferentes. Também em trabalhos da Antropologia Marítima, o ambiente é algo, direta ou indiretamente, referido dada a condição em que o trabalho marítimo decorre. Particularmente, a questão da *porqueira*, que dificultava a pesca, referida em 1977 (Johnson, 1977), permite uma ligação entre a perspetiva ambiental da Antropologia Marítima e os sentidos da poluição em Antropologia.

Este trabalho assenta simultaneamente em diferentes áreas, como pudemos constatar no Capítulo I e II, o que nos remete para a questão da importância da valoração das ciências sociais num contexto de desafios ambientais, que devem ser trabalhados de modo multidisciplinar e holístico. Como tal, durante nove meses foi feita uma etnografia com a comunidade piscatória, com todas as vantagens, desvantagens e desafios que isso implica. Com a construção de uma boa relação, foi possível constatar diversas e importantes questões.

O problema da poluição por plásticos é uma questão visível imediatamente por qualquer indivíduo, nem que seja pela questão da poluição visual, em zonas como as docas e praias. Esta, de facto, uma questão referida e constatada pelos pescadores, porém, não existe uma categoria verbal clara e separada onde colocam o conceito plástico. Para eles, *lixo* é simultaneamente, o que não é útil de apanhar nas redes, como as conchas, o limo e as diferentes algas, e o plástico que, ao comportar-se como os restantes detritos biológicos acaba por ter o mesmo destino – voltar à água. Ambos os tipos de detrito têm implicações nas redes, impedindo o peixe de emalhar, porém é apenas essa a consequência que vivenciam diretamente com o plástico, que não tem tido impactos diretos visíveis nas capturas. Já a escassez e falta de qualidade do pescado, é atribuída a um leque alargado e detalhado de causas – poluição industrial e urbana e as alterações climáticas.

Esta ideia das algas como *lixo* coloca a relação entre homem e natureza de uma maneira interessante, uma vez que só é considerado útil aquilo que poderá ter um retorno monetário, como é o caso do peixe. Deste modo, a atribuição de características humanas e a relação de proximidade com alguns elementos do ecossistema, coexiste com um repúdio daquele *lixo* que impede a atividade piscatória. *Lixo* não é especificamente o plástico, efluentes urbanos e industriais, ou as algas ou detritos sedimentados no fundo do mar; *lixo* é tudo aquilo que empata a captura do peixe pelas redes e aparelhos. Os equívocos geram-se pela desproporção entre a

importância dada, agora, aos plásticos e a enorme quantidade e variedade de fatores que há bastante tempo vêm destruindo o recurso vital dos pescadores.

De acordo com alguns relatos, a *porqueira* sempre existiu, porém, hoje, não apenas causa mais danos uma vez que as redes de nylon são mais frágeis, como existe em maior quantidade devido à elevada temperatura das águas, efeito das alterações climáticas. O plástico é aqui associado a essa *porqueira* pela sua semelhança no aparecimento das redes, onde não é visto como algo diferente e danoso o suficiente para levar a uma retirada completa da água (colocando-o em contentores). O plástico levou a um menor esforço físico, por ser mais leve, e a um menor peso económico por ser mais barato, porém, não é totalmente visto com bons olhos. Estas artes, consideradas verdadeiras *forcas assassinas*, perdem-se com facilidade, e ficam no fundo do mar a destruir. Mas não são apenas estas, outras artes como a ganchorra, foram apontadas como destruidoras dos fundos, e conseqüentemente, dos mares.

Não nos podemos esquecer que o facto das críticas e responsabilização do outro pode estar interligada à competitividade e atitude defensiva existente na pesca. Porém, as queixas comuns presentes em diversos discursos e explicação das conseqüências nefastas no ambiente das artes são muito vivas, e presentes nos próprios pescadores que as usam, mas que explicam a sua necessidade de sobreviver.

Perante estes discursos, a questão da sensibilização e consciência da natureza é clara. O profundo conhecimento local acerca da natureza, e de como lidar com ela, apenas pode vir de uma sabedoria, não apenas passada por gerações anteriores, mas criada pela experiência e atenção ao ambiente que os rodeia (Angioni, 2004; Sanga e Ortalli, 2004). Devido a esta sensibilização, existe a plena noção de que a pesca só persiste se existirem recursos haliêuticos, e para tal, é preciso conservar os recursos e o mar.

O trabalho duro de outrora, com as artes antigas feitas de fibras vegetais, não é visto como algo com conotação negativa, mas sim um sacrifício justo para receber aquilo que o mar lhes dava, apesar de se reconhecer as vantagens dos novos materiais. Considera-se, entre os mais velhos principalmente, que ser pescador é saber orientar-se no escuro sem tecnologias, e não apenas pescar, mas também tratar bem do mar, ouvindo-o e lendo os seus sinais, o que nos leva à questão da transmissão da cultura material destes pescadores. De facto, existem estratégias antigas de reaproveitamento do material, que desde gerações são passadas de mestre para aprendiz, e que facilitavam a gestão dos custos para os pescadores. Hoje, são poucos os pescadores que as sabem, e que as passam para aprendizes, que são raros ou inexistentes, e não é algo que se aprenda nos cursos existentes, nem é uma necessidade sentida hoje por uma nova geração de pescadores. Com o plástico, se algo se estraga, comprar algo novo não é caro a curto prazo.

Deparamo-nos, deste modo, com a problemática da transfiguração do pescador, criado pelo estrangulamento do setor com medidas e políticas com pouca sensibilidade social, dependente de fatores como a idade, laços familiares, origem, escolaridade e a motivação. Esta questão do

indivíduo que pode andar ao mar, mas não ser verdadeiramente pescador pela falta de sabedoria, consciência e sensibilização. vai criar não apenas uma diferente relação com a cultura material, mas com a própria natureza. Entre os mais velhos, principalmente, sabe-se que é da maior importância tratar bem os ecossistemas, para estes retribuírem com os recursos necessários para a sobrevivência de uma família, e, na perspectiva de poupança também, trata-se bem do material, reutilizando-o. Aqui, ser pescador, é saber trabalhar o mar, mas também trabalhar em terra em todas e quaisquer atividades importantes para a pesca.

Para os homens que andam ao mar, e não são pescadores, o seu propósito é fazer lucro, nem que isso implique consequências nefastas para um mar que já não é natural, mas sim, “*eletrónico*” (Martins, 1999). A sua pouca consciência e capacidade de ler o ambiente à sua volta é condicionada pela tecnologia da qual dependem, e a pouca capacidade de ver a longo prazo. A pesca não é um modo de vida, é muitas vezes o meio mais acessível para chegar a um ordenado suficiente para alimentar os seus vícios, e, em alguns casos, transportá-lo para atividades ilícitas e para lucros complementares. Trata-se dos pescadores “*sem calo*” (Martins, 2002) que resultam das imposições do capitalismo no setor (Oneto, 2008).

A responsabilização é, portanto, uma questão complexa. Não apenas se aponta para o *outro* pescador, mas também para os agentes de autoridade e *policymakers*, o que nos remete para a importância de compreender as relações de poder e a questão económica para trabalhar a relação ambiental (Orr, Lansing e Dove, 2015) e da poluição. Sentindo-se marginalizados e visados de modo injusto pelas autoridades, é sentido um ambiente acusatório e de carácter disciplinador quando confrontados com a questão da poluição. De facto, o isolamento das comunidades piscatórias, e a sua falta de representação política, é um problema antigo (Acheson, 1981). Assinale-se que nenhuma solução prática foi até hoje criada que facilite a disposição do lixo nas embarcações, o seu desembarque e a sua deposição em local adequado e prático, na zona da muralha e junto aos passadiços. Nestas circunstâncias, compreende-se como o ato de deitar para o mar o lixo, se mantenha uma prática frequente, mais ainda, no contexto atarefado da prática da pesca. Aqui coexiste uma descrença não apenas do pescador face às instituições, como a APSS, mas de próprios agentes desta em relação aos pescadores.

Como a existência de papeis, como o do *ajuda*, que separa as atividades marítimas, das terrestres, percebemos que a questão do trabalho em terra para um pescador é complexa. Para um indivíduo cujo trabalho é no mar, vivendo com a questão da incerteza e aleatoriedade inerente à pesca, um trabalho como a separação do lixo e depósito destes nos contentores, não recompensado não é bem visto. É o que se passa com a limpeza e gestão dos resíduos, que os leva a sentir-se como mão-de-obra barata, e não como um agente importante e valorizado na conservação dos oceanos.

Melhores comportamentos por parte dos pescadores seriam facilitados, nesta perspectiva, por uma diferente atitude na comunicação por parte das autoridades, o que evitaria uma postura defensiva e tensa, como testemunhadas também em relação aos ativistas ambientais. Uma mudança de comportamentos passaria não por uma atitude acusatória que apenas leva o

pescador a adotar uma postura defensiva, mas sim, pela valorização, tão desejada, da atividade e do papel do pescador.

Porém, algo aqui a deixar claro é que, em Setúbal, não existe uma comunidade piscatória como conhecida e conceptualizada no passado (Moreira, 1987). Trata-se de uma comunidade marcadamente masculina, altamente heterogénea, onde é possível constatar grandes diferenças dependentes de fatores como idade, laços familiares, origem, escolaridade e a motivação para a atividade piscatória, com consequências na relação do indivíduo com o seu ambiente, levando, a um maior afastamento da natureza e da cultura material. Deste modo, *pescador* é um termo utilizado livremente para descrever um homem que *ande ao mar*, e não necessariamente um pescador com grande conhecimento do mar e da profissão.

Acresce ainda o facto de a progressiva fragilização social desta comunidade tornou-a vulnerável à utilização de recursos marginais que podem passar por alguns serviços ilegais ou pela utilização do pretexto da pesca por parte de comunidades, essas sim, marginais, para alimentar os seus negócios e vícios. O fenómeno não é exclusivo da comunidade piscatória de Setúbal.

Algo que propicia a descrença dos pescadores em relação ao Estado e autoridades, é o facto de serem totalmente afastados das negociações e construção de políticas que dizem respeito ao mar. Não se sentem ouvidos, nem tidos em conta. As políticas são criadas a nível europeu e nacional, esquecendo-se da heterogeneidade das comunidades piscatórias no litoral português. Semelhantemente, a ideia de comunidade não é tida em conta, como acontece em outros locais (Jentoft, 2000a). Mesmo as próprias políticas de desenvolvimento do setor piscatório ao longo da história, procuraram uma proletarização do setor (Garrido, 2018; Oneto, 2008), em nome de um desenvolvimento que procurou ser, sobretudo, económico e não, acima de tudo, sustentável a nível ambiental e social.

Num ambiente poluído pela crescente atividade industrial e portuária de Setúbal, o peixe cada vez mais escasseia e apresenta-se *magro*, que leva a uma migração das vendas para Sesimbra, onde o peixe é vendido a melhor preço, ou à sua venda à *candonga* onde o preço é mais elevado e menos flutuante do que em *lota*, onde por vezes não se vendem as caixas, ou são vendidas por um preço insuficiente. Foram constatadas estratégias de sobrevivência como estas, mas também a multiplicidade de atividades simultâneas à pesca. O problema do peixe *magro* tem outra implicação devido ao seu baixo preço, e que é a necessidade de pescar em maior quantidade para obter dinheiro suficiente para sobreviver, levando à sobrepesca.

Apesar da aura de tragédia e crise que rodeia o sector piscatório, assim retratado nos *media* e em alguns círculos de poder, refira-se que a observação participante permitiu ultrapassar os primeiros discursos de dificuldades e desvantagens da pesca, para descobrir intrincados relatos de profundo conhecimento da natureza, e um verdadeiro prazer e orgulho na vida que levavam apesar dos problemas com que se defrontavam, como é o caso de antigos pescadores que continuam a trabalhar, ou a passear diariamente naquela zona.

Em síntese: 1. O problema da poluição por plásticos é real, grave e claramente reconhecido pelos pescadores que o sentem como afetação negativa para a sua atividade; 2. A poluição por plásticos põe, contudo, em causa o quadro tradicional em que os pescadores representam o lixo; 3. Este facto, só pode ser entendido através do conhecimento do quadro da vida social dos pescadores onde decorre a sua prática piscatória; 4. O problema da poluição por plásticos desencadeou um discurso de responsabilização, e até de culpabilização, do pescador que se foi inscrever numa tradição de relacionamento desigual entre os poderes das administrações e a condição subordinada e socialmente frágil dos pescadores e das suas comunidades; 5. O quadro em que se dá, hoje, o confronto entre prática piscatória, poluição por plásticos e políticas e discursos ambientalistas corretivos revelou as profundas fragilidades atuais da comunidade piscatória e a condição tensa em que pensam a sua identidade hoje.

Concluindo, percebemos que estamos perante uma crise de origem antrópica dos oceanos, em que a poluição por plásticos corresponde a uma situação aguda, de escala e gravidade sem precedentes. Apesar de, nas localizações mais próximas da costa, se poder identificar com mais facilidade o lixo de origem naval e, em particular, o produzido pela pesca artesanal, é clara a desproporção entre a visibilidade dessa poluição nas praias e junto às docas e a real expressão origem do problema.

Os pescadores, pelo facto de terem, não só proximidade física direta ao mar, como dependerem dele para a sua sobrevivência e trabalharem no quadro de uma cultura habituada a pensar as adversidades, tanto naturais como sociais, detetaram mais cedo e de uma forma mais dramática os problemas de que agora, muitas vezes, são acusados. Este equívoco mostrou dar continuidade a antecedentes históricos de relação tensa com as autoridades.

Agrava esta situação a enorme fragilidade em que vivem as comunidades marítimas hoje, assistindo a uma substituição de protagonismos e de discursos que, reportando sempre à bravura e sabedoria do *homem do mar* colocaram no comerciante de peixe e no operador turístico, a força e o poder. Ao pescador, parece ficar assim reservado apenas assistir ao infundável declínio da sua atividade, ao recuo e diluição das suas comunidades, à quase marginalização numa vida arriscada e pobre, ao mesmo tempo que se faz a utilização desta sua condição como pretexto para promover identidades locais e outros negócios, e se lhe castigam os maus hábitos, incompreendidos, como se fossem eles a verdadeira origem dos plásticos no mar, da poluição e da sujidade.

Ouvir o pescador dá acesso ao entendimento desta condição, mas, para ouvir o pescador, é necessário reconquistar para a comunicação uma confiança que há muito ele deixou de ter razões para dar. Através do trabalho etnográfico, consegui que o discurso direto do pescador traduzisse com clareza o jogo de equívocos onde, no discurso ambientalista e oficial, ele é hoje confrontado com o dever de não poluir o mar com aqueles mesmos plásticos que fizeram parte das causas que foram fatais da sua atividade e modo de vida.

Legislação

Decreto-Lei nº 278/87 de 7 de Julho de Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Diário da República n.º 153/1987, Série I de 1987-07-07. Disponível em www.pgdlisboa.pt/leis/leis_mostra_articulado_php?nid=1730&tabela=leis acedido a 12 de Junho de 2018.

Decreto-Lei nº251-A/2015 de 17 de Dezembro de Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República n.º 246/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-12-17 Disponível em www.dre.pt/home/-/dre/72909765/details/maximized?p_auth=kZfFcLn5 acedido a 12 de Junho de 2018.

Regulamento 101/76 de 19 de Janeiro. Disponível em eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3a31976R0101 acedido a 12 de Junho de 2018.

Regulamento 170/83 de 25 de Janeiro. Disponível em eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3a31983R0170 acedido a 12 de Junho de 2018.

Regulamento 171/83 de 18 de Setembro. Disponível em eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3a31984R2664 acedido a 12 de Junho de 2018.

Referências Bibliográficas

Acheson, J. M. (1981). Anthropology of fishing. *Annual review of anthropology*, 10(1), 275-316.

Agar, M., & Hobbs, J. R. (1982). Interpreting discourse: Coherence and the analysis of ethnographic interviews. *Discourse processes*, 5(1), 1-32.

Álvares, P. (1986). *Portugal na CEE: A indústria – A Agricultura – A Pesca – Os trabalhadores – Os Investimentos – Os Fundos – O Presente e o Futuro*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Alves, J. A., Silva, L. T., & Remoaldo, P. C. C. (2015). The influence of low-frequency noise pollution on the quality of life and place in sustainable cities: a case study from northern Portugal. *Sustainability*, 7(10), 13920-13946.

Amorim, I. (2008). Homens da Terra ou Homens do Mar – um percurso historiográfico. In Oneto, F. (2008). *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora.

Amorim, V. I. C. C. (2015). *Marés de incerteza etnografia: do presente liminar na comunidade piscatória de Setúbal*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Lisboa: ISCTE-IUL.

Anastácio, J. S. P. (2015). Relationships between marine litter and type of coastal area: implications for the design of monitoring plans. Dissertação de Mestrado em Ecologia Marinha. Universidade de Lisboa: Faculdade de Ciências Departamento de Biologia Animal.

Angioni, G. (2004). Doing, Thinking, Saying. In Sanga, G., Ortalli, G. (2004). *Nature Knowledge – Ethnoscience, Cognition and Utility*. New York: Berghahn Books.

- Araújo, I.A. (1987). *Essencial sobre o Litoral Português*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Atkinson, P. (Ed.). (2001). *Handbook of ethnography*. London: Sage.
- Bailey, C. A. (1996). *A Guide to Field Research*. London: Sage Publications.
- Baldaque da Silva, A. (1890). *O Estado Actual das Pescas em Portugal*. Lisboa: I.N.
- Batalha, L. (2004). *Antropologia: uma Perspectiva Holística*. Lisboa: ISCSP.
- Bento, C. L. (1977). *Alguns Aspectos das Pescas em Portugal*. Almada: Jornal de Almada.
- Bernard, H. R. (2011). *Research Methods in Anthropology*. Plymouth: AltaMira Press.
- Bertapeli, V., & Simonetti, M. (2009). *A necessidade de analisar a percepção dos pescadores artesanais quanto ao impacto das mudanças climáticas sobre o ambiente marinho*. In VI Congresso de Meio Ambiente da AUGM-Associação de Universidades do Grupo Montevideo (pp. 1-15).
- Botas, L. (1940). *Litoral a Oeste*. Lisboa: Portugália Editora.
- Brandão, R. (2018). *Os Pescadores*. Guimarães: Opera Omnia.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Candeias, J. M. P. B. (2015). *Marine litter occurrence patterns along the Portuguese coast in the past decade (Doctoral dissertation)*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Ciências Departamento de Biologia Animal.
- Castro, P., Seixas, E., Neca, P., & Bettencourt, L. (2018). *Successfully Contesting the Policy Sphere: Examining Through the Press a Case of Local Protests Changing New Ecological Laws*. *Political Psychology*, 39(1), 107-123.
- Cole, S. (1994). *Mulheres na Praia: o Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Corbin, A. (1988 1ª Edição; 1990). *Le Territoire du vide: L'Occident et de Désir du Rivage (1750-1840)*. Paris: Flammarion.
- Crate, S. (2011). *Climate Change and Culture: Anthropology in the era of contemporary climate change*. *Annual Review of Anthropology*. 40: 175-94.
- Cunha e Silva, A., et. al. (2007). *Mulheres do Mar...Mãos de Sal*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos e NAPESMAT.
- Crutzen, P. J. & Steffen, W. (2003). *How long have we been in the Anthropocene era?*. *Climatic Change*. 61(3), 251-257.

- Da Rocha, J. M., Gutiérrez, M. J., & Villasante, S. (2014). Economic effects of global warming under stock growth uncertainty: the European sardine fishery. *Regional environmental change*, 14(1), 195-205.
- Da Silveira, C. D. (2011). A pesca artesanal no contexto português: o conhecimento local na solução de conflitos. *CEP*, 85960, 000.
- Daw, T., Adger, W. N., Brown, K., & Badjeck, M. C. (2009). Climate change and capture fisheries: potential impacts, adaptation and mitigation. Climate change implications for fisheries and aquaculture: overview of current scientific knowledge. *FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper*, 530, 107-150.
- De Carvalho, V. (1995). *A Importância do Mar para Portugal: Passado, Presente e Futuro*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Denzin, N. K. (1997). *Interpretative Ethnography: Ethnographic Practices for the 21st Century*. London: Sage Publications.
- Derraik, J. G. (2002). The pollution of the marine environment by plastic debris: a review. *Marine pollution bulletin*, 44(9), 842-852.
- Descola, P. (2013). *The Ecology of Others: Anthropology and the Question of Nature*. Prickly Paradigm.
- Descola, P., Pálsson, G. (2002). *Nature and Society – Anthropological Perspectives*. Routledge: London.
- Devillard, M. J., Mudanó, A. F., & Pazos, Á. (2012). Apuntes metodológicos sobre la conversación en el trabajo etnográfico/Methodological notes on ethnographic conversational work. *Política y sociedad*, 49(2), 353.
- Dias, J. (1984). *Antropologia Cultural*. Lisboa: ISCSP.
- Dias, J. A. (2003). *Portugal e o mar: importância da oceanografia para Portugal*. Faro: Universidade do Algarve.
- Douglas, M. (1966). *Purity and Danger: an analysis of concepts of pollution and taboo*. New York: Routledge.
- Douglas, M., & Wildavsky, A. (1983). *Risk and culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers*. Univ of California Press.
- Dove, M. R. (Ed.). (2014). *The Anthropology of Climate Change: an historical reader*. Malden: John Wiley & Sons.
- Elliott, E. D. (1983). *Risk and culture: an essay on the selection of technical and environmental dangers*. Faculty Scholarship Series. Paper 2192.

- Emmanuel, N., Duranoğlu, D., & Benjamin, B. C. (2016). NEW CHALLENGES OF WATER POLLUTION IN EUROPE AND THEIR SOCIOECONOMICAL IMPACT. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 25(2).
- Faria, C. (2004). *A Cidade e os Movimentos Sociais: Análise da Experiência de Setúbal 1966-1995*. (Tese de Doutoramento). Lisboa: ISCTE.
- Filgueiras, O. L. (1963). Barcos- Capítulo VIII. In Pires de Lima, F. (1963). *A Arte Popular em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Firth, R (1946). *Malay Fishermen: their peasant economy*. London: Butler and Tanner.
- Fonseca, B. (1959). *Mar Santo*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural.
- Freitas, J. G. (2007). O Litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 7, 2: 105-115.
- Freitas, J. G. (2016). Landscapes of Fear: The Portuguese Coast. *The Nautilus. A Maritime Journal of Literature, History and Culture*, 7: 27- 59.
- Garrido, Á. (2000). Políticas de abastecimento no segundo pós-guerra: a «Organização das pescas». *Análise Social*, (156). 651-694.
- Garrido, Á. (2006). *A Economia Marítima Existe*. Lisboa: Âncora.
- Garrido, Á. (2008). O Estado Novo e a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”. In Oneto, F. (2008). *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora.
- Garrido, Á. (2010). *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. Lisboa: Temas e Debates.
- Garrido, Á. (2018). *As Pescas em Portugal*. Lisboa: FFMS.
- Garzon, C. A., Rey, M. C., Sarmiento, P. J., & Cardenas, J. C. (2016). Fisheries, fish pollution and biodiversity: choice experiments with fishermen, traders and consumers. *Economia Política*, 33(3), 333-353.
- Gillis, J. (2012). *The Human Shore. Seacoasts in History*. Chicago: Chicago University Press.
- Godelier, M. (2000). Is social anthropology still worth the trouble? A response to some echoes from America. *Ethnos*, 65(3), 301-316.
- Griffith, D. (1999). *The Estuary's Gift: Na Atlantic Coast Cultural Biography*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.
- Guimarães, P. (1994). A Habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX. *Análise Social*, 525-554.
- Hammersley, M., Atkinson, P. (1995). *Ethnography: Principles in Practice*. London: Routledge

- Hardin, G. (2009). The tragedy of the commons. *Journal of Natural Resources Policy Research*, 1(3), 243-253.
- Helmreich, S. (2011). Nature/culture/seawater. *American Anthropologist*, 113(1), 132-144.
- Herbort, A. F., & Schuhen, K. (2017). A concept for the removal of microplastics from the marine environment with innovative host-guest relationships. *Environmental Science and Pollution Research*, 24(12), 11061-11065.
- Heyl, B. (2001). Ethnographic Interviewing. In Atkinson, P., et. al. (2001). *Handbook of Ethnography*. London: Sage Publications.
- Hoeppe, G. (2007). *Conversations on the Beach: Fishermen's Knowledge, Metaphor and Environmental Change in South India*. New York: Berghahn Books.
- Ingold, T. (1985). Who studies humanity. *Anthropology today*, 1(6), 15-16.
- Ingold, T. (1994). *Companion Encyclopedia of Anthropology: Humanity, Culture and Social Life*. London: Routledge.
- Ingold, T. (2000). *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge.
- Ingold, T. (2004). Two Reflections on Ecological Knowledge. in Sanga, G., Ortalli, G. (2004). *Nature Knowledge – Ethnoscience, Cognition and Utility*. New York: Berghahn Books.
- Ingold, T. (2014). That's enough about ethnography!. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 4(1), 383-395.
- Isobe, A., Uchiyama-Matsumoto, K., Uchida, K., & Tokai, T. (2017). Microplastics in the Southern Ocean. *Marine pollution bulletin*, 114(1), 623-626.
- Jentoft, S. (2000a). The community: a missing link of fisheries management. *Marine Policy*, 24, (1).
- Jentoft, S. (2000b). Legitimacy and disappointment in fisheries management. *Marine policy*, 24(2), 141-148.
- Johnson, W. T. (1977). *Work Among Portuguese Fishermen Towards a Model of Social Production*. (Doctorate Thesis). Columbia University.
- Karlsson, T. M., Arneborg, L., Broström, G., Almroth, B. C., Gipperth, L., & Hassellöv, M. (2018). The unaccountability case of plastic pellet pollution. *Marine Pollution Bulletin*, 129(1), 52-60.
- Khaliwala, S., Primeau, F., & Hall, T. (2009). Reconstruction of the history of anthropogenic CO₂ concentrations in the ocean. *Nature*, 462(7271), 346.
- Kottak, C. P. (1999). The new ecological anthropology. *American Anthropologist*, 101(1), 23-35.
- Laplantine, F. (1987). *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense.

- Laplantine, F. (2004). *A descrição etnográfica*. Terceira Imagem.
- Larr, A. S., & Neidell, M. (2016). Pollution and Climate Change. *The Future of Children*, 26(1), 93-113.
- Latour, B. (2017). Anthropology at the time of the Anthropocene: a personal view of what is to be studied. In the *Anthropology of Sustainability* (pp. 35-49). Palgrave Macmillan, New York.
- LeCompte, M. D., Schensul, J. J. (1999). *Analyzing and Interpreting Ethnographic Data*. Oxford: AltaMira Press.
- Levi-Strauss, C. (1950). Introdução à obra de Marcell Mauss. in Mauss, M. (2018). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu Editora.
- Lobo Ferreira, J. P. (1998). Vulnerabilidade à poluição de águas subterrâneas: fundamentos e conceitos para uma melhor gestão e proteção dos aquíferos de Portugal. In Lisboa, 4º Congresso da Água da APRH.
- Lopes, J. M. M., Pereira, A. M. S. (2015). *A Indústria das Conservas de Peixe em Setúbal*. Setúbal: Estuário.
- Lopes, P. (2009). *O Medo do Mar nos Descobrimentos – Representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média*. Lisboa: Tribuna da História.
- Macfadyen, G., Huntington, T., & Cappell, R. (2009). *Abandoned, lost or otherwise discarded fishing gear* (No. 523). Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).
- Machado, F. (1951). *A pesca marítima em Setúbal*, Lisboa, s. ed.,.
- Mack, J. (2011). *The Sea: A Cultural History*. London: Reaktion Books, Ltd.
- Madureira, N. L.; Amorim, I. (2001). *História do Trabalho e das Ocupações – Vol. II: As Pescas*. Oeiras: Celta Editora.
- Marcell, M. (1972). *Manual de Etnografia*. Lisboa: Editorial Pórtico.
- Martins, A. (2010). *A Breve História do Bairro Santos Nicolau*. Setúbal: Belo Horizonte.
- Martins, A. (2012). *Breve História do Bairro de Troino e Zonas Envolventes*. Setúbal: Belo Horizonte.
- Martins, J., & Sobral, P. (2011). Plastic marine debris on the Portuguese coastline: a matter of size?. *Marine pollution bulletin*, 62(12), 2649-2653.
- Martins, L. (1999). Mares electrónicos em fundos sem peixe: Um estudo de caso na Póvoa de Varzim e nas Caxinas. *Etnográfica*, 3(2), 235-270.
- Martins, L. (2002). *Inovação e Resistência: Um Estudo Sobre Estratégias nas Companhas de Pesca*. (Tese de Doutoramento). Lisboa: ISCTE.

- Martins, L. (2013). Entrevista a Joaquim Pais de Brito. *Argos*. 01. 2013.
- Martins, L., & Souto, H. (2005). Preservação e exploração nas pescas: olhar o presente pelas experiências do passado. *GeoINova—Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, 11, 125-138.
- Martins, R., Carneiro, M., Rebordão, F. R., (2005). *Contribuição para o Conhecimento das Artes de Pesca utilizadas no Rio Sado*. Lisboa: IPIMAR.
- Mendes, P. (2008). Pescadores, Camponeses, Empresários, Turistas e Percepção do Ambiente na Costa Alentejana: uma leitura cronológica e etnográfica. In Oneto, F. (2008). *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora.
- Mendes, P. (2013). *O Mar é que Manda: Comunidade e Percepção do Ambiente no Litoral Alentejano*. Lisboa: FCT e Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moreira, C. D. (1987). *Populações Marítimas em Portugal: Incerteza, Competição e Flexibilidade na Organização Social e nas Estratégias Adaptativas das Populações de Pescadores na Orla Marítima Continental Portuguesa*. Lisboa: ISCSP-UL.
- Moreira, C. D. (2004). *Comunidades Azuis: Características e Perspectivas da Frota da Pesca Local Portuguesa*. Lisboa: ISCSP.
- Moreira, C. D. (2008). Problemas e Orientações de investigação na Antropologia Marítima em Portugal. In Oneto, F. (2008). *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora.
- Morton, T. (2018). *Being Ecological*. London: Penguin Books.
- Murchinson, J. (2010). *Ethnography Essentials: Designing, Conducting and Presenting your Research*. San Francisco: Wiley Imprint.
- Nader, L. (2011). Ethnography as theory. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 1(1):211-219.
- Nagle, J. C. (2009). The Idea of Pollution. *UC Davis L. Rev.*, 43, 1.
- Nass, D. P. (2002). O conceito de Poluição. *Revista Eletrônica de Ciências. São Carlos: Universidade de São Paulo/Instituto de Química*, (13).
- Neves, D. F. P. (2013). *Lixo marinho nos fundos oceânicos e a sua ingestão por peixes da costa portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Engenharia. Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- Oliveira, C. M. R. (1973). *Fuzeta: Uma Abordagem Antropológica*. Tese de Licenciatura em Ciências Antropológicas e Etnológicas. Lisboa: ISCSPU.
- Oneto Nunes, F (Coord.). (2008). *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora.
- Oneto, F. (1993). *Vieira de Leiria: a História, o Trabalho, a Cultura*. Vieira de Leiria: Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.

- Oneto, F. (2005). *Hoje por Ti, Amanhã por Mim: A Arte Xávega no Litoral Central Português*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Oneto, F. (2004). *A Arte xávega na Praia da Vieira: História e Imagens – documentos fotográficos de Dora Landau, Vergílio Guerra e outros*. Vieira de Leiria: Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.
- Orlove, B. S. (1980). Ecological anthropology. *Annual review of anthropology*, 9(1), 235-273.
- Orr, Y., Lansing, J. S., & Dove, M. R. (2015). Environmental anthropology: systemic perspectives. *Annual Review of Anthropology*, 44, 153-168.
- Ortner, S. B. (2006). *Anthropology and Social Theory: Culture, Power and the Acting Subject*. London: Duke University Press.
- Ostrom, E., Burguer, J., Field, C. B., Norgaard, R. B. & Policansky, D. (1999). Revisiting the commons: local lessons, global challenges. *Science*, 284(5412). 278-282.
- Paes da Franca, M. L.; Martins, R.; Carneiro, M. (1998). *A Pesca Artesanal Local na Costa Continental Portuguesa*. Lisboa: IPIMAR.
- Pais Neves dos Santos, M., Seixas, S., Bastos Mareschi Aggio, R., Hanazaki, N., Costa, M., Schiavetti, A., ... & Azeiteiro, U. M. (2012). A pesca enquanto atividade humana: pesca artesanal e sustentabilidade. *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 12(4).
- Pálsson, G. (2002). Human-Environmental Relations: Orientalism, Paternalism and Communalism. In Descola, P., Pálsson, G. (2002). *Nature and Society – Anthropological Perspectives*. Routledge: London.
- Parker, L. (2018). Um Mar de Plástico. *National Geographic*. 207. 2018.
- Patton, K. (2007). *The Sea Can Wash Away All Evils: Modern Marine Pollution and the Ancient Cathartic Ocean*. New York: Columbia University Press.
- Peirano, M. (2014). Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*, (42), 377-391.
- Peixoto, R. (1990). *Etnografia Portuguesa*: Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Peralta, E (2006). Portugal e o Mar: significações culturais e discursos identitários. In Garrido, A. (2006). *A Economia Marítima Existe*. Lisboa: Âncora.
- Peralta, E. (2008). *A Memória do Mar: Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade*. Lisboa: ISCSP.
- Pina Cabral, J. (1983). Notas Críticas sobre a Observação Participante no contexto da Etnografia Portuguesa. *Análise Social*, vol. XIX (76). 327-339.
- Pitta e Cunha, T. (2011). *Portugal e o Mar: À Redescoberta da Geografia*. Lisboa: FFMS

- Quintas, M. C. (1998), *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária 1880-1930*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Quintas, M. C. (1989), “Troino e Fontainhas: duas comunidades de pescadores em confronto”, *Revista Movimento Cultural*, Setúbal, Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.
- Quintas, M. C., Baltazar P. (1988). *Génese da Revolução, 1640*, Setúbal. Setúbal: INAPA.
- Ramalho, C. W. N. (2009). A arte de fazer-se pescador artesanal. *ANPPAS*, 2, 1-7.
- Ramos, R. (2006). *D. Carlos (1863-1908)*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Redol, A. (1965). *Uma fenda na muralha*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Ribeiro, O. (2004). *A Arrábida – Esboço Geográfico*. Fundação Oriente e Câmara Municipal de Sesimbra.
- Ribeiro, O., Lautensach, H. (1987). *Geografia de Portugal. Volume II*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Robben, A. Sluka, J. (2007). *Ethnographic Fieldwork: an Anthropological Reader*. Malden: Blackwell Publishing.
- Rodrigues, E. (1995). Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal. *Oficina do CES*. (60).1-33.
- Rosaldo, R. (1989). *Culture & Truth: The Remaking of Social Analysis*. London: Routledge.
- Rudiak-Gould, P. (2011). Climate change anthropology: the importance of reception studies. *Anthropology Today*, 27(2), 9-12.
- Ruivo, M. (1983). Prefácio. In Gonçalves, M. E. (1983). *A Política Comum de Pesca da comunidade económica europeia: um exemplo de dinâmica comunitária no contexto internacional*. Póvoa de Varzim: Moraes Editores.
- Ruivo, M. (2006). Geopolítica dos Recursos Haliêuticos e Cooperação Internacional. In Garrido, A. (2006). *A Economia Marítima Existe*. Lisboa: Âncora.
- Sá, R. D. S. B. (2016). Empowerment of the fishing community of Sesimbra through a participatory process: MARGov—collaborative governance in marine protected areas. Dissertação de Doutoramento em Ciências do Mar, da Terra e do Ambiente, ramo de Ciências e Tecnologias das Pescas, especialidade em Avaliação de Gestão de Recursos. Universidade do Algarve – FCT.
- Sachdeva, S. (2017). The influence of sacred beliefs in environmental risk perception and attitudes. *Environment and Behavior*, 49(5), 583-600.
- Sanga, G., Ortalli, G. (2004). *Nature Knowledge – Ethnoscience, Cognition and Utility*. New York: Berghahn Books.

- Santos Graça, A. (1992). *O Poveiro: Usos, Costumes, Tradições, Lendas*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Santos, F. D., Miranda, P. (2006). *Alterações Climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação. Projecto SIAM II*. Lisboa: Gradiva.
- Sarma, S. K. (2015). Qualitative Research: Examining the Misconceptions. *South Asian Journal of Management*, 22(3), 176.
- Shataloff, A. (2013). *Avaliação da qualidade do ar na região de Setúbal*. Dissertação de Mestrado em Gestão Integrada de Qualidade, Ambiente e Segurança. Coimbra: ISEC.
- Soromenho-Marques. (2005). Raízes do Ambientalismo em Portugal. Metaformoses. Entre O Colapso e o Desenvolvimento Sustentável. *Publicações Europa-América*. 127-144.
- Spradley, J. P. (1979). *The Ethnographic Interview*. New York: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Spradley, J. P. (1980). *Participant Observation*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Tajuddin, N. A. (2013). *Place, People and Pollution: An Urban Ethnography of the Klang River in Kuala Lumpur, Malaysia, and the Torrens River in Adelaide, South Australia*. Doctoral dissertation. University of Western Australia.
- Thornton, T., & Scheer, A. (2012). Collaborative engagement of local and traditional knowledge and science in marine environments: a review. *Ecology and Society*, 17(3).
- Tomás, J. (2013). *Ensaio sobre o imaginário dos Portugueses*. Braga: Universidade do Minho – CECS.
- Toren, C. (2002). Anthropology as the whole science of what it is to be human. *Anthropology beyond culture*, 105-124.
- UNEP (2016). *Marine plastic debris and microplastics – Global lessons and research to inspire action and guide policy change*. United Nations Environment Programme, Nairobi.
- Valadas de Lima, A., & Schmidt, L. (1996). Questões ambientais—conhecimentos, preocupações e sensibilidades. *Análise Social*, 205-227.
- Valente, V. P. (1981). Os conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise social*, 17(67/69), 615-678.
- Van Ginkel, R. (2008). *Coastal Cultures: An Anthropology of Fishing and Whaling*. Amsterdam: Het Spinhuis.
- Van Maanen, J. (1988). *Tales of the Field: On Writing Ethnography*. Chicago: University of Chicago Press.

Veiga, P., Pita, C., Leite, L., Ribeiro, J., Ditton, R. B., Gonçalves, J. M. S., & Erzini, K. (2013). From a traditionally open access fishery to modern restrictions: Portuguese anglers' perceptions about newly implemented recreational fishing regulations. *Marine policy*, 40, 53-63.

Villarrubia-Gómez, P., Cornell, S. E., & Fabres, J. (2017). Marine plastic pollution as a planetary boundary threat—The drifting piece in the sustainability puzzle. *Marine Policy*.

Viman, O., Oroian, I., & Fleşeriu, A. (2010). Types of water pollution: point source and non-point source. *AACL Bioflux*, 3(5), 393-397.

Vitorino, A. (1950). *Praia da Vieira, sua pena e sua glória*. Lisboa: edição do autor.

Vitorino, A. (s.d.). *Gente de Vieira*. Lisboa: edição do autor.

Wolcott, H. F. (2005). *The Art of Fieldwork*. Oxford: AltaMira Press.

Zhang, Y., & Wildemuth, B. M. (2006). Unstructured interviews. *Applications of Social Research Methods to Questions in Information and Library Science*, 000-060.

Webgrafia

Bandeira Azul. (2014). *Bandeira Azul*. Disponível em www.bandeiraazul.abae.pt acedido a 23 de junho de 2018.

Bopp, L., Bowler, C. (2018). *The Ocean: a Carbon Pump*. Disponível em http://www.ocean-climate.org/wp-content/uploads/2017/03/ocean-carbon-pump_07-2.pdf acedido a 4 de abril de 2018.

CIEL. (2018b). Disponível em <http://www.ciel.org/wp-content/uploads/2017/09/Fueling-Plastics-Fossils-Plastics-Petrochemical-Feedstocks.pdf> acedido a 9 de março de 2018.

Coelho, A. (2015). *O Rei que trouxe a nós o fundo do mar*. Disponível em https://www.publico.pt/2015/11/08/ciencia/cronica_urbana/o-rei-que-trouxe-ate-nos-o-fundo-do-mar-1713549 acedido a 17 de maio de 2018.

Comissão Europeia. (2009). *Livro Verde da Reforma da Política Comum de Pescas: Contributo para uma reflexão estratégica*. Disponível em https://ec.europa.eu/fisheries/sites/fisheries/files/docs/body/portuguese_fishing_sector_en.pdf acedido a 25 de maio de 2018.

Comissão Europeia. (2018). *A Política Comum das Pescas*. Disponível em https://ec.europa.eu/fisheries/cfp_pt acedido a 25 de maio de 2018.

Cury, P. (2018). *Exploited Marine Biodiversity and Climate Change*. Disponível em http://www.ocean-climate.org/wp-content/uploads/2017/03/exploited-marine-biodiversity_ScientificNotes_07-13.pdf acedido a 4 de abril de 2018.

EMEPC. (2018). *Projeto de Extensão da Plataforma Continental*. Disponível em <https://www.emepc.pt/pt/#5-o-que-temos-a-ganhar-com-a-extens%C3%A3o-da-plataforma-continental> acessado a 9 de junho de 2018.

Fabinyi, M. (2012). *The 'Poor Moral Fisher': Local Conceptions of Environmental Degradation, Fishing and Poverty in Esperanza*. Disponível em <http://press-files.anu.edu.au/downloads/press/p167001/pdf/ch042.pdf> acessado a 9 de março de 2018.

Feel4Planet. (2018). Disponível em feel4planet.org acessado a 29 de abril de 2018.

Firmino, T. (2017). *Mário Ruivo (1927-2017), um político dos oceanos*. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/01/25/ciencia/noticia/morreu-mario-ruivo-1759604> acessado a 18 de maio de 2018.

INE. (2018a). Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=180&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true acessado de 31 de maio de 2018.

INE. (2018b). Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001067&contexto=bd&selTab=tab2 acessado a 31 de maio de 2018.

Kershaw, P. (2011). Disponível em https://fagarkivet-hioa.archive.knowledgearc.net/bitstream/handle/123456789/219/Samseth_Plastic%20debris%20in%20the%20ocean.pdf?sequence=2&isAllowed=y acessado a 9 de março de 2018.

Levin, L. (2018). *A Case for the Deep Ocean*. Disponível em http://www.ocean-climate.org/wp-content/uploads/2017/03/deep-ocean_ScientificNotes_Oct2016_BD_ppp-8.pdf acessado a 4 de abril de 2018.

Lusa. (2011). *Preocupação com o ambiente aumentou entre portugueses*. Disponível em <https://www.publico.pt/2011/03/17/ciencia/noticia/preocupacao-com-o-ambiente-aumentou-entre-portugueses-1485382> acessado a 19 de abril de 2018.

Lusa. (2018). *No Mediterrâneo 95% dos resíduos são plástico, Portugal é afectado (WWF)*. Disponível em www.rtp.pt/noticias/pais/no-mediterraneo-95-dos-residuos-sao-plastico-portugal-e-afectado-wwf_n1080552 acessado a 12 de junho de 2018.

Marques, M. (2016). *Ana dá vida artística ao plástico que chega às praias de cascais*. Disponível em www.wilder.pt/historias/ana-da-vida-ao-plastico-que-chega-as-praias-de-cascais/ acessado a 23 de junho de 2018.

Ocean Alive. (2018a). Disponível em ocean-alive.org acessado a 19 de abril de 2018.

Ocean Alive. (2018b). Disponível em <https://pt-pt.facebook.com/ocean.alive.org/> acessado a 19 de abril de 2018.

Oceanário. (2018). Disponível em <https://www.oceanario.pt/o-oceanario/visao-e-missao/> acedido a 18 de maio de 2018.

Orbach, M. K. (1989). *An overview of marine social science and fisheries management and development*. Disponível em http://aquaticcommons.org/12524/1/gcfi_39-13.pdf acedido a 13 de maio de 2018.

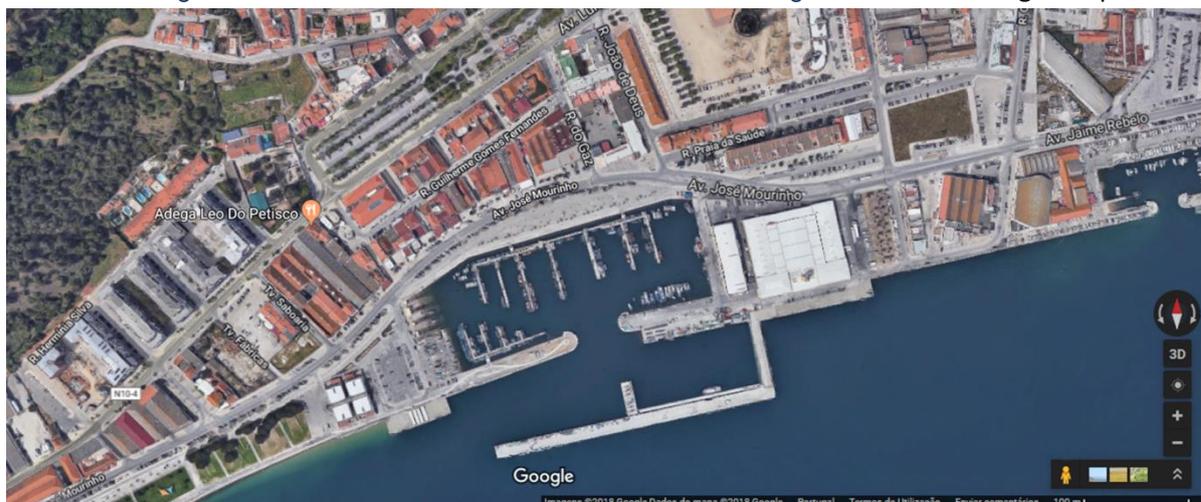
SaeR/ACL. (2009). *Hypercluster do Mar: Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*. Disponível em <http://static.publico.pt/docs/economia/HyperclusterEconomiaMar.pdf> acedido a 8 de junho de 2018.

Speich, S. et. Al., (2018). *Ocean, Heat Reservoir*. Disponível em <http://www.ocean-climate.org/wp-content/uploads/2017/03/ocean-heat-reservoir.pdf> acedido a 4 de abril de 2018.

Swensen, J. (2015). *Portugueses preocupam-se mais com ambiente. Poluição do ar passou a 1º Lugar*. Disponível em <https://observador.pt/2015/05/05/portugueses-preocupam-ambiente-poluicao-do-ar-passou-1-lugar/> acedido a 29 de abril de 2018.

Anexos

Anexo A: Fotografia aérea da zona onde decorreu o trabalho etnográfico. Fonte: Google Maps.



Anexo B: Tabela de dados acerca do número de pescadores e das embarcações de pesca, em Setúbal, em 2017. Fonte: INE: 2018b

Período de referência dos dados	Porto de registo (1)	Pescadores matriculados em 31 de Dezembro em portos nacionais (N.º) por Porto de registo e Segmento de pesca; Anual	Embarcações de pesca com motor (N.º) da frota nacional por Porto de registo; Anual	Capacidade das embarcações de pesca com motor (GT) da frota nacional por Porto de registo; Anual (2)	Embarcações de pesca sem motor (N.º) da frota nacional por Porto de registo; Anual	Capacidade das embarcações de pesca sem motor (GT) da frota nacional por Porto de registo; Anual (2)	Embarcações de pesca licenciadas com motor (N.º) da frota nacional por Porto de registo; Anual	Capacidade das embarcações de pesca licenciadas com motor (GT) da frota nacional por Porto de registo; Anual	Embarcações de pesca licenciadas sem motor (N.º) da frota nacional por Porto de registo; Anual	Capacidade das embarcações de pesca licenciadas sem motor (GT) da frota nacional por Porto de registo; Anual	
		Segmento de pesca									
		Total									
		N.º	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT	
2017	Setúbal	401	416	1 265	268	176	196	531	3	3	

Anexo C: Fotografias etnográficas.



Fotografia 1

Autor: Joana Sá Couto

Data: 13 de setembro de 2017

Legenda: Local na muralha para colocação de redes para recolha pela ISS, junto à água, sem proteção do vento.



Fotografia 2

Autor: Joana Sá Couto

Data: 13 de setembro de 2017

Legenda: Recolha das redes pela ISS.



Fotografia 3

Autor: Joana Sá Couto

Data: 13 de setembro de 2017

Legenda: Redes de cerco com lixos vários.

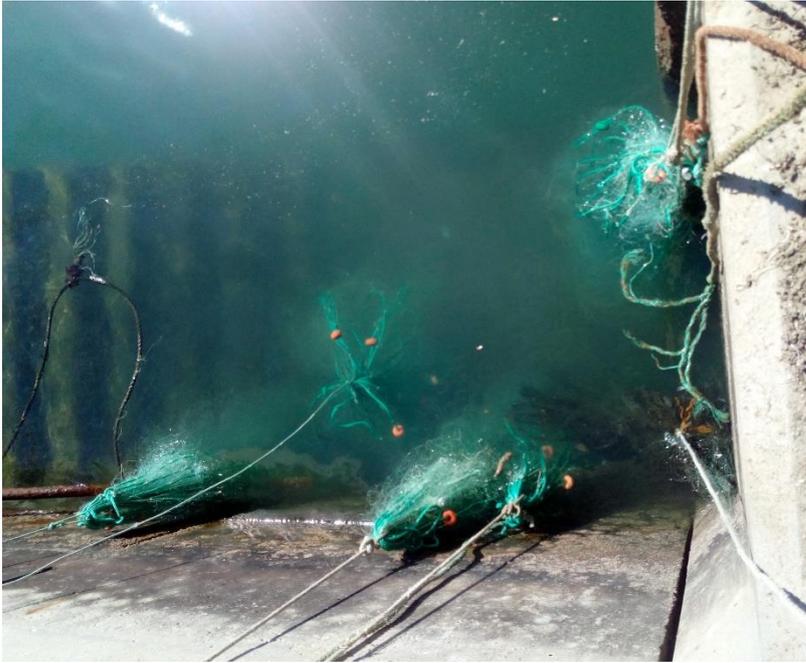


Fotografia 4

Autor: Joana Sá Couto

Data: 13 de setembro de 2017

Legenda: Lonas de proteção para redes de cerco com lixo, incluindo pedaços de rede de nylon que voam pela muralha.



Fotografia 5

Autor: Joana Sá Couto

Data: 13 de setembro de 2017

Legenda: Redes de nylon colocadas na água, presas à muralha com cabos, para facilitar o processo de desentralhar.

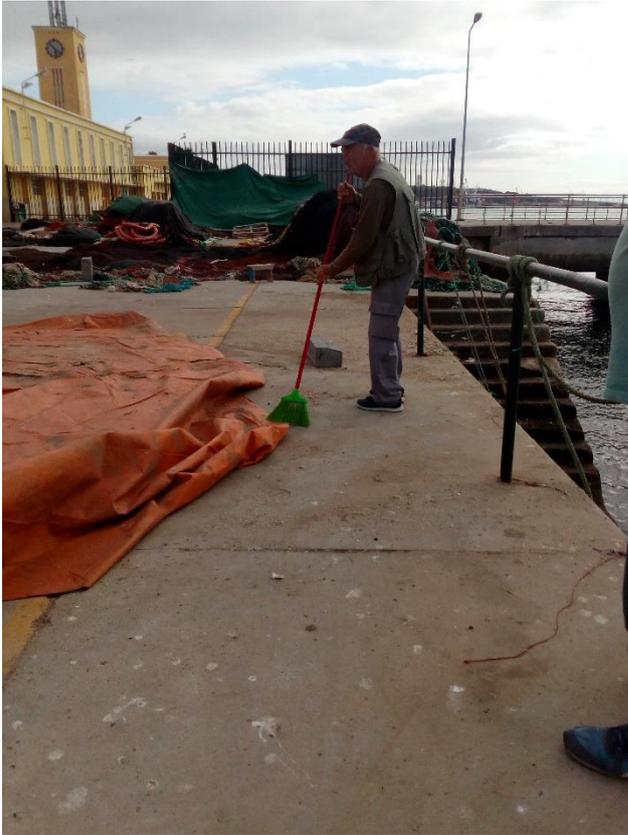


Fotografia 6

Data: 18 de setembro de 2017

Autor: Joana Sá Couto

Legenda: Tela presente no portão da doca na esperança de minimizar o lixo na água.



Fotografia 7

Autor: Joana Sá Couto

Data: 19 de setembro de 2017

Legenda: L. a varrer os detritos na muralha para a água.



Fotografia 8

Data: 20 de setembro de 2017

Autor: Fernando Rujano (Projecto Mivista)

Legenda: Conversa com Mestre do *Segredos do Mar*.



Fotografia 9

Autor: Joana Sá Couto

Data: 10 de outubro de 2017

Legenda: *Segredos do Mar* retira a rede para terra. Note-se as algas, ou limo, a castanho, na lona no chão.

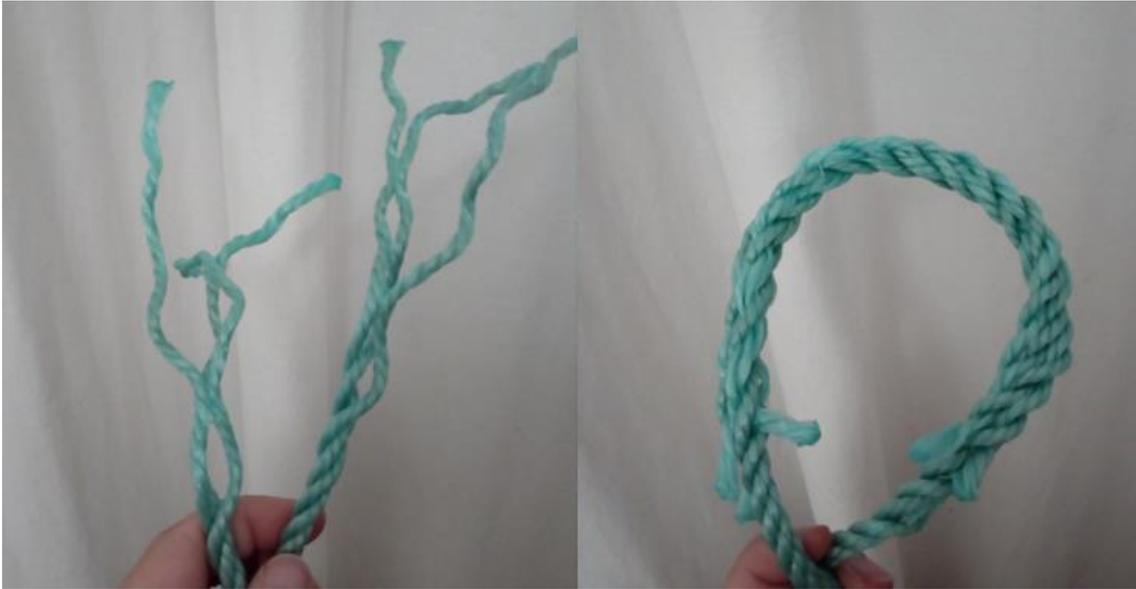


Fotografia 10

Autor: Joana Sá Couto

Data: 8 de novembro de 2017

Legenda: primeiro almoço sozinha, com os pescadores, nos cacifos.



Fotografia 11

Data: 22 de novembro de 2017

Autor: Joana Sá Couto

Legenda: Costura simples. Utilizada quando um cabo se parte. Torna-se impossível que o cabo se parta novamente, na parte com a costura.



Fotografia 12

Autor: Joana Sá Couto

Data: 23 de novembro de 2017

Legenda: Treinando nó às *de guia* enquanto J. B. P. entalha rede de tresmalho, nos cacifos.



Fotografia 13

Data: 5 de dezembro de 2017

Autor: Joana Sá Couto

Legenda: “Espera, tira a fotografia assim com as agulhas, com a cor da bandeira e tudo”.



Fotografia 14

Autor: Joana Sá Couto

Data: 15 de dezembro de 2017

Legenda: Lixo plástico na doca, de diversas origens, após uma tempestade.



Fotografia 15

Autor: Joana Sá Couto

Data: 4 de maio de 2018

Legenda: F. M. e C. remendam uma rede de cerco da traineira *Mãe de Jesus*.



Fotografia 16

Autor: Joana Sá Couto

Data: 26 de abril de 2018

Legenda: Tripulação do *Segredos do Mar* faz uma costura de laborar.

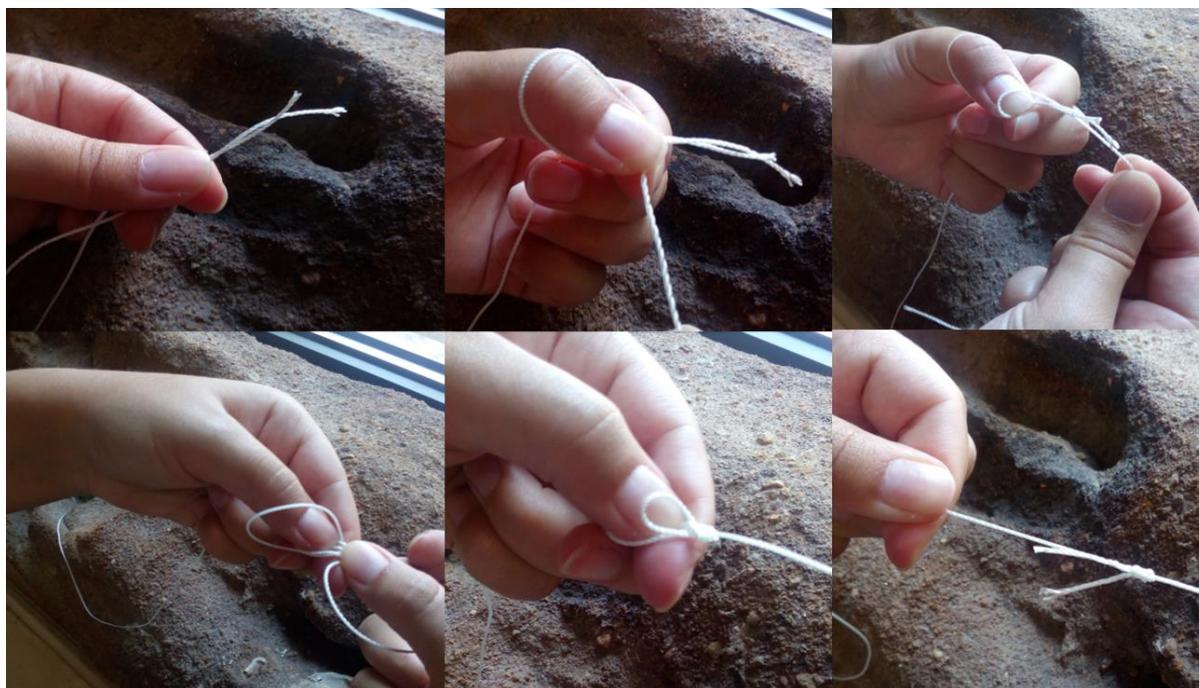


Fotografia 17

Autor: Joana Sá Couto

Data: 27 de maio de 2018

Legenda: “Mãozinha” (à esquerda) e nó *cu de porco* (à direita). A primeira é utilizada no início de uma rede, para as redes se juntarem. No fundo, trata-se de uma costura no próprio cabo. Aqui, de modo a evitar as fibras soltas no fim, que podem prender as malhas das redes, é utilizado fita cola. Nó *cu de porco* é utilizado para fortalecer uma costura entre dois cabos.



Fotografia 18

Autor: Fernanda Sá Couto Lomba

Data: 27 de maio de 2018

Legenda: Esquema de nó para união de fio. Fio de algodão utilizado para entralhar as redes, de grande resistência. Para as redes de cerco são utilizados fios semelhantes, de outros tamanhos e cores.

Anexo D: Desenhos etnográficos.

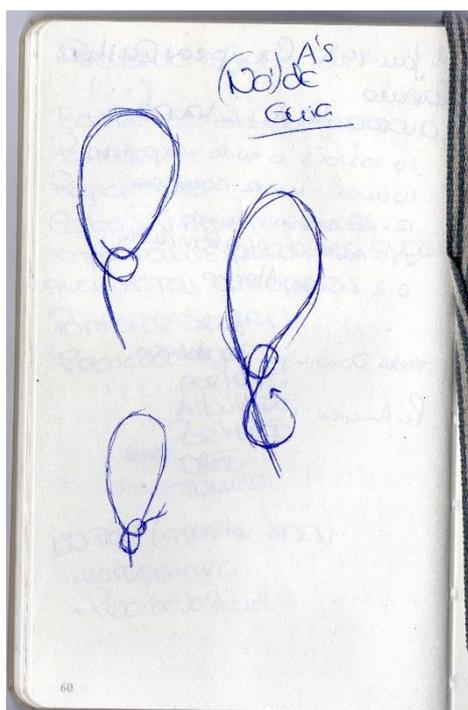


Desenho 1 e 2

Autor: Joana Sá Couto

Data: 27 de maio de 2018

Legenda Artes utilizadas por pescadores artesanais nos botes, maioritariamente para a pesca de polvo e choco.



Desenho 3

Autor: Joana Sá Couto

Data: 22 de novembro de 2017

Legenda: Esquema de como fazer nó Às de guia